



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

GHEYSA MARA CARNEIRO PAIVA

A NATUREZA, A CULTURA E O PATRIMÔNIO COMO PILARES DA DINÂMICA
TURÍSTICA DE PACATUBA, CE

FORTALEZA – CEARÁ

2015

GHEYSA MARA CARNEIRO PAIVA

A NATUREZA, A CULTURA E O PATRIMÔNIO COMO PILARES DA DINÂMICA
TURÍSTICA DE PACATUBA, CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos. Área de Concentração: Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Paiva, Gheysa Mara Carneiro.

A natureza, a cultura e o patrimônio como pilares da dinâmica turística de Pacatuba, Ce [recurso eletrônico] / Gheysa Mara Carneiro Paiva. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 118 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) Área de concentração: Turismo..

Orientação: Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal..

1. Ceará. 2. Pacatuba. 3. Atividade turística. 4. Oferta. 5. Segmentação turística. I. Título.

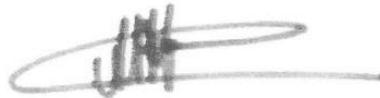
GHEYSA MARA CARNEIRO PAIVA

A NATUREZA, A CULTURA E O PATRIMÔNIO COMO PILARES DA
DINÂMICA TURÍSTICA DE PACATUBA, CE

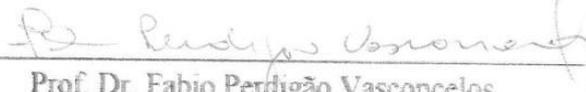
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios Turísticos.

Aprovada em: 10 de Julho de 2015.

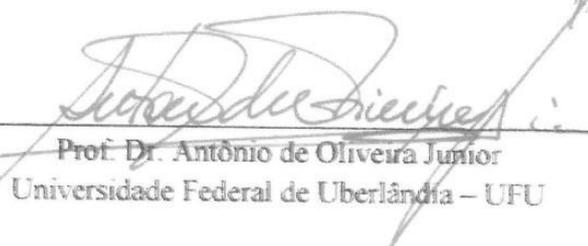
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Anderson Pereira Portugal (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – UFU e
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Fabio Perdigão Vasconcelos
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Antônio de Oliveira Junior
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dedico aos meus pais, minha eterna fonte de
inspiração.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos por DEUS, já que Ele colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta de concluir minha pesquisa.

Agradeço a Ele pela a força concedida para a realização deste trabalho, e de concluir mais uma etapa tão importante em minha vida. Sempre comigo em todos os momentos.

A meus pais, Francisco das Chagas Paiva e Rosa Ângela Carneiro Paiva, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em minha capacidade, até quando eu não acreditava.

As minhas irmãs queridas (Ghislayne M. C. Paiva, Gheynara M. C. Paiva e Ghysliane M. C. Paiva), obrigada por aguentarem meu mau humor matinal, minhas reclamações (a respeito da dissertação) e a bagunça dos meus livros e resumos que se espalharam por a casa toda.

A todos os meus amigos pessoais, que também souberam cada um à sua maneira, ser incentivadores e até mesmo impertinentes nos momentos em que eu me sentia perdida diante da responsabilidade de escrever este trabalho.

As minhas queridas companheiras de mestrado Magda Nobre e Fernanda Rilna F. Nascimento, que foram imprescindíveis nessa caminhada até a conclusão deste trabalho. Em especial o meu agradecimento a minha amiga Luzia Araújo por o companheirismo e a cumplicidade diária.

Gostaria de agradecer á todos os pacatubanos em geral que estiveram envolvidos direta ou indiretamente no desenvolvimento deste trabalho, empresários, funcionários, e gestores da Prefeitura Municipal de Pacatuba. Em especial a assessora de imprensa da Prefeitura Municipal de Pacatuba Helany Holanda, por as informações concedidas relacionadas ao município.

A fotografa Regina Assunção pela a ajuda na maioria das fotos contidas nesse trabalho. A Secretária de Cultura e Turismo (Sra. Marcilia Soares) por acreditar no meu trabalho, esforço, e dedicação, o meu muito obrigado.

Ao Coordenador Geral do Museu Histórico de Pacatuba (o Sr. Antony Fernandes), por a amizade, as conversas e por ser uma grande inspiração para todos.

Gostaria de agradecer também ao engenheiro Manoel V. Guedes de Sousa do setor de geoprocessamento e mapeamento da Universidade Estadual do Ceará – UECE, que fez todos os mapas contidos nesse trabalho, os mapas foram elaborados a partir do Sistema de Coordenadas Geográficos, com base cartográfica IBGE 2012, por meio do software Arc Giz.

Ao presidente da Federação de Parapente e Asa Delta do Estado do Ceará –FEPACE (Sr. João Guy Almeida) que foi imprescindível com suas informações sobre a prática do esporte no Estado do Ceará e no Município de Pacatuba, além dos técnicos que praticam o esporte no distrito de Monguba.

Aos professores e coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Turismo da UECE, ao professor Dr. Fábio Perdigão e à professora Dra. Luzia Neide Coriolano agradeço a oportunidade e incentivo nessa caminhada.

Ao Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez, por quem tenho muita admiração, e respeito. Obrigada por a orientação segura e afetuosa, principalmente a paciência, a compreensão e a disponibilidade diária.

“A persistência é menor caminho do êxito.”

(Charles Chaplin)

RESUMO

Este resumo refere-se a uma pesquisa que foi desenvolvida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Estadual do Ceará. A atividade turística vem adquirindo um lugar relevante nas reflexões e produções científicas. A sociologia, geografia, administração, economia, comunicação, dentre outras áreas, têm se preocupado com as questões relacionadas ao turismo e seus impactos nas localidades, regiões e países. O objetivo da pesquisa foi analisar os segmentos turísticos desenvolvidos em Pacatuba, CE. A metodologia adotada baseou-se em três etapas. Na primeira, realizou-se revisão bibliográfica e análise documental. Na etapa seguinte, empreendeu-se os trabalhos de campo, quando fez-se fotografias, entrevistas e coleta de dados cartográficos, com base para o mapeamento dos Distritos Sede e Monguba. De início observou-se que em Pacatuba há as seguintes segmentações turísticas: turismo religioso, turismo de aventura e turismo histórico-cultural. Pacatuba está localizada na porção nordeste do Estado do Ceará na Região Metropolitana de Fortaleza. O município está ligado à capital do Ceará pela a rodovia CE – 060, distante 31 km da mesma. Foi analisado o perfil da oferta no município que conta com uma diversificada oferta concentrada em seu Distrito Sede, com exceção das práticas de turismo de aventura, que ocorrem no Distrito de Monguba.

Palavras-chave: Ceará. Pacatuba. Atividade turística. Oferta. Segmentação turística.

ABSTRACT

This abstract refers to a survey that was developed by the author in the Postgraduate Program in Tourism at Universidade Estadual do Ceará. The tourist activity has been acquiring a relevant spot on the reflections and scientific productions. Sociology, geography, administration, economics, communication, among other areas, have been concerned with issues related to tourism and their impact on localities, regions and countries. The current study aimed to analyze the segments of interest developed in Pacatuba, CE. The methodology adopted was based on three steps. At first, there was literature review and document analysis. In the following step, the fieldwork was applied when photographs, interviews and cartographic data collection were fulfilled, based on the mapping of the districts Sede and Monguba. At first it was observed that in Pacatuba there are the following tourist cleavages: religious tourism, adventure tourism and historical-cultural tourism. Pacatuba is located in the northeastern portion of the State of Ceará in the metropolitan region of Fortaleza. The town is connected to the capital of Ceará by the rodovia CE-060, 31 km far from it. The offering profile in town was analyzed in which features a diversified offer concentrated on its Main District, besides the adventure tourism practices which take place in the Monguba district.

Keywords: Ceará. Pacatuba. Tourist activity. Offer. Tourist segmentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa informativa na subida da Serra.....	28
Figura 2 - Vista do topo da Serra da Aratanha.	30
Figura 3 - Balneário Parque das Andréas.	31
Figura 4 - Apoena Eco Park.	32
Figura 5 - Salão de exposição. Portal do Turismo e Artesanato.....	32
Figura 6 - Salão de exposição. Portal do Turismo e Artesanato.....	33
Figura 7 - Feira de Artesanato. Festival Internacional Sete Sóis.	33
Figura 8 - Folder. Portal do Turismo e Artesanato.....	34
Figura 9 - Folder (Frente). Museu Histórico de Pacatuba.	35
Figura 10 - Folder (Verso). Museu Histórico de Pacatuba.	36
Figura 11 - Campeonato Cearense de Voo Livre. Monguba – CE.....	37
Figura 12 - Pousada das Andréas.	42
Figura 13 - Pousada das Andréas.	42
Figura 14 - Chácara 3M. Pavuna – CE.....	42
Figura 15 - Sítio Aratanha. Pacatuba – CE.....	42
Figura 16 - Trilha ecológica na Serra da Aratanha.....	61
Figura 17 - Açude Boaçu. Serra da Aratanha.	61
Figura 18 - Estrada para o Centro de treinamento Francisco Pontes – CETREFP.	63
Figura 19 - Local de pouso para a prática voo livre. Monguba – CE.....	72
Figura 20 - Campeonato Cearense de Voo Livre. Monguba – CE.....	74
Figura 21 - Campeonato Cearense de Voo Livre. Monguba – CE.....	74
Figura 22 - Igreja Matriz (Nossa Senhora da Conceição).	80
Figura 23 - Igreja Nossa Senhora do Carmo.	81
Figura 24 - Capela São João Batista no Bairro Alto São João.	81
Figura 25 - Bairro Beira Sol (Capela Santa Luzia).	81
Figura 26 - Bairro São Bento (Capela São Bento).	82
Figura 27 - Bairro São José (Capela São José).....	82
Figura 28 - Entrada do evento, 40º Espetáculo Paixão de Cristo.	83
Figura 29 - Encenação. 40º Espetáculo Paixão de Cristo.....	83
Figura 30 - Estrutura fixa, onde é realizado o espetáculo Paixão de Cristo, Pacatuba – CE. .	84
Figura 31 - Estrutura fixa, onde é realizado o espetáculo Paixão de Cristo, Pacatuba – CE. .	84

Figura 32 - Praça de Alimentação. 40º Espetáculo Paixão de Cristo.	85
Figura 33 - Praça João Galeno (conhecida popularmente como Praça da Matriz). 40º Espetáculo Paixão de Cristo.	85
Figura 34 - Feira de Artesanato. 40º Espetáculo Paixão de Cristo.	85
Figura 35 - Arquibancadas no térreo e em cima os camarotes. 40º Espetáculo Paixão de Cristo.	85
Figura 36 - Praça Capitão Henrique Gonçalves da Justa.	98
Figura 37 - Casa Paroquial. Ruas da Cidade. Pacatuba-CE.	98
Figura 38 - Sobrado da Abolição. Pacatuba – CE.	99
Figura 39 - Sobrado dos Cavalcante. Pacatuba – CE.	99
Figura 40 - Sobrado Mariana Cabral.	100
Figura 41 - Casarão da Família Novais.	101
Figura 42 – Casa da Dona Isaura. Pacatuba – CE.	101
Figura 43 - Casa da Dona Isaura. Pacatuba – CE.	101
Figura 44 - Casarão João Pinto. Pacatuba – CE.	102
Figura 45 - Casarão Josué Figueiredo. Pacatuba – CE.	103
Figura 46 - Estação Ferroviária. Pacatuba – CE.	103
Figura 47 - Açude Piripau. Pacatuba – CE.	104
Figura 48 - Açude Piripau. Pacatuba – CE.	104
Figura 49 - Mapa Turístico. Pacatuba – CE.	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente – 1991/2000/2010.....	38
Tabela 2 - Indicadores demográficos – 1991/2000/2010.	39
Tabela 3 - Número de empregos formais – 2013.	40
Tabela 4 - Empresas industriais ativas – 2013.	41
Tabela 5 - Estabelecimentos comerciais – 2013.....	41
Tabela 6 - Acidentes ocorridos nas diversas modalidades de turismo de aventura no Brasil. .	68

LISTA DE SIGLAS

EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
UNWTON	World Tourism Organization
IUOTPO	International Union of Official Propaganda Organizations
WTO	World Tourism Organization
MTur	Ministério do Turismo
IH	Instituto de Hospitalidade
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ABETA	Associação Brasileira de Aventura
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
FEPACE	Federação de Parapente e Asa Delta do Ceará
SPHAN	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
FPVL	Federação Portuguesa de Voo Livre

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OPÇÕES METODOLÓGICAS	20
2	PACATUBA NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA	27
2.1	ATRATIVOS NATURAIS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO	28
2.2	DINÂMICA E ECONÔMICA LOCAL	38
3	O TURISMO NA SUA ESSÊNCIA	44
3.1	O TURISMO NO BRASIL	50
4	PACATUBA E SUAS FUNCIONALIDADES TURÍSTICAS	56
4.1	ECOTURISMO	57
4.1.1	Turismo de aventura, seus benefícios e Impactos	64
4.2	TURISMO RELIGIOSO, SEUS BENEFÍCIOS E IMPACTOS	75
4.2.1	Espetáculo Paixão de Cristo	82
4.3	TURISMO HISTÓRICO, SEUS BENEFÍCIOS E IMPACTOS	86
4.3.1	Pacatuba e seus prédios históricos	95
5	PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO INTEGRADO PARA O MUNICÍPIO DE PACATUBA	103
6	CONCLUSÕES	108
	REFERÊNCIAS	111

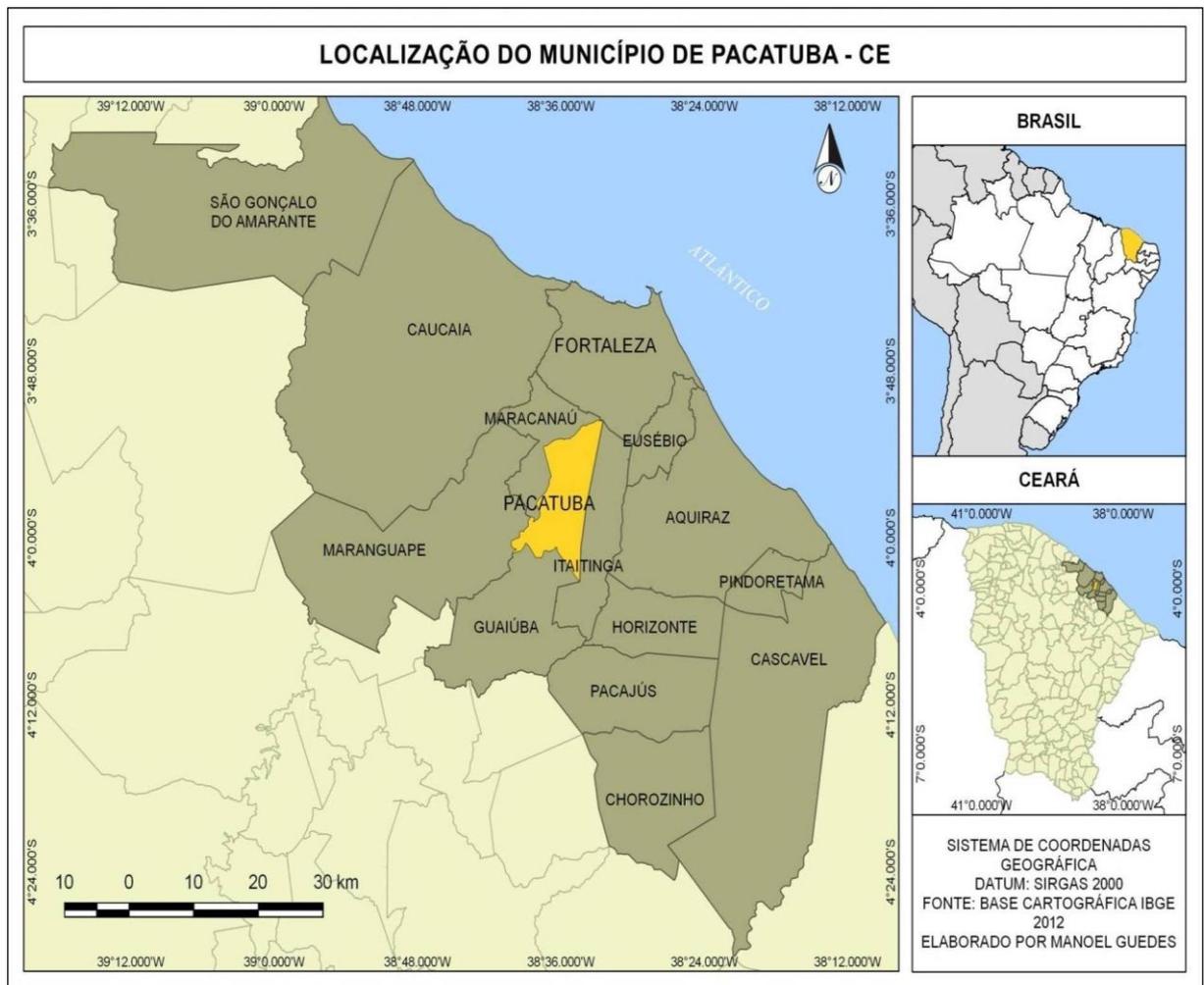
1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada “A natureza, a cultura e o patrimônio como pilares da dinâmica turística de Pacatuba, CE.”, vincula-se ao Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos – MPGNT, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, e tem como objeto de pesquisa a oferta turística no município de Pacatuba, CE.

A dissertação tem como objetivo geral, analisar os segmentos turísticos desenvolvidos em Pacatuba. Os objetivos específicos são: localizar e caracterizar o município de Pacatuba no contexto do turismo metropolitano no Ceará; observar suas articulações institucionais externas e suas peculiaridades; identificar e categorizar os segmentos turísticos de Pacatuba; identificar os benefícios e os impactos negativos da atividade turística no município de Pacatuba; propor roteiro que integre todas as atividades turísticas.

O município de Pacatuba localiza-se na região nordeste do estado do Ceará, fazendo fronteira ao sul com os municípios de Guaiuba e Itaitinga e a oeste com os municípios de Maracanaú e Maranguape. Localiza-se na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo ligado à capital do Ceará pela rodovia CE – 060, com 31 km de distância, como mostra o Mapa 1.

Mapa 1 - Localização do Município de Pacatuba – CE



Fonte: Base Cartográfica IBGE (2012). Elaborado do por: GUEDES, M.V. S. (2014).

O município está situado em parte sobre a Serra da Aratanha (Área de Proteção Ambiental – APA), juntamente com os municípios de Guaiúba, Maracanaú e Maranguape. Pacatuba é dividida em quatro distritos: Pacatuba (sede), Monguba, Pavuna e Senador Carlos Jereissati (distrito que é dividido com o município do Maracanaú).

Diversos lugares no mundo vêm refletindo sobre desenvolvimento local sustentável, procurando adotar novas práticas que não prejudiquem o meio ambiente e não descaracterizem a cultura local. Hoje se assiste a uma consciência que desperta para o turismo, o conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades sobre seu patrimônio cultural, e o valor desse conhecimento para os diversos âmbitos são fatores indispensáveis para o processo de preservação sustentável desses bens, assim como para o fortalecimento dos pertencimentos, identidades e cidadania.

O direito à memória é possível quando a comunidade toma consciência do seu papel fundamental de guardião do próprio patrimônio, passando então a impedir a degradação e a destruição do meio ambiente, imóveis e objetos culturais, numa ação de salvaguarda preventiva.

A proteção oficial do patrimônio histórico, artístico e cultural é necessária, pois esse patrimônio é o testemunho vivo da herança cultural de gerações passadas, exerce papel fundamental no momento presente e projeta-se para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singular, que jamais serão revividos, mas revisitados.

Uma eficiente política de preservação deve ser integrada à comunidade, atingindo a educação em todos os níveis, sensibilizando crianças, jovens e adultos da necessidade de manter viva a herança cultural.

No desenvolvimento local, o primordial é a busca por atender as necessidades sociais de uma determinada população, em que o foco principal passa a ser homem, e não apenas o lucro.

É necessário conhecer as realidades locais, há que se ter cuidado com a homogeneização dos produtos ofertados ao turista, para que essa atividade não seja depredatória a ponto de alterar manifestações culturais locais em meros produtos de consumo descartável, a exemplo de diversas experiências de turismo cultural massificador em algumas cidades no Brasil e no mundo.

O turismo que não se firmar em bases educativas, de conservação da natureza e das culturas está condenado a ser desprestigiado e a desaparecer. Atualmente, os maiores exigentes são, além dos turistas, os próprios investidores, que sabem que só venderão seus pacotes se forem reconhecidos nacional e internacionalmente pelos selos de conservação ambiental. Os princípios básicos exigidos atualmente para qualquer tipo de turismo são a proteção, a conservação e a preservação dos recursos naturais e dos hábitos e costumes da sociedade local, além da inclusão da população local nos processos de planejamento e execução do turismo e da interiorização das atividades e parcerias. (CORIOLANO, p. 77. 2002).

Não se pode esquecer que, juntamente com os impactos positivos do turismo na economia local, gerando recursos e criando novas oportunidades de negócios, trabalho e renda, há sempre os riscos de danos à natureza e à identidade local trazidos pelos empreendimentos do setor que alcançam lugares os mais distantes, onde geralmente a vida é muito simples e onde pequenas comunidades, organizadas em torno de práticas culturais

muito antigas, se veem bruscamente alteradas pela chegada de forasteiros e seus estranhos costumes.

As exigências de planejamento turístico e de intervenção do governo no processo de desenvolvimento são respostas típicas aos efeitos indesejados do desenvolvimento no setor, especialmente em âmbito local. Embora o planejamento não seja a solução para todos os males, ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e, dessa forma, estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo no longo prazo (HALL, 2001).

Como afirmou Murphy (1895, p.156), “planejar tem a ver com prever e regular a mudança em um sistema e promover um crescimento ordenado a fim de aumentar os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo de desenvolvimento”.

Para que aconteça o desenvolvimento sustentável em um município, inicialmente deve existir um entrosamento entre o setor público, o setor privado e a comunidade em geral. Esse desenvolvimento deve envolver tanto a parte ecológica, como a social, cultural e econômica, para que haja um desenvolvimento compatível com a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais e o fortalecimento da identidade cultural da comunidade sem comprometê-los, garantindo então que as gerações futuras tenham contato com todos esses campos abordados.

Toda viagem, mesmo que não tenha o deleite como objetivo, pode ser cultural e turisticamente melhor aproveitada, desde que o lugar ofereça atrativos dessa natureza; afinal de contas, todo turista é um cidadão exercendo seu direito de ir e vir e de usufruir cultura. Por sua vez, o turismo de forma sustentável é compatível e comprometido com o fortalecimento da identidade e com a preservação da memória e do patrimônio cultural em lugares de destinação turística.

Os segmentos do mercado turístico surgem devido aos governos desejarem atingir, de forma mais eficaz e confiável, o turista em potencial. É praticamente impossível um destino turístico abarcar todo o público que em algum momento estaria interessado em consumir seus bens e produtos, assim a segmentação torna-se o meio mais precioso de se atingir o público desejado.

O estudo proposto concentrou-se nos distritos onde já é realizada a prática da atividade turística com maior frequência, a sede do município de Pacatuba e o distrito de Monguba, com enfoque em alguns segmentos turísticos que são desenvolvidos: o turismo religioso, o turismo histórico e o turismo de aventura. Com isso, visa-se a possibilitar a criação de um roteiro turístico que integre todos esses segmentos turísticos do município.

Para analisar essa realidade, elaboraram-se algumas questões norteadoras, que geraram discussão e aprofundamento. A localização tem favorecido o desenvolvimento turístico? Como se dá o processo de uso e apropriação do espaço urbano pelo turismo no município de Pacatuba? Quais os segmentos turísticos em potencial que são desenvolvidos no município? Quais os benefícios e os impactos negativos que a atividade turística traz para o município de Pacatuba? Existe um roteiro que integre todas as potencialidades turísticas no município?

A ausência de informações e a limitada bibliografia referente ao município dificultaram um pouco o estudo do trabalho, pois ainda são poucos os estudos sobre a atividade turística desenvolvida no município e sobre a história dessa cidade. Acredita-se que um planejamento turístico da cidade pode ser bastante benéfico para a população local, visto que essa atividade é extremamente multifacetada, o que demanda uma abordagem aberta à contribuição de diversas áreas.

O estudo foi motivado devido à vivência da pesquisadora na área turística e cultural e à sua experiência profissional, pois atua diretamente, desde 2009, na Secretaria de Cultura e Turismo do município de Pacatuba – entidade que pertence à prefeitura do município em questão – e, por isso, conhece de perto suas deficiências, necessidades e potencialidades.

Existem vários pontos de interesse turístico em Pacatuba, parques ecológicos (Parque das Andréas e Apoena Eco Park), trilhas ecológicas na Serra da Aratanha (Trilha do Mirante, Trilha do Boaçu, Trilha do CETREF, entre outros), atividades esportivas (parapaint, asa-delta, motociclismo, ciclismo), além de inúmeros atrativos históricos no centro da cidade, como casarões e sobrados, que ainda preservam um pouco da sua identidade arquitetônica e histórica.

As festas católicas do município se dão por meio das homenagens aos santos. Dia 16 de julho é a data comemorativa de Nossa Senhora do Carmo e dia 8 de dezembro, a data comemorativa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. Durante esses dois períodos são realizados, no município, novenas, quermesses, leilões, procissões e apresentações de bandas de música.

Diante disso, verificou-se que existe a necessidade de uma contextualização geográfica, histórica e operacional do turismo no município de Pacatuba, abordando a localização bem como o processo de construção histórica e da memória local.

A dissertação está estruturada em cinco partes: na Introdução apresenta-se a proposta, com justificativa, problema, questionamentos e objetivo. Na sequência, apresentam-

se os procedimentos metodológicos. Em seguida, o capítulo dois enfoca o município de Pacatuba no contexto da Região Metropolitana, abordando seus atrativos naturais e culturais, além da dinâmica econômica local.

No capítulo três, denominado “O turismo na essência”, aborda-se o início da atividade turística no mundo, além do início dessa atividade no Brasil.

No capítulo quatro, denominado “Pacatuba e suas funcionalidades turísticas”, conceituam-se o turismo de aventura, o turismo religioso e o turismo histórico, abordando seus respectivos benefícios e impactos.

O capítulo cinco propõe um roteiro turístico que integre todos os segmentos turísticos em questão no município, e, por fim, são apresentadas as conclusões do estudo.

1.1 OPÇÕES METODOLÓGICAS

A atividade básica da ciência é a pesquisa. É a efervescência de reflexões, discussões, contradições e sistematizações que lhe dão vitalidade. Ciência é um processo. Um processo permanente de busca da verdade, de sinalização sistemática de erros e correções, predominantemente racional.

Popper (1972) enfatizou a questão da falseabilidade. Uma conclusão científica é aquela passível de refutação. Um trabalho científico tem que resistir à falseabilidade apontada por Popper. Tem também que ser coerente. Pode discutir ambiguidades, as contradições, as incoerências de seu objeto de estudo, para sua discussão ter coerência, obedecer a certa lógica.

Ciência é também uma construção que revela nossas suposições acerca do que se está construindo. Para Burrell e Morgan (1979), temos quatro tipos de suposições: ontológicas, epistemológicas, da natureza humana e metodológicas.

Suposições ontológicas são aquelas que dizem respeito à própria essência dos fenômenos sob investigação. Suposições epistemológicas estão referidas ao conhecimento, a como ele pode ser transmitido. Suposições relativas à natureza humana dizem respeito à visão que se tem do homem (VERGARA, 2004, p. 11).

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. Método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento. Diante da grande variedade de métodos, para melhor compreensão, existe uma divisão em dois grandes grupos: o dos que

proporcionam as bases lógicas da investigação científica e o dos que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados.

Métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação podem ser incluídos no grupo dos métodos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Cada um deles vincula-se a uma das correntes filosóficas que se propõem a explicar como se processa o conhecimento da realidade. O método dedutivo relaciona-se ao racionalismo, o indutivo ao empirismo, o hipotético-dedutivo ao neopositivismo, o dialético ao materialismo dialético e o fenomenológico, naturalmente, à fenomenologia.

Método dedutivo é o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios *a priori* evidentes e irrecusáveis.

O método indutivo procede inversamente ao dedutivo. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade. Ou seja, o conhecimento é fundamentado exclusivamente na experiência, sem levar em consideração princípios preestabelecidos.

No método hipotético-dedutivo, de acordo com Kaplan (1972, p.12):

[...] o cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado, daí deduz ele as consequências por meio de experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os, quando necessário, por outros, e assim prossegue.

O método dialético fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma.

Nas pesquisas realizadas sob o enfoque fenomenológico, o pesquisador preocupa-se em mostrar e esclarecer o que é dado. Não procura explicar mediante leis, nem deduzir com base em princípios, mas considera imediatamente o que está presente na consciência dos sujeitos. O que interessa ao pesquisador não é o mundo que existe, nem o conceito subjetivo, nem uma atividade do sujeito, mas sim o modo como o conhecimento do mundo se dá, tem lugar, realiza-se para cada pessoa. Interessa aquilo que é sabido, posto em dúvida, amado, odiado etc. (BOCHENSKI, 1962).

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista. Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. As técnicas de pesquisa mais utilizadas são, portanto, de natureza qualitativa e não estruturada.

Os métodos que indicam os meios técnicos da investigação têm por objetivo garantir objetividade e precisão no estudo de fatos sociais. Mais especificamente, visam a fornecer a orientação necessária à realização da pesquisa social, sobretudo no referente à obtenção, processamento e validação dos dados pertinentes à problemática que está sendo investigada.

Os métodos específicos mais adotados nas ciências sociais são: o experimental, o observacional, o comparativo, o estatístico, o clínico e o monográfico. O método experimental consiste essencialmente em submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto.

O método observacional difere do experimental em apenas um aspecto: nos experimentos o cientista toma providências para que alguma coisa ocorra, a fim de observar o que se segue, ao passo que, no estudo por observação, apenas observa-se algo que acontece ou já aconteceu.

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo esforço e pelo tempo.

O método estatístico funciona mediante a utilização de testes estatísticos, tornando possível determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido. Portanto, o método estatístico passa a caracterizar-se por razoável grau de previsão, o que o torna bastante aceito por parte dos pesquisadores com preocupações de ordem quantitativa.

Já o método clínico apoia-se numa relação profunda entre pesquisador e pesquisado. Todavia, o pesquisador que adota o método clínico deve cercar-se de muitos cuidados ao propor generalizações, visto que esse método se apoia em casos individuais e envolve experiências subjetivas.

O método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros, ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc. (GIL, 2012, p. 16).

Nem sempre um método é adotado rigorosa ou exclusivamente numa investigação. Com frequência, dois ou mais métodos são combinados. Isso porque nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação. Nesta pesquisa, os métodos utilizados fazem parte daqueles que indicam os meios técnicos da investigação, como o método observacional e o método monográfico.

No trabalho científico há também várias taxionomias de tipos de pesquisa, quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, uma pesquisa pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista. Quanto aos meios de investigação, pode ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Quanto aos fins, propõe-se uma reflexão sobre a finalidade em si da pesquisa, considerando-se sua metodologia. Neste caso, pode-se dizer que o presente estudo é do tipo descritivo explicativo.

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nesta classificação. A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificando-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno. (VERGARA, 2004, p. 47).

As descrições do meio físico, bem como os processos históricos e antropológicos que deram origem e identidade ao município de Pacatuba, representam bem esse aspecto descritivo explicativo da pesquisa. Tratam de temas e cenários que, embora não sejam o foco da pesquisa, lhes atribuem contexto e significado socioespacial.

Quanto aos meios, ou seja, quanto aos procedimentos metodológicos elaborados para a geração dos dados primários, pode-se considerar esta pesquisa como sendo de base bibliográfica e documental, com coleta de dados em campo. A pesquisa bibliográfica é “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral” (VERGARA, 2004, p. 46).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários.

Para atingir o objetivo de estudo proposto neste trabalho, visou-se ao contraste entre a pesquisa documental do município de Pacatuba e a revisão bibliográfica de diversos autores os quais tratam as questões de natureza, cultura, patrimônio e turismo, além de outros temas relacionados com desenvolvimento, planejamento e gestão.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

A investigação documental é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações, informações, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipes, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outras (VERGARA, 2004, p. 48).

O trabalho foi dividido em fases, primeiramente com revisão de bibliografia e análise documental. Alguns locais que foram visitados foram muito importantes para a realização da pesquisa, como o Museu Histórico de Pacatuba, a Biblioteca Carlos Cavalcante, a Prefeitura Municipal de Pacatuba, além do *trade* turístico do município (restaurantes, pousadas, parques).

A segunda fase foi realizada por meio de pesquisa de campo, mapeamentos, entrevistas e fotografias, visando a apreender e conhecer todos os segmentos turísticos que são desenvolvidos no município. “Pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.” (VERGARA, 2004, p. 48).

O estudo em campo é muito enriquecedor no sentido de produzir mais informações onde ainda não tenham sido produzidas. É o caso de Pacatuba, município de

estudo desta pesquisa, onde o volume de estudos já realizados no local não chega a constituir um banco de dados suficiente para dar corpo a um trabalho.

As fotografias são de extrema importância, pois se prestam a documentar algumas discussões, evidenciando detalhes que auxiliaram na compreensão dos fenômenos pesquisados. Servem ainda para fornecer detalhes da paisagem, permitindo uma visualização, mesmo de forma geral, das formas de organização e uso do espaço geográfico.

Os mapas foram elaborados a partir do Sistema de Coordenadas Geográficas, com base cartográfica do IBGE 2012, por meio do software Arc Giz, bem como de bases cartográficas de alguns órgãos públicos ligados à Prefeitura Municipal de Pacatuba e ao Governo do Estado do Ceará. Os mapas nesta pesquisa mostram a localização geográfica exata do município de Pacatuba na Região Metropolitana do estado do Ceará, seus distritos e bairros.

As entrevistas feitas em campo foram realizadas com a técnica em que o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2012, p. 109).

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ et al., 1967, p. 273).

E, por fim, a fase três consiste na análise dados e produção dos textos. A partir desse material coletado e analisado é que a proposta de roteiro turístico será elaborada.

2 PACATUBA NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA

Em 1530 deu-se início à exploração das terras brasileiras por parte da coroa portuguesa. A partir das expedições ocorridas, o governo português percebeu que seria necessária uma melhor organização das terras brasileiras, para melhorar as relações entre os colonos que aqui estavam, principalmente para melhorar a vida dos representantes da coroa portuguesa. Era necessária uma distribuição de terras e funções administrativas para que fosse possível controlar os tributos e as fronteiras da nova terra.

Houve um começo de doação de terras devolutas e públicas, destinadas a serem cultivadas e cuja venda foi autorizada por lei. No Ceará, o povoamento do interior do estado se processou em decorrência das sesmarias¹.

A origem do município de Pacatuba remonta ao século XVII, quando o então Capitão Bento de Macedo Faria, no ano de 1683, concedeu aos sitiantes da família Corrêa e originários do Rio Grande do Norte sesmarias em terras no lugar já conhecido como Sítio Pacatuba, havendo como principal exigência o assentamento de moradias.

Em segunda concessão, deferida pelo Capitão Mor Tomaz Cabral de Olival, constam lotes cujo registro guarda como referência o ano de 1693. Em 1708, por iniciativa do Capitão Mor Gabriel da Silva Lago, foram concedidas vastas porções de terras ao sesmeiro Tomé da Silva e outros companheiros. As terras férteis das encostas da Serra da Aratanha foram o principal atrativo para os novos moradores do lugar. Desses primitivos sesmeiros nasceria a próspera povoação (LOUREIRO, 2006, p. 25).

Com o passar dos anos e a existência da povoação, juntamente com alguma vida política que existia na época, além de um notável desenvolvimento do lugar, passava a ser necessária disciplina. A elevação de Pacatuba à categoria de Distrito, vinculado ao município de Maranguape, provém de Ato Imperial datado de 18 de março de 1842.

Em resolução Provincial nº 707, de 25 de agosto de 1855, aprova-se a planta segundo a qual deveria ser estruturada a povoação de Pacatuba. Foi realizada votação na assembleia, que, logo após a aprovação, foi devidamente sancionada pelo presidente Vicente Pires da Mota, sendo esse um passo importante para a emancipação. Nesse mesmo ano, o presidente deu início à construção da estrada que seguia da capital cearense para Pacatuba.

Na Resolução Provincial nº: 888, de 27 de julho de 1859, criaram-se três feiras de gado na província, sendo uma delas instalada em Pacatuba (ARAGÃO, p.170. 1996).

¹Sesmarias eram lotes de terra menores, que eram doados a um sesmeiro com o intuito de principalmente tornar a terra produtiva. (BORIS, 2006).

No ano de 1869, devido a sua primeira perda político-administrativa – territorial – houve um desmembramento da povoação de Pacatuba com o município de Maranguape, no dia 08 de outubro, através da Lei Providencial nº 1284, que, ao mesmo tempo, transformou o município de Pacatuba em autônomo, elevando-o à categoria de vila, dando-lhe autonomia político-administrativa.

Com a elevação de Pacatuba à condição de vila e depois, município, seu território foi bastante ampliado. Sua economia foi, por muito tempo, ligada à agricultura. Figurou-se como grande produtora de café, no século XIX, como de algodão e de frutas tropicais.

Em janeiro de 1876, foi inaugurada a estação da estrada de ferro, trazendo-lhe grande progresso; tanto que, em 17 de agosto de 1889, a vila de Pacatuba obteve foros de cidade por força da Lei nº 2.167. Com a emancipação política, Pacatuba teve o seu centro turístico projetado. Capitão Henrique Gonçalves da Justa² traçou um projeto urbano para o centro da cidade. Quando se observa a cidade, nota-se claramente o traçado definido das ruas (LOUREIRO, 2006).

Pacatuba vem de paca³ + tuba, palavra de origem indígena que significa *lugar abundante de pacas* – paca (animal, mamífero roedor) e tuba (lugar abundante). Essa foi a primeira denominação dada ao município e permanece até os dias atuais (AMORA, 1972).

2.1 ATRATIVOS NATURAIS, TURÍSTICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO

A percepção do que deveria ser protegido em áreas especiais evolui conforme as adesões de varios países à preocupação com o futuro do planeta. A necessidade da preservação da beleza cênica e de ambientes históricos progride para a proteção dos recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção do equilíbrio climático e ecológico, preservação de recursos genéticos e biodiversidade como um todo.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentou o art.225 § 1º, I, II, III e VII da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, esclarecendo o que, para fins previstos nessa lei, entende-se por, segundo o art. 2º. I, unidade de conservação.

²Em 26 de abril de 1873, foi nomeado o primeiro prefeito do município de Pacatuba. Seu filho Henrique Gonçalves da Justa Filho também foi prefeito do município e, em sua gestão, homenageou o pai a colocar seu nome em uma das principais praças do município, no centro da cidade, conhecida popularmente como praça da fonte.

³Paca: animal de quase dois pés de comprimento, olhos pardos e a ponta do focinho anegrada. É de um ruivo alourado no lombo e ilhargas. A carne é muito saborosa, assemelha-se ao leitão no gosto e, no tamanho, à lebre. Vive nos bosques, nos covis, sua voz parece com o grunido de um porco. (AMORA, 1972, p. 27).

As categorias de unidades de conservação, segundo Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, dividem-se em dois grupos, com características específicas (art.7º): I – unidades de proteção integral e II – unidades de uso sustentável. O primeiro grupo é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: I – Estação Ecológica (art.9º); II – Reserva Biológica (art.10); III – Parque Nacional (art.11); IV – Monumento Natural (art.12); V – Refúgio de Vida Silvestre (art.13).

Constituem o grupo das unidades de uso sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação (art. 14): I – Área de Proteção Ambiental (art.15) - é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. ; II – Área de Relevante Interesse Ecológico (art. 16); III – Floresta Nacional (art. 17); IV – Reserva Extrativista (art. 18); V – Reserva de Fauna (art. 19); VI –Reserva de Desenvolvimento Sustentável (art. 20); VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural (art. 21). (CUNHA, 2004).

No dia 05 de junho de 1998 houve a criação da APA (Área de Proteção Ambiental) no município de Pacatuba, por meio do Decreto Estadual nº 24.959. A Serra da Aratanha faz parte da extensão do município e possui uma grande variedade de espécies de fauna e flora, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Placa informativa na subida da Serra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Justifica-se sua criação em face das peculiaridades ambientais do local, tornando-se de grande valor biológico. A Serra da Aratanha, também conhecida como Serra de Pacatuba, é uma formação rochosa localizada no norte cearense, envolvendo parcelas dos municípios de Maranguape, Guaiuba e Maracanaú.

A preocupação com o mau uso dos recursos naturais fez com que a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e o Governo do Estado do Ceará viessem a criar essa unidade de conservação, com o objetivo de proteger e preservar toda a área da serra, em virtude da sua importância ambiental.

A APA é composta por um pequeno maciço residual cristalino, que se destaca topograficamente entre a depressão sertaneja e a superfície dos tabuleiros pré-litorâneos (SOUZA, 1988).

Com uma área total de 13.200 hectares, Pacatuba possui 1.219 hectares de Mata Atlântica, representando 9% do bioma. Segundo a pesquisa, uma extensão de 1.053 hectares de vegetação natural permaneceu conservada durante esse período, certificando que 86% da mata não sofreu nenhum dano⁴.

A serra possui uma flora muito variada, cuja vegetação é: até 400 metros do tipo da caatinga arbórea; entre 400 e 600 metros, do tipo mata seca. Essa mata recobre relevos cristalinos mais baixos, chamados de *serrotes*, e as vertentes de níveis tabulares. Podem-se encontrar indivíduos da mata úmida e da caatinga arbórea, cuja faixa de amplitude ecológica permite viver nesse ambiente, em que se reúnem as espécies da mata seca (FIGUEREIDO, 1991).

Acima da costa de 600 metros a vegetação é a mata úmida, caracterizando-se pelas árvores, arbustos e trepadeiras próprias das regiões serranas. A altitude e exposição aos ventos úmidos são os principais determinantes da ocorrência dessa floresta. A fisionomia da vegetação apresenta árvores de caules retilíneos, espessos, cobertos muitas vezes com líquens, orquídeas, samambaias e bromeliáceas.

O Rio Cocó localiza-se na vertente oriental da Serra da Aratanha e, nos seus 50 km de percurso, passa por dois municípios que compõem a serra, Pacatuba e Maracanaú, desaguando no Oceano Atlântico. Em Fortaleza, o rio tem limites entre as praias do Caça e Pesca e da Sabiaguaba (SOUZA, 1988).

⁴Estudo realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica apontou que Pacatuba, localizada a 35 quilômetros de Fortaleza, ocupa o 9º lugar entre os dez municípios brasileiros que mais conservaram esse ecossistema. A versão mais atualizada do Atlas dos Municípios da Mata Atlântica mostra os dados e rankings sobre o desmatamento verificados em todas as cidades brasileiras que possuem o bioma. O documento analisou o período entre 2012 e 2013. (HOLANDA, 2014).

A serra é onde se concentra a área natural de Pacatuba. O acesso é bastante difícil, pois possui poucas vias e moradias, e a maior parte das trilhas para subir até o topo da serra você tem que percorrer caminhando, como mostra a figura 2. "Esses fatores acabam inibindo a especulação imobiliária, a agricultura, a monocultura e a mineração, por ser um terreno íngreme", afirma o professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Jeovah Meireles⁵.

Figura 2 - Vista do topo da Serra da Aratanha



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Pacatuba, 2011.

Existe uma grande variedade de trilhas ecológicas na serra, e o parque ecológico Estação Ecoturística Parque das Andréas é um dos pontos de partida para as trilhas ecológicas feitas na serra. Situado dentro da sede urbana na Rua Carlos Costa do Carmo, bem atrás da igreja matriz, é considerado pela população local como o melhor equipamento de lazer do município.

O parque dispõe, em sua infraestrutura física, de um auditório com capacidade para 50 pessoas sentadas; uma sala de estudo e pesquisa; estacionamento interno com capacidade para 300 carros; quatro banheiros públicos – sendo dois femininos e dois masculinos; uma praça de alimentação; restaurante; uma piscina artificial; uma quadra de esportes coberta com palco para apresentações. (LIMA, 2009).

⁵HOLANDA, Patricia. Especial para Cidade. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/pacatuba-e-a-9-cidade-mais-preservada-do-pais-1.1177507>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

Contém uma área de 42.687,30m², sendo um patrimônio ecológico que preserva um dos ecossistemas mais belos da Região Metropolitana de Fortaleza. Além da sua estrutura física, o parque é formado também por um extraordinário conjunto de cascatas e piscinas naturais, cujas fontes se situam no cume da Serra da Aratanha, precisamente no açude Boaçú (figura 3).

Figura 3 - Balneário Parque das Andréas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Além do Balneário Parque das Andréas, o município possui outro parque ecológico, o Apoena Eco Park – Terra da Aventura, que é uma empresa privada, diferente do balneário, que pertence ao poder público. Os dois parques ecológicos ficam localizados na sede do município, no centro da cidade.

O Apoena Eco Park (figura 4), possui também várias atrações para os visitantes. Além de haver a realização da prática de vários esportes radicais, como o arvorismo, trilhas ecológicas e tirolesa, possui também visitação em uma fazendinha com vários animais, labirinto ecológico, piscina artificial, anfiteatro, além de exibi es de filmes feitas em um cinema que fica dentro de um avião.

Figura 4 - Apoena Eco Park

Fonte: Apoena Ecopark, 2015.

Além desses dois equipamentos turísticos, o município possui, na entrada da cidade, o Portal do Turismo – Artesanato de Pacatuba, como mostram as figuras 5 e 6, o empreendimento fica localizado às margens da CE-060, na Avenida Othon de Oliveira, número 16, ao lado da SEFAZ. Foi inaugurado em 05 de junho de 2008 e tem como finalidade principal a valorização da cultura e do artesanato dos pacatubanos, bem como o desenvolvimento e apoio ao turismo da região.

Figura 5 - Salão de exposição. Portal do Turismo e Artesanato de Pacatuba

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2011.

Figura 6 - Salão de exposição. Portal do Turismo e Artesanato de Pacatuba.



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2011.

Nesse espaço são realizadas também a exposição e a venda de produtos confeccionados por artistas do município, (figura 7) o que confirma o grande potencial da cidade de Pacatuba em relação às artes, à cultura, à gastronomia.

Figura 7 - Feira de Artesanato. Festival Internacional Sete Sóis.



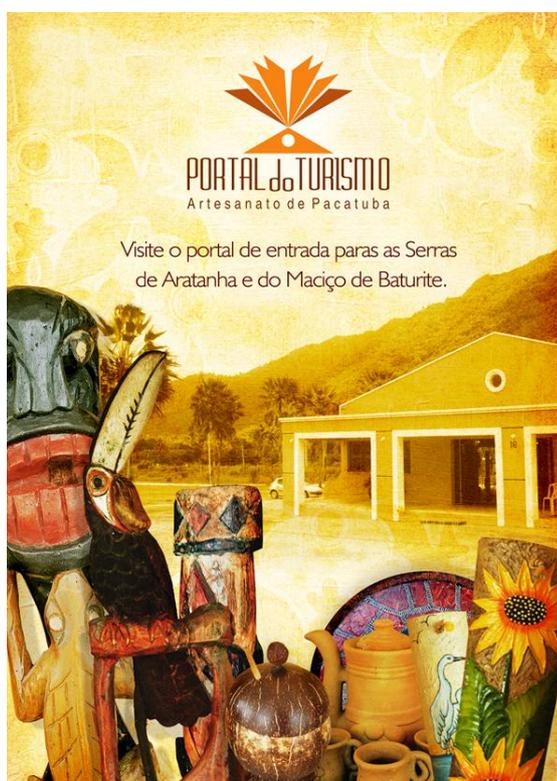
Fonte: Regina Assunção, 2013.

O equipamento também é palco de grandes e significativos eventos, municipais e regionais, cujas temáticas voltam-se para a valorização da arte, do artesanato, do teatro, da

gastronomia, da dança, de toda a cultura do município. A sua manutenção se dá por meio da Prefeitura Municipal de Pacatuba desde sua inauguração em 2008.

O portal está sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo do município, e os funcionários que trabalham no equipamento são fornecidos pela a secretaria, além de todo o apoio nas capacitações dos artesãos, transporte para as feiras, e inscrições nos eventos fora do município, a figura 8 mostra o último folder do equipamento que foi feito para divulgação.

Figura 8 - Folder. Portal do Turismo e Artesanato de Pacatuba



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2011.

Outro equipamento muito importante no município é o Museu Histórico de Pacatuba. Em 2003, na gestão do ex-prefeito Célio Rodrigues, houve o convite oficial ao artista e criador do museu, Sr. Antony Fernandes, para que este o dirigisse e, desde a inauguração até o ano atual (2015), o artista exerce o cargo de diretor geral do equipamento.

Para a criação de um acervo museológico, primeiramente houve várias doações de famílias tradicionais pacatubanas, da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, da Prefeitura Municipal de Pacatuba e de outros órgãos do município, como a Câmara Municipal de Pacatuba.

O museu é filiado ao Conselho Internacional de Museus – ICOM – e ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Participa anualmente de eventos nacionais com outras instituições museológicas filiadas ao IBRAM, como a Semana Nacional dos Museus, que normalmente acontece no mês de maio, referente ao dia do museu, dia 18 de maio, e a 7ª Primavera dos Museus, que acontece no mês de setembro.

O museu possui um diversificado acervo, que vai desde pinturas, maquetes, objetos em barro e esculturas até peças históricas, que foram usadas por personalidades pacatubanas, além de ter livros e material jornalístico – todas as peças são catalogadas. Existem 52 peças datadas do século XIX, algumas são do período da escravidão. Em seu acervo, o museu contempla também 07 maquetes mostrando o perfil da cidade antiga, além de textos referentes à história do município de Pacatuba.

Oficialmente, o Museu Histórico de Pacatuba foi inaugurado em 02 de julho de 2004, com mais de 120 peças. Desde sua inauguração, o museu permanece no mesmo endereço: Rua Coronel João Carlos, nº: 339, localizado no centro do município, as figuras 9 e 10 mostram o último folder feito para sua divulgação.

Figura 9 - Folder (Frente). Museu Histórico de Pacatuba

O Município de Pacatuba está situado na Região Metropolitana de Fortaleza, distante apenas 30 km da capital cearense, localizado no sopé da Serra da Aratanha.

A cidade possui cerca de 74.000 habitantes, distribuídos em seus três distritos: Monguba, Pavuna e Senador Carlos Jereissati.

A cidade possui inúmeros atrativos históricos, culturais e ambientais. Mantém preservados os casarões coloniais do século XIX, símbolos vivos do período em que a cultura do café dominou a economia brasileira.

O criador e atual coordenador do Museu Histórico de Pacatuba, o Sr. Antony Fernandes, começou a organizar aos poucos o acervo do museu municipal, funcionário da Prefeitura Municipal de Pacatuba desde 1974.

Antony Fernandes é natural de Aracati, em Pacatuba desde 1963, sempre envolvido no âmbito cultural. Em 2003, na gestão do prefeito Célio Rodrigues, houve o convite oficial para a criação de um acervo museológico, com isso deu-se início as doações e várias famílias pacatubanas.

Horários de visita:
Segunda a sexta:
8h às 14h

Final de semana e feriados:
Somente com agendamento

Mais Informações:
(85) 3345.2317
(85) 3345.2300

MUSEU DE PACATUBA
MEMÓRIAS DE UMA CIDADE

SECULT - SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
Pacatuba
Uma Pacatuba legal

www.pacatuba.ce.gov.br

Sr. Antony Fernandes, natural de Aracati CE, é fundador do Museu Histórico de Pacatuba.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2014.

Figura 10 - Folder (Verso). Museu Histórico de Pacatuba

UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA EM CADA PEÇA.

Oficialmente o Museu Histórico de Pacatuba foi inaugurado em 02 de julho de 2004 com mais de 120 peças, equipamento cultural que pertenciam a Fundação de Turismo e Cultura (FUNTEC), desde 2011 passou para Secretaria de Cultura e Turismo de Pacatuba. O Museu é filiado ao Conselho Internacional de Museus – ICOM, e ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, possui um diversificado acervo que vai desde pinturas, maquetes, objetos em barro, esculturas, livros, e 07 maquetes, todas peças que contam a história do município de Pacatuba, devidamente catalogadas. **Confira algumas:**

Fachada do Museu de Pacatuba.

Conjunto de louça branca com início da baronesa do café Maria do Carmo Theophilo Silva e conjunto de garfos e colheres. Datados de 1859. Pioneira na plantação do café no Estado do Ceará.

Maquete (30cm x 18cm x 10cm) representa a Igreja Matriz de Pacatuba (Igreja Nossa Senhora de Conceição).

Rafetaria, possui 1850 e vidro à base de madeira de jacarandá. Datado de 1940. Pertenciu ao pacatubano Lúcio Brachio.

Maquete (15cm x 10cm x 10cm) conhecido como "Casarão João Pinto".

Caneleto branco embalsamado em vidro, chamado de Araratã. Devido à abundância desta, deu nome à "Serra de Araratã".

Maquete: Habita o centro histórico de Pacatuba em 1898, com vista da primeira praça central de Pacatuba (Praça Henrique Gonçalves da Justa).

Livros (Mesas romanas em Latex), cor marrom com detalhes dourados. Datado de 1714. Parque Nossa Senhora de Conceição de Pacatuba.

Escultura de acrílico (37cm x 27cm x 18cm), representa a paca, animal extinto no Município. O nome do Município se deu à abundância do animal na origem do município.

03 candieiros de metal, coroados e suco. Datado de 1905. Parque Nossa Senhora de Conceição de Pacatuba.

Correntes de ferro que prendia os escravos no tronco. Antiga Garcia Casimiro Leite de Oliveira. Datado de 1854.

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo, 2014.

O equipamento possui um fluxo constante de visitantes e turistas, tendo os meses de maio, setembro e outubro como os meses de maior fluxo, pois são referentes ao aniversário do município, à Semana Nacional de Museus e à 7ª Primavera de Museus.

A prática da atividade esportiva do voo livre no município de Pacatuba fica especificamente no distrito de Monguba. O distrito fica localizado também na CE-060, pouco antes da sede do município, se você for para o município no sentido Fortaleza - Pacatuba.

Os instrutores da prática do voo livre que trabalham no distrito da Monguba possuem uma sede, que fica localizada na Rodovia CE-060 ou Rodovia Dr. Mendel Steinbruch, 5944. A sede é utilizada como apoio aos parapentistas e serve para a realização de reuniões e atendimento aos turistas e visitantes (informação verbal)⁶.

O município já participou de vários campeonatos cearenses de voo livre. Os eventos dessa prática esportiva são realizados em parceria com a Federação de Parapente e Asa-Delta do Ceará – FEPACE – e a Prefeitura Municipal de Pacatuba.

A rampa onde são praticados esportes como parapente e asa-delta é conhecida como Rampa Jamil Salles. O local de decolagem do parapente está a 130 metros de altura, já a

⁶Informação fornecida em entrevista cedida pelo instrutor da prática esportiva de voo livre, Demétrio Bandeira de Paulo, em 26 de março de 2015.

rampa de asa-delta está a 300 metros ao nível do mar. O tempo médio para a subida de carro é de 5 minutos, já a pé é de 15 minutos⁷ (figura 11).

Figura 11 - Campeonato Cearense de Voo Livre. Monguba – CE



Fonte: <<http://www.pacatuba.ce.gov.br/noticias/texto.asp?var=1212&c=n>>, 2010.

Além das belezas naturais e dos equipamentos turísticos e culturais, o município possui também um centro histórico, com casarões datados de 1791, além de praças, engenhos e edificações que fazem parte da história do estado do Ceará.

A maioria dos imóveis mais antigos do município são residenciais, outros se encontram alugados ou sob posse do poder público – alguns se encontram bastante deteriorados ou já foram modificados com o tempo.

O município não possui uma lei municipal de tombamento dos prédios, por isso muito da sua história está se perdendo com o passar dos anos, devido às chuvas e sol e, principalmente, por a falta de conscientização de alguns moradores em preservar e conservar a memória do município.

2.2 DINÂMICA ECONÔMICA LOCAL

Conforme dados do Anuário Estatístico do Estado do Ceará, em 1991, Pacatuba possuía um contingente populacional de 60.148 habitantes, o que correspondia a 0,94% da

⁷Disponível em: <<http://www.pacatuba.ce.gov.br/noticias/texto.asp?var=1212&c=n>>. Acesso em: 4 nov. 2010.

população estadual (6.366.647 habitantes). Segundo os dados mais atuais do IBGE, no ano de 2010, a população de Pacatuba tinha uma média de 72.299 habitantes, já no ano de 2014 a população estimada chegou por volta de 79.077.

No período de 1980 a 1991, observou-se no município um significativo acréscimo populacional, representado por uma taxa geométrica de crescimento positiva de 6,98%. Comprovado o êxodo rural existente em Pacatuba, tem-se que a taxa de urbanização passou de 89,13% em 1991, para 95,54% em 1995⁸.

Tabela 1 - População residente – 1991/2000/2010

Discriminação	População residente					
	1991		2000		2010	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	60.148	100,00	51.696	100,00	72.299	100,00
Urbana	53.626	89,16	47.028	90,97	62.095	85,89
Rural	6.522	10,84	4.668	9,03	10.204	14,11
Homens	29.801	49,55	25.346	49,03	35.599	49,24
Mulheres	30.347	50,45	26.350	50,97	36.700	50,76

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos Demográficos 1991/2000/2010.

A distribuição de terra em Pacatuba é bastante desigual. De um lado, uma pequena parcela de imóveis rurais, incluída na categoria de latifúndios por exploração, apropriou-se de 83% da área total. De outro, um elevado contingente de pequenos produtores, minifúndios, abrange uma exígua área.

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1992, Pacatuba possuía 599 imóveis rurais cadastrados (18.604 ha). Desse total, 450 imóveis representavam áreas ociosas, ou seja, 46,52% do total de áreas cadastradas no município eram aproveitáveis e não exploradas.

O desenvolvimento da pecuária, em 1994, expressou-se principalmente pela exploração de aves, bovinos e suínos. Em 1995 houve uma redução na produção, e esse fato pode ser justificado pelo processo de urbanização vivenciado por Pacatuba que, a exemplo de outras cidades da Região Metropolitana, vem, com o passar dos anos, trocando as atividades agropecuárias pela industrialização.

⁸Disponível em: <<http://www.pacatuba.ce.gov.br>>. Acesso em agosto de 2012.

Tabela 2 - Indicadores demográficos – 1991/2000/2010

Discriminação	Indicadores demográficos		
	1991	2000	2010
Densidade demográfica (hab./km ²)	209,21	376,52	498,35
Taxa geométrica de crescimento anual (%) (1)			
Total	6,98	-1,67	3,41
Urbana	10,17	-1,45	2,82
Rural	-3,92	-3,65	8,13
Taxa de urbanização (%)	89,16	90,97	85,89
Razão de sexo	98,20	96,19	97,00
Participação nos grandes grupos populacionais (%)	100,00	100,00	100,00
0 a 14 anos	41,97	36,39	27,64
15 a 64 anos	54,49	59,79	67,67
65 anos e mais	3,54	3,82	4,69
Razão de dependência (2)	83,52	67,42	47,77

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1991/2000/2010. (1) Taxas nos períodos 1980/91 e 1991/00 para os anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente. (2) Quociente entre “população dependente”, isto é, pessoas menores de 15 anos e com 65 anos ou mais de idade e a população potencialmente ativa, isto é, pessoas com idade entre 15 e 64 anos.

A área territorial do município tem estimativa de 131,994 km² e a densidade demográfica tem estimativa, segundo dados do IBGE, de 547,74 hab/km². O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – do município, no ano de 1991, foi de 0,385, enquanto no ano de 2000 a estimativa foi de 0,533 e no ano de 2010 foi de 0,675⁹.

A economia do município era movida basicamente pelo setor ligado à prestação de serviços, seguido pelo setor primário. A agricultura desenvolvida apoiava-se na produção da banana, cana-de-açúcar, café e algodão e hoje produz arroz, feijão, milho, mandioca, entre outros, com rendimentos médios, em pouca escala. Esse panorama atual passa por decrescentes níveis de produção, em virtude das secas, desgaste do solo, irrigação

⁹Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230970&search=ceara|pacatuba>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

insuficiente, queimadas, além de não dispor de investimentos e aparato tecnológico para concorrer com grandes produtores.

Tabela 3 - Número de empregos formais – 2013

Discriminação	Número de empregos formais					
	Município			Estado		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Total das						
Atividades	8.546	4.094	4.452	1.495.923	840.200	655.723
Extrativa Mineral	73	71	2	3.583	3.253	330
Indústria de						
Transformação	3.567	1.679	1.888	263.819	162.085	101.734
Serviços						
Industriais de						
Utilidade Pública	21	19	2	7.796	6.475	1.321
Construção Civil	50	43	7	84.619	78.387	6.232
Comércio	722	408	314	259.949	153.660	106.289
Serviços	476	322	154	454.959	258.418	196.541
Administração						
Pública	3.484	1.440	2.044	395.278	55.123	240.155
Agropecuária	153	112	41	25.920	22.799	3.121

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb) – RAIS.

Segundo dados do Anuário Estatístico do Ceará, em 1995, o município contava com 26 indústrias e, em relação às atividades comerciais, possuía 253 estabelecimentos em funcionamento. Segundo o perfil básico municipal de Pacatuba de 2011, o número de empregos formais no ano de 2010 chegou a 1.325.792, incluindo atividades industriais, comerciais, administração pública e agropecuária.

Segundo a Prefeitura Municipal de Pacatuba, através da Secretaria do Trabalho, Empreendedorismo, e Desenvolvimento Econômico (2014), há implantadas, no território do município, 25 indústrias, de várias áreas, (têxtil, fabricação de produtos químicos, de sacolas plásticas, tintas, sucos, refrigerantes, água, cervejaria, entre outros) e outras indústrias estão em processo de implantação. Essa demanda de empresas fez com que diminuísse bastante o

índice de desemprego no município. O fato de o território de Pacatuba ser escolhido por empresas grandes para se fixarem em seu território se deve pela a proximidade com a capital cearense.

Tabela 4 - Empresas industriais ativas – 2013

Discriminação	Empresas industriais ativas			
	Município	%	Estado	%
Total	368	100,00	34.763	100,00
Extrativa mineral	3	0,82	329	0,95
Construção civil	14	3,80	2.933	8,44
Utilidade pública	1	0,27	142	0,41
Transformação	350	95,11	31.359	90,21

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

Tabela 5 - Estabelecimentos comerciais – 2013

Discriminação	Estabelecimentos comerciais			
	Município	%	Estado	%
Total	914	100,00	154.781	100,00
Atacadista	8	0,88	3.608	2,33
Varejista	905	99,02	150.690	97,36
Reparação (1)	1	0,11	483	0,31

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ). (1) de veículos de objetos pessoais e de uso doméstico.

Na sede do município, onde há o maior fluxo turístico, existe ainda uma grande carência de hospedagem e alimentação, o que conseqüentemente acaba prejudicando a atividade turística. Em relação à hospedagem, o município possui uma pousada (figuras 12 e 13) Pousada das Andréas, que fica bem próxima do Balneário Ecológico das Andréas, a qual possui um restaurante, piscina e alguns chalés e apartamentos.

Figura 12 - Pousada das Andréas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 13 - Pousada das Andréas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Uma chácara que fica mais distante da sede (figura 14) Chácara 3M, a chácara fica localizada no distrito da Pavuna, na Rua José Ernandes Gadelha, nº 550. O estabelecimento possui 17 apartamentos, piscina, salão de eventos, restaurante e sua proprietária é a senhora Maria Margarida Matias. O albergue (figura 15) conhecido como Sítio Aratanha, possui 10 quartos e seu proprietário se chama Adaulto Quintinho da Silva. Fica localizado no centro da sede, próximo à Prefeitura Municipal.

Figura 14 - Chácara 3M. Pavuna – CE

Fonte: Elaborado pelo autor..

Figura 15 - Sítio Aratanha. Pacatuba – CE

Fonte: Elaborado pelo autor.

O artesanato da região é bastante rico e variado, com peças feitas de madeira, sementes, tapetes, produtos de barro, *biscuit*, bordados, redes, quadros, artigos pirogravados, artigos feitos a partir do coco, bijuterias, doces (chocolates e bananas secas).

Em torno de 50 artesãos são cadastrados na Secretaria de Cultura do município. Esses artesãos participam das feiras de artesanato dentro de eventos municipais que a

Prefeitura Municipal realiza, ou de feiras regionais de que o município é convidado a participar. Os grupos de artesãos são bastante heterogêneos, formados por mulheres, homens, casais, que se sustentam e sustentam suas famílias com a venda de seus produtos.

3 O TURISMO NA SUA ESSÊNCIA

A *grand tour*, como ficou conhecida a viagem de estudos realizada pelos jovens da nobreza e da classe média da Inglaterra, é citada, tanto por McIntosh et al. (1999) quanto por Acerenza (2002), como sendo um grande marco na evolução da história das viagens. Esse evento concentrou-se no período compreendido entre o final do século XVI e meados do século XVIII.

Essas viagens caracterizavam-se como deslocamentos de longa duração (três anos, em média) e não sazonais, já que atendiam principalmente jovens rapazes pertencentes à elite britânica¹⁰, que, em sua maioria, não exerciam atividades remuneradas¹¹.

Esses deslocamentos possibilitaram o registro por meio de relatos, que se elaboraram em mapas contendo as principais rotas entre cidades a serem visitadas, os atrativos a serem observados em cada cidade, além de descrever de forma mais detalhada as principais acomodações existentes em cada local e também os melhores lugares para se obter alimentação.

Os benefícios obtidos com essas viagens foram muito questionados, uma vez que, ao invés de estudos, muitos se dedicavam somente aos prazeres disponíveis ao longo do caminho. Os *grand tours* seguiam um itinerário mais ou menos padronizado: o principal guia turístico – *The Grand Tour*, de Thomas Nugent, primeiramente publicado em 1749 – indicava visitas à França, à Itália, à Alemanha e aos Países Baixos, embora os viajantes se concentrassem em longas estadas na França (especialmente em Paris) e na Itália (com visitas a Gênova, Nápoles, Florença, Roma e Veneza e rápidas paradas em cidades menores) (COSTA, 2009).

Esse era o roteiro mais popular¹², já que vigorava a crença comum da inexistência de locais merecedores de visita no restante do mundo, onde somente reinava total e

¹⁰Os jovens eram filhos de aristocratas, de pequenos fidalgos e, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, de profissionais da classe média.

¹¹Apesar de o perfil do *grand tour* oitocentista não se afastar marcadamente das características já destacadas, havia algumas notáveis exceções, como o próprio Goethe (cuja viagem rendeu, pelas acuradas e sensíveis observações das características físicas da terra e povo italianos e das ricas experiências vivenciadas, um dos maiores clássicos da literatura de viagem, *Viagem à Itália: 1786 – 1788*, cit.) e Lady Mary Wortley Montagu (que acompanhou o marido em sua missão como embaixador em Constantinopla – atualmente a cidade de Istambul, na Turquia – de 1716 a 1718, a quem abandonou, vinte anos depois, para abraçar a vida de viajante na Europa continental), Lynne Withey, *Grand Tours and Cook's Tours: a History of Leisure Travel, 1750 – 1915* (Nova York: William Morrow and Company, 1997), p.6.ibid., pp. 6-7.

¹²Quando o roteiro europeu se tornou familiar e visitantes de classes menos abastadas passaram a cumpri-lo, os *grand tourists* voltaram suas atenções para locais mais distantes, como o norte do continente americano, Índias Orientais, extremo Oriente, Egito e cidades portuárias do norte da África; os mais “exóticos” visitavam o Japão, a cidade do Cabo (África do Sul) e o Rio de Janeiro (Brasil).

prodigioso barbarismo. Era a Itália, entretanto, o “coração” da viagem, a ponto de ser objeto de apaixonados comentários literários, como o do tutor de *grand tours* Samuel Johnson: “um homem que não esteve na Itália está sempre ciente de sua inferioridade por não ter visto o que se espera que um homem veja”¹³.

Nesses locais, os *grand tourists* notavam como eram pobremente conhecidos o comportamento e os costumes de nações estrangeiras e buscavam vivenciar intensa troca cultural com a população e com outros viajantes. Além disso, procuravam conhecer os destaques históricos e culturais locais e, principalmente, os seus grandes monumentos, obras de arquitetura, escultura ou pintura, excepcionais e singulares por seu tamanho e beleza ou pelo estranhamento produzido em seus observadores.

Assim, as obras da Antiguidade clássica permaneciam como uma das principais atrações dos *grand tourists* (fator que ajuda a explicar a forte preferência desses viajantes por longas estadas na Itália), além da elaboração de lista das “sete maravilhas” que deveriam ser visitadas. Essas viagens transformaram-se em empreendimentos filosóficos e científicos, que permitiam ao viajante fazer comparações e formular, a partir delas, valores mais universais que aqueles engendrados em contato apenas com os costumes de seu local de origem (LEED, 1991). Essa forma de aprendizado era uma complementação indispensável à educação formal dos futuros dirigentes civis e militares e intelectuais europeus (COSTA, 2009).

Urry (1996) destaca que existia uma expectativa de toda a sociedade de que as viagens empreendidas exercessem esse papel primordial na educação cognitiva e perceptiva das classes altas, realmente formando os perfis necessários para o alcance das mudanças requeridas. Para tanto, os jovens eram acompanhados por preceptores ou tutores encarregados de formá-los, por meio da sedimentação dos conhecimentos clássicos, da solidificação do caráter e da preparação para a guerra. Nas palavras de Nugent¹⁴ (1999, p.25) “o *grand tour* visava manifestamente enriquecer o espírito pelo saber, corrigir o discernimento, suprimir os preconceitos da educação, polir as maneiras, em uma palavra: formar um *gentleman* completo”.

Para Barreto (1995) e diversos outros autores, o turismo moderno originou-se dentro de um contexto social amplo, com mudanças ocorridas nos modos de produção (que, para a autora, determinariam quem viaja) e no desenvolvimento tecnológico (que determinaria a forma como se viaja). A passagem do século XVIII para o XIX é marcada na Europa por

¹³Cf. Samuel Johnson, *apud* Lynne Withey, *Grand Tours and Cook's Tours*, cit.,p.7.

¹⁴ Cf. Nugent, *apud* Roy Malkin, “Do viajante de outrora ao ‘novo’ turista, em *O Correio da Unesco*, 27 (9-10), Rio de Janeiro, set.-out. de 1999, p.25.

grandes transformações econômicas, sociais e políticas, corporificadas na Revolução Industrial e na Revolução Francesa, responsáveis por alterações significativas no panorama geral do continente europeu.

O grande fluxo de deslocamentos e exigências elitizadas do público dos *grand tours* estimularam a melhoria da oferta de serviços de transporte (principalmente com o aumento da malha ferroviária e o advento do navio a vapor), hospedagem, alimentação e acompanhamento (seja de livros para consultas e orientações ou de profissionais especializados), que contribuíram “para a disseminação de rotinas, códigos e signos das viagens desde então.” (COSTA, 2009, p. 24).

É nesse contexto que aparecem grandes inovações na estrutura e nos objetivos das viagens, inovações realizadas por empreendedores cujas realizações transformaram seus nomes em sinônimos de seus produtos e introduziram a atividade turística na era industrial: Barreto¹⁵, Baedeker¹⁶, Pullman¹⁷, Ritz¹⁸ e o maior deles, Cook, criador, no segundo quartel do século XIX, das “excursões organizadas” (atualmente também conhecidas como “pacotes turísticos.”)

Em dezembro de 1789, apenas quatro meses após ter iniciado sua viagem de dois anos pela Itália, o pensador e escritor alemão J.W. Goethe defendia, em seu diário, que uma viagem contemplativa a terras estranhas acarreta fundamentais mudanças aos viajantes capazes de refletir sobre o que veem:

Por certo, eu acreditava que fosse aprender de verdade aqui; mas não pensei que fosse ter de volta à escola primária, que precisaria desaprender, ou verdadeiramente apreender tanto. Disso já me encontro agora convencido, tendo – me entregado por completo a esse aprendizado [...] Conceda-me o céu, quando do meu retorno,

¹⁵Margarida Barreto, *Manual de iniciação ao estudo do turismo*, cit., p.52.

¹⁶Os guias turísticos publicados pelo editor alemão Karl Baedeker vieram substituir, a partir de 1850, os livros escritos especialmente para os adeptos dos *grand tours*, que não mais se adequavam às características dos novos viajantes.

¹⁷O magnata ferroviário George Pullman foi o responsável pela invenção do conceito de “trem turístico de luxo” nos Estados Unidos, onde as distâncias a serem percorridas eram maiores e a falta de frequência das paradas era mais comum que na Europa. Os carros *pullman* para passageiros eram mais amplos e bem mais altos, mais bem ventilados, com longos corredores centrais e vestíbulos fechados entre os carros (que permitiam maior movimentação dos passageiros) e equipados com lâmpadas a óleo, fogareiros, lavatórios e, a partir de 1859, agradáveis dormitórios (Lynne Withey, *Grand Tours and Cook’s Tours*, cit., pp. 175-179).

¹⁸Após trabalhar por décadas em famosos hotéis europeus e transformar-se num renomado administrador hoteleiro, o suíço Cesar Ritz abriu, em Paris, em 1898, o primeiro Ritz Hotel. Para o empreendimento, Ritz adquiriu uma sequência de edifícios, erguidos entre 1680 e 1720 na Place Vendôme, com fachadas uniformes, concebidas por Luís XVI; transformou seus interiores em um único moderno e luxuoso hotel, conservando, entretanto, todo o charme de sua fachada. Neste hotel, Ritz lançou uma de suas principais inovações: a introdução de um quarto de banho privativo a cada um dos quartos de dormir, numa época em que a grande maioria dos hotéis europeus oferecia apenas um quarto de banho por andar. Um ano mais tarde, Ritz inaugurava o Carlton Hotel em Londres. Esses dois hotéis foram responsáveis por todos os padrões de hotéis luxuosos que seriam seguidos por todas as gerações hoteleiras seguintes – Lynne Withey, *Grand Tours and Cook’s Tours*, cit., pp. 184-189.

também as conseqüências morais resultantes desta vida num mundo mais amplo façam sentir, pois, juntamente com a percepção para a arte, também ao meu senso moral vem passando por grande renovação. (GOETHE, 1999, p. 178).

O ano de 1841 foi apontado por Acerenza (2002) como um marco histórico para o estudo do turismo, pois foi nesse ano que Thomas Cook, na Inglaterra, e Henry Wells, nos Estados Unidos, começaram suas atividades ligadas ao setor de viagens turísticas, sendo até considerados os primeiros agentes de viagens que passaram a viver exclusivamente e em tempo integral desse tipo de serviço. É atribuído a Cook um grande número de invenções que são usadas até os dias atuais pelos agentes de viagem em todo o mundo, como o guia de viagens, o *voucher* (cupom de reserva de hotel) e o *traveler's check* (cheque de viagem), entre outras.

Na segunda metade do século XIX, Cook já havia abandonado os pacotes dirigidos a uma clientela de poder aquisitivo mais baixo e passava a dedicar-se a clientes de alto nível: em 1885, escoltava pela Itália “eclesiásticos, médicos, banqueiros, engenheiros e negociantes”. Cinco anos mais tarde, apenas duas décadas depois da realização de sua primeira excursão organizada, mais de um milhão de pessoas já tinha viajado com Cook, em grande parte mulheres e frequentemente solteiras, que, mais que um guia, consideravam Cook um “guardião”.

Os mais tradicionais, entretanto, criticavam abertamente Cook e seus excursionistas, tachando-os de observadores apressados, representantes de uma modernidade que arrastava multidões de intrusos a aldeias, povoados e regiões até então autossuficientes, envolvendo-os em uma teia cada vez mais engendradora de forças econômicas e sociais estrangeiras. Assim, por participarem de uma viagem organizada, os turistas de Cook eram acusados não somente de serem incapazes de experimentar qualquer sentimento estético, como também de profanarem a grandeza sagrada dos monumentos que visitavam. A sua velocidade era associada a superficialidade (COSTA, 2009).

A partir da I Guerra Mundial, diversos países europeus começam a usar o turismo como fonte de captação de capital. O aumento da importância comercial do fenômeno turístico fez com que a Sociedade das Nações (embrião da futura ONU) classificasse como turismo toda a viagem realizada por um indivíduo com uma duração maior que 24 horas (BONALD, 1984).

Após a segunda Grande Guerra, consolida-se um mercado consumidor de turismo que, na Europa, desloca milhões de pessoas de seus lugares de origem rumo aos mais diversos destinos, embora a maior parte das viagens esteja caracterizada como de curta distância.

Em 1946 foi fundado o World Tourism Organization (UNWTON), durante o primeiro congresso internacional de corporações de turismo, realizado em Londres, que tirou como uma de suas resoluções a extinção da *International Union of Official Propaganda Organizations* (IUOTPO), que havia sido estabelecida em 1934 e era, até então, o órgão responsável pelo desenvolvimento do turismo.

O World Tourism Organization (UNWTON) é um órgão das Nações Unidas encarregado de fomentar o diálogo e a interação entre os diversos setores encarregados das tarefas ligadas à atividade turística ao redor do planeta. Seu objetivo é atuar como um fórum de discussão permanente em relação à definição de políticas e transferência de tecnologia e práticas voltadas à melhoria das relações entre as diversas nações que desenvolvem atividades ligadas à prática do turismo.

Em 27 de setembro de 1970, uma assembleia geral realizada na Cidade do México decidiu que a instituição *World Tourism Organization* (UNWTON) passaria a se chamar World Tourism Organization (WTO). Em 1975, a sede seria transferida para Madri, atendendo a um convite do governo espanhol, e em 1976, foi assinado o acordo que tornaria a entidade uma agência executiva do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, fazendo com que, desde então, até os dias atuais, sua forma de atuação e seus objetivos estivessem sempre focados na resolução dos principais entraves que dificultavam o estabelecimento de iniciativas na área do turismo. (UNWTO, 2013).

A entidade conta atualmente com mais de 160 países filiados e mais de 390 instituições privadas filiadas ao redor do mundo, incluindo universidades e centros de pesquisa, que contribuem com seus estudos para ajudar a compreender as complexas relações que envolvem o setor turístico. (UNWTO, 2013).

Viajar transformou-se num lugar comum para uma grande parte da elite e também da classe média no último quartel do século XIX e início do século XX. O século XX foi marcado pelo incremento das vendas de automóveis e pela construção e implementação de cidades com finalidades eminentemente turísticas, tanto na Europa, como na América do Sul, como foram os casos de Mar del Plata (na Argentina), Viña del Mar (no Chile) e Piriápolis (no Uruguai), que permitiram uma nova ampliação da exploração do turismo, mostrando ser esta uma atividade de grande potencial e cujo desenvolvimento atraía cada vez mais a atenção de grandes investidores, conforme Acerenza (2002).

Em meados da década de 1980, da mesma forma que foi possível observar, em outros campos de ação do desenvolvimento industrial, o modelo turístico, este começou a dar

sinais de esgotamento. A crítica ambientalista, inicialmente direcionada à utilização irracional dos recursos naturais, ampliou-se para outros aspectos, enfocando o turismo de massa.

Assim, a partir da década de 1990, nota-se mais acentuadamente a retomada de um modelo de oposição à estandardização imposta pelos *all inclusive* tours (BARRETTO, 1996), um turismo herdeiro da tradição do *grand tour* e cujo imperativo essencial é se dissociar do turismo de massa. É um tipo de turismo que se acredita como “fator de promoção da sustentabilidade do patrimônio.” (STENZEL, 1999, p.2), baseando-se na estacionalidade dos fluxos (mais tempo em um mesmo lugar) com viagens individuais ou em pequenos grupos, uso de equipamentos qualitativamente estruturados e serviços personalizados.

Esse turista adota uma postura muito próxima à do *grand tourist*, com maior preocupação em conhecer o local e as comunidades visitadas, um espírito mais aventureiro e o explícito desejo de viver novas experiências e descobrimentos. Entre suas principais motivações está o desejo de aprendizado e de conhecer o outro e a si mesmo¹⁹.

O turismo de massa e o turismo alternativo ainda se distanciam pelos diferentes interesses, motivação e percepção do turista. Por outro lado, essas práticas turísticas fundamentam-se sobre a mesma dimensão mercadológica capitalista: o uso ou o consumo de bens e serviços turísticos²⁰.

É, portanto, lícito afirmar que as diferentes formas de turismo da atualidade se apossam de características de ambos os tipos de turismo, criando uma simbiose que se propõe como alternativa ao turismo de massa tradicional, sem, entretanto, adquirir o caráter de excepcionalidade do turismo alternativo. Essa terceira forma mediana utiliza-se de diversos benefícios conquistados pelo turismo de massa (como voos comerciais regulares, serviços de hospedagem, alimentação e receptivo de boa qualidade e cada vez mais baratos), mas fundamenta-se nos preceitos do turismo sustentável e inclui, como uma das funções precípuas, o desenvolvimento de experiências educativas baseadas na experimentação de

¹⁹Beatriz C. Labate (“A experiência do ‘viajante-turista’ na contemporaneidade”, cit.) destaca esse caráter existencial e educativo intrínseco às viagens desse novo turismo, explicitado em entrevistas de uma pesquisa de campo exploratória levada a cabo em Lençóis (BA), em 1995. Um de seus entrevistados, um jovem israelense de 24 anos que viajaria pelo Brasil de três a seis meses, definiu a motivação central de sua viagem como sendo “duas coisas juntas: férias, fugir da vida rotineira, de todo dia, e também explorar outras culturas, conhecer outras pessoas, o modo de vida delas [...]. A viagem é para escapar, abrir a cabeça, conhecer mais, aprender mais”.

²⁰A indústria das informações para turistas independentes e alternativos é um filão pelo qual diversas editoras têm mostrado interesse. Além dos guias de viagem, são também exemplos de produtos voltados para este nicho de consumo os equipamentos especiais (roupas e calçados, mochilas, barracas, sacos de dormir, fogareiros etc.) e as câmeras fotográficas. Jost Krippendorf (Sociologia do turismo, cit., p.80) acredita que “mesmo os mais convictos pela aventura acham muito normal o uso de algumas comunidades introduzidas pelo turismo de massa que abominam: os voos a preços baixos, os aeroportos, os centros de informações turísticas, por exemplo”.

situações e objetos, vivências que levem à preservação do patrimônio cultural e natural (COSTA, 2009).

Essa forma de turismo, se ainda não conseguiu fundamentar-se totalmente em sua sustentabilidade, já mostra sinais claros de sua utilização como importante ferramenta para a educação.

As razões que regem os deslocamentos turísticos se tornaram extremamente variadas e numerosas. Se durante os *grand tours* a motivação primordial era o aprendizado, ou, mais precisamente, a aquisição de informações com base na vivência e na experimentação de objetos e situações reais, muitos estudiosos defendem que, na atualidade, os motivos que levam os indivíduos a realizar uma viagem são tão variados quanto cada um dos turistas que viaja (COSTA, 2009).

3.1 O TURISMO NO BRASIL

No Brasil, desde o seu descobrimento, pelos portugueses, em 1500, até a comemoração de seu centenário de independência em 1922, não se considerou o turismo de maneira mais organizada. Acerenza (2002) afirma que somente por ocasião dessa comemoração é que surgiram as primeiras iniciativas de grande porte em termos de hotelaria no país e que, no ano subsequente, foi criada a Sociedade Brasileira de Turismo, que, anos mais tarde, passou a denominar-se *Touring Club* do Brasil, nome mantido até os dias atuais.

Ainda na década de 1920, inicia-se a exploração do turismo de águas termais no estado de São Paulo e ocorre o aumento das atividades ligadas ao turismo no estado do Rio Grande do Sul, que fazia fronteira com o Uruguai e que tinha em Punta del Este um promissor centro de desenvolvimento que estava experimentando seu primeiro grande momento de expansão, segundo relatos de Acerenza (2002).

Paixão (2005) afirma, em seu estudo sobre o período do turismo nacional (que ele situa entre 1930 e 1945), que o Brasil dessa época viveu uma expansão muito grande na área do turismo, pois, com o advento dos hotéis-cassino em várias cidades do país, a elite nacional tinha diversas opções de entretenimento e lazer que faziam crescer economicamente o país e garantiam oportunidades de emprego e renda para grande parte da recém-industrializada nação brasileira.

Segundo Paixão (2005), o Brasil sofria forte influência dos hábitos de vida e da cultura norte-americana, e os cassinos eram a expressão maior desse estilo de vida, onde o

glamour e as festas constantes faziam parte do cotidiano de uma crescente classe média que desejava diversão e sofisticação.

No Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, consolida-se um modelo de modernização industrial e de urbanização excludente. A partir da década de 1960, o turismo passou por um processo de massificação, sendo que as relações capitalistas acabaram sendo reproduzidas nos locais onde ocorrem os fluxos de turistas: a especulação imobiliária, a relação econômica sobrepondo-se à relação cultural.

O processo de expansão da modernidade foi longo e difícil, particularmente no continente latino-americano (ORTIZ, 2000). A modernização industrial e cultural da sociedade vai ocorrer com violência e tensões. A consolidação da indústria cultural nos anos 1960 e 1970 (Globo, no Brasil, e Televisa, no México) vai marcar uma nova fase nessas sociedades.

Antes de 1966 havia uma ausência de políticas públicas voltadas especificamente para o setor turístico e, a partir dessa data, deu-se início às políticas públicas voltadas para esse setor. Para isso, era necessário criar um órgão. Houve então a fundação da EMBRATUR, em pleno Regime Militar, a qual tinha o objetivo de coordenar e planejar o turismo no Brasil.

A Empresa Brasileira de Turismo, hoje Instituto Brasileiro de Turismo, é parte de uma política pública para o turismo no Brasil. Na época de sua criação havia somente pequenas autarquias responsáveis pela administração das correntes de turistas.

O volume de turistas estrangeiros começou a ser bastante intenso a partir do final da Segunda Grande Guerra Mundial. Isso estava relacionado às políticas de aproximação com os EUA, uma das potências ganhadoras da guerra com as demais nações europeias.

A partir de 1966, as políticas públicas visavam a aumentar a participação de capital estrangeiro nos investimentos turísticos. Houve um conjunto de decretos e leis cujo objetivo era facilitar a compra de propriedades e investimentos no setor hoteleiro por meio da concessão de linhas de crédito. Isso está atrelado à forma como a imagem do Brasil foi divulgada no exterior. Até o final do Regime Militar e a posterior redemocratização do país, a orientação das políticas públicas era de cunho verticalizado e autoritário, com pouca ou nenhuma participação de outros atores sociais na sua elaboração, como as comunidades locais (de pescadores, de indígenas entre outras).

Um dos caminhos pelos quais se gerou uma noção de direitos do consumidor no Brasil, foi a importação, pela classe média de produtos e valores do exterior. A partir dos anos 1970, a classe média tornou-se viajante compulsiva, tendo como destino principal as cidades de Miami e Nova York, que visitava sobretudo para comprar (SORJ, 2000, p. 51).

Um dos pretextos era a constatação de que o produto nacional era de baixa qualidade, caro e sem garantias. Paralelamente, o consumo popular não ficou para trás, crescendo à medida que cresciam o volume e o fluxo de produtos estrangeiros contrabandeados, particularmente pelo Paraguai – produtos falsificados, à “sombra” da sociedade de consumo das classes médias. Estas compravam tênis e eletroeletrônicos de marca. As classes populares compravam marcas falsificadas, uma espécie de “duplo” das mercadorias de “marca”.

Carvalho (2005) afirma que o verdadeiro reconhecimento da necessidade de planejamento sério do turismo nacional só veio em 1993, com a criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, que possuía uma Secretaria Nacional de Turismo e Serviços, órgão encarregado de planejar as ações do setor.

O primeiro documento oficial a definir regras e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo de forma organizada no Brasil foi publicado no final de 1995, por meio das “Diretrizes para uma Política Nacional de Turismo 1996-1999”, conforme aponta o trabalho de Carvalho (2005).

Esse conjunto de ações representava o anseio de profissionais que trabalhavam na atividade turística, que viam nesse documento a confirmação, por parte do governo, de que havia uma agenda político-administrativa que incluía o setor do turismo de forma concreta como um dos elementos importantes para o desenvolvimento nacional.

No ano de 2003 foi criado o Ministério do Turismo, que veio atender a uma antiga reivindicação das empresas do setor, pois passaria a servir como um órgão oficial responsável pela definição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor, além de servir como um elo de integração entre os demais ministérios e os órgãos locais responsáveis pela organização do turismo, como as secretarias estaduais de turismo e as secretarias municipais de turismo, possibilitando maior diálogo e melhor utilização dos recursos públicos (EMBRATUR, 2003).

Nesse mesmo ano foi lançado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento para o período 2003-2007, cujos principais objetivos eram: desenvolver o turismo brasileiro com qualidade e respeitando as diversidades regionais; dar estímulo e facilitar o acesso aos produtos turísticos tanto nacionais quanto internacionais; qualificar os produtos turísticos; diversificar os produtos oferecidos; propiciar a estrutura adequada aos destinos turísticos; qualificar e profissionalizar a mão de obra, além de aumentar sua oferta; tornar mais competitivos os destinos turísticos brasileiros no mercado internacional; incentivar a

ampliação do consumo turístico no mercado interno; aumentar os gastos médios por dia do turista e seu período de permanência em território nacional. (EMBRATUR, 2003).

No ano de 2007 foi lançado o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, que dava sequência a seu antecessor, com o intuito de consolidar os avanços até aqui obtidos e intensificar as formas de diálogo e articulação entre o setor público e o privado. O objetivo primordial era o de solidificar a integração dos setores e garantir que fossem maximizados os benefícios dos investimentos públicos feitos em infraestrutura e na Gestão Descentralizada do Turismo. (EMBRATUR, 2007).

Urry (1996) defende a ideia de que não é possível formular e apreender uma determinada “essência” do turismo. Na verdade, tal fenômeno forma-se na interação com outros fatores: redes de hospedagem e transportes, agências de viagem, consumo, motivação e o mercado capitalista, pois o mercado é estruturado num modo de produzir bens e serviços.

Canclini (2000), entre outros, analisa mecanismos e formas que as culturas e comunidades locais desenvolvem para lidar com pressões de mercado e influências culturais exógenas. Muitas comunidades locais realizam uma verdadeira antropofagia, como diria Oswald de Andrade, “comendo” traços culturais estrangeiros, incorporando-os à sua identidade e fazendo disso elemento de autoafirmação.

Segundo Sinclair, a atividade turística costuma ser responsável pelo emprego de 1% a 2% da população mundial. No Brasil, esse número encontra-se no intervalo entre 1,95% a 2,68%. Arbache (2001) conclui que a proporção da população ocupada com atividades ligadas ao turismo está acima da média de outros países em desenvolvimento. Mas, se por um lado o turismo acompanha as variações da macroeconomia, ele também está inserido na microeconomia (SILVEIRA, 2007).

Para Barreto (2001), o turismo abrange uma intrincada teia de relações sociais, e um dos nódulos dessa teia é a prestação de serviços. O que evidencia um fato presente no campo do turismo é que não há uma unidade metodológica ou epistemológica, mas uma série de características comuns. Por isso, uma ciência turística, a “turismologia”, ainda está por ser construída.

A viagem pode ser breve ou demorada, instantânea ou de longa duração, delimitada ou interminável, passada, presente ou futura. Também pode ser peregrina, mercantil, ou conquistadora, tanto quanto turística, missionária ou aventureira. Em geral, a viagem compreende várias significações e conotações e simultâneas, complementares ou mesmo contraditórias. São muitas as formas das viagens reais ou imaginárias [...] (IANNI, 2000, p. 13).

O privilégio de se desprender do cotidiano da casa torna-se não mais um aprendizado, mas lazer, entretenimento e “indústria”, estendendo-se a uma enorme camada populacional, abarcando então as novas classes médias, formadas de comerciantes, de funcionários graduados do serviço público. Em relação às classes populares, na Inglaterra e em outros países, eram os governos ou as empresas que promoviam lazer e atividades recreativas (as viagens de férias).

Tudo isso ocorria concomitantemente ao desenvolvimento dos transportes, ao encurtamento das distâncias, à “padronização” das estruturas de recepção (hotéis e pousadas), dos procedimentos de viagem (agências), da criação de empresas aéreas e operadoras de turismo (SILVEIRA, 2007).

Nomear e classificar, estabelecendo definições e limites precisos, não é apenas uma atividade intelectual necessária, mas um exercício de poder. As definições e categorias relacionadas ao turismo e suas múltiplas atividades são essenciais para a regulação econômica da atividade, sendo, portanto, objeto de intensas disputas. Assim, mudanças de concepção acabam motivando e, até mesmo, impondo mudanças metodológicas, profissionais e técnicas na abordagem, na resolução de problemas e na compreensão de fenômenos, no caso do turismo (MOLINA, 2003).

A segmentação do mercado turístico é bastante complexa. O que antes era domínio absoluto de “pacotes” homogêneos cede lugar aos “pacotes” personalizados, às inúmeras modalidades de turismo (gay, de aventura, *hard* turismo), até mesmo de categorias inusitadas, como o turismo solidário – no qual os visitantes, como parte de sua estada, realizam algum tipo de ação social pela comunidade que visitam. Esse é um segmento com muitas atividades, incluindo guias de turismo, vendedor de *souvenirs*, entre outros, muitas vezes exercidas no mercado informal.

Diante dessa realidade, há a necessidade de um profissional específico para cada categoria. Mas, por outro lado, essa visão segmentada impede uma compreensão mais global do fenômeno, essencial para a adoção de medidas e o embasamento de ações de planejamento.

Turismo, assim construído na cabeça do estudante é ora uma indústria, ora uma atividade econômica do setor de serviços, ora uma empresa que precisa ser administrada ou um campo para consultores em planejamento, que requeria um perfil de empreendedorismo. Tão grande a interdisciplinaridade, em geral, não leva a uma compreensão que vá além de um rol de informações isoladas, formatadas nas diferentes disciplinas [...] O conhecimento turístico compartimentado acaba entregue a uma série de especialistas, técnicos treinados para enfrentar problemas dividindo-os por regiões, por segmentos, por atividades (MOESCH, 2002, p. 27).

O Nordeste brasileiro tem-se destacado no turismo por atrair turistas nacionais e internacionais, principalmente no segmento sol e praia no Brasil. O estado do Ceará possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,699, sendo 0,772 na educação, 0,713 na longevidade e 0,616 na renda populacional (dados do ano de 2000). Fortaleza, sua capital, está em primeiro lugar entre os municípios cearenses com melhores índices de IDH, seguida de Maracanaú, Caucaia e Pacatuba (IPECE, 2010).

O Ceará possui uma economia baseada em serviços (IPECE, 2010), sendo 7,1% advindos do setor da agropecuária, 23,6% da indústria e 69,3% dos serviços. Dessa forma, o Estado vem buscando fazer investimentos em infraestrutura turística e qualificação de pessoas para acompanhar o ritmo de crescimento de seu fluxo turístico, revelando-se como uma destinação capaz de se consolidar como destinação turística receptiva. (MOTA, 2013).

O fluxo turístico das capitais na região Nordeste está em constante ascensão, pois cresceu 161,07% de 2002 a 2011. O estado do Ceará apresentou, em 2011, o segundo maior fluxo turístico dos estados do Nordeste, com 4.614.000 turistas, depois da Bahia, com 6.593.000, num total de 25.702.000 de turistas da região Nordeste. Fortaleza apresentou, em 2011, o segundo maior fluxo turístico entre as capitais do Nordeste, ficando atrás apenas de Salvador/BA (com 3.140.000 turistas anuais). (CTI/NE, 2012).

Segundo a SETUR/CE (2012), além de Fortaleza, os principais municípios visitados pelos turistas que ingressaram ao Ceará via Fortaleza em 2010 foram, respectivamente, Caucaia (307.717 turistas), Aquiraz (289.736 turistas), Beberibe (243.256 turistas), Aracati (240.202 turistas) e Jijoca de Jericoacoara (144.189 turistas). Juntos, esses municípios representam 42,71% da demanda turística total do estado e 65,4% da demanda turística do interior do estado.

A demanda turística via Fortaleza foi de 2.848.459 pessoas em 2011, sendo cerca de 7,7% de turistas internacionais, motivados, em sua maioria, ao lazer (66,7%). Desse total, 1.560.327 caracterizam-se por uma demanda hoteleira, permanecendo, em média, 11 dias no estado (3,8 dias nos hotéis), representando ao setor hoteleiro de Fortaleza uma taxa de ocupação média de 67,6% no ano de 2011. (SETUR, 2012).

A receita turística direta gerada pelo turismo em 2010 foi da ordem de 4.065,3 milhões de reais, gerando uma renda de 7.114,4 milhões de reais. O impacto em 2010 foi de 10,8% sobre o PIB do Estado (65.745 milhões de reais em 2010) e de 14,9% no PIB do setor de serviços em 2008, conforme dados da SETUR. (SETUR, 2010, 2012).

4 PACATUBA E SUAS FUNCIONALIDADES TURÍSTICAS

Segundo Beni (1998), o turismo é um fenômeno que se expressa coletivamente, a partir das motivações pessoais e individuais surgiram os motivadores gerais ou coletivos, denominadores comuns que levam grandes quantidades de pessoas a se deslocarem e o que determinará as tipologias turísticas. Assim, as motivações da viagem têm grande influência no estudo do fenômeno turístico, por se originarem precisamente em comportamentos distintos, que provocam repercussões diretas na determinação do perfil do público, nas destinações escolhidas, nas estruturas de gastos, no tempo de permanência no local visitado, na frequência da visita e em muitas características.

Diferentemente da atividade industrial, a atividade turística não vai diretamente ao consumidor, mas o consumidor é que vai em direção ao produto turístico. Mas, para que haja essa atração, é necessário que seja oferecido um conjunto de serviços de qualidade, como infraestrutura urbana e/ou preocupação com o meio ambiente.

Faz-se necessário que haja um planejamento do polo turístico. Alguns municípios conseguem apresentar uma gama de atrativos, tanto naturais como culturais, mas é preciso que o município se preocupe primeiramente em desenvolver uma razoável infraestrutura, como acomodações em quantidades suficientes para a demanda, além de serviços de alimentação de qualidade com boas condições e pessoas capacitadas para o atendimento ao turista e à comunidade local.

Sabe-se que não é possível a obtenção de um desenvolvimento onde se preze pela consciência ecológica e cultural em curto prazo, mas esse esforço pode, em um futuro próximo, garantir a qualidade de vida da comunidade em um contexto local e global. Órgãos públicos e empresas particulares, juntamente com a comunidade, podem agir conjuntamente no planejamento e na execução de atividades de turismo e lazer.

Existe, na atualidade, um processo contínuo de segmentação da demanda turística que determina a aparição de grupos (nichos) de usuários de serviços turísticos, reunidos de acordo com suas características, preferências, nacionalidades, nível cultural, gosto e na experiência pelo viajar – adquirindo a chamada cultura de viagem. (ANSARAH, 2005).

Percebemos que, por trás de cada pessoa, há uma série de demandas próprias e diferentes das de seu familiar ou amigo mais próximo. É a heterogeneidade do mercado, que sempre nos abre a porta à possibilidade de novas oportunidades de negócio. Por outro lado, essas demandas individuais nos levam a uma possível heterogeneidade de respostas, o que dificulta a padronização e, em consequência, a produtividade da oferta. Em outras palavras, a heterogeneidade nos leva à ‘roupa sob medida’, mas a economia industrial nos leva à massificação, ao prêt-à-porter mais ou menos amplo em sua numeração. (CHIAS, 2007, p. 71)

Segundo Madia (2007, p. 239): “quanto mais globais somos, mais individuais e específicos nos revelamos em nossos comportamentos de compra. E, por isso, empresas partem em busca da segmentação e da customização.” Ou seja, quanto mais o consumidor conhece e tem experiência no mundo global, mais exigente ele se torna, ao ponto de desejar (às vezes até exigir) que suas vontades específicas sejam atendidas. É interessante considerar que:

A segmentação de mercado, de modo geral, visa identificar: os motivos da viagem; a composição do grupo de viagem; o âmbito geográfico da viagem; o local da prática do turismo; o tipo de transporte e alojamento utilizado; a época e a duração da viagem; os serviços requeridos; as atividades desenvolvidas; o tipo de viagem; o grau de fidelidade do consumidor; os gastos, além das características do comprador como: nível de renda; características demográficas; econômicas; geográficas; e psicográficas entre outras. (RABAHY, 2005, p. 153).

A partir dessa demanda diversificada, é necessária uma adaptação da oferta – a ausência dela é responsável pelo fracasso de muitas empresas e destinos. Geralmente, o empresário busca diversificar sua clientela, captando-a entre diferentes segmentos, a fim de assegurar uma regularidade na ocupação, não se preocupando, muitas vezes, com o fato de cada demanda ter desejos e necessidades diferenciadas.

A atividade turística desenvolvida no município de Pacatuba é realizada de forma sazonal – o município possui vários segmentos turísticos em potencial, como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo religioso e o turismo histórico.

4.1 ECOTURISMO

Por muito tempo, a humanidade concedeu mais importância ao crescimento econômico do que à saúde e à qualidade de vida. A responsabilidade pela degradação ambiental era, quase sempre, transferida para terceiros, sem que houvesse compensação dos custos dessa correção. Não havendo penalização ou estímulo para alterar sua atitude, o poluidor matinha sua conduta, cujos custos de correção teriam de ser assumidos, inteiramente, pela sociedade contemporânea, ou diferidos para as gerações futuras.

Com a difusão do conceito do desenvolvimento sustentável, reconhece-se, agora, que uma economia sadia não se sustenta sem um meio ambiente também sadio. Reciprocamente, entretanto, a proteção ambiental não pode ser alcançada à custa da inviabilização econômica da atividade produtiva. É necessário, portanto, internalizar os custos ambientais nos custos de produtos e serviços, mas, ao mesmo tempo, compensar, mediante

uma adequada gestão ambiental, esses acréscimos pela ecoeficiência e racionalização da produção. Afirmar que a proteção ambiental implica necessariamente aumento de custos dos produtos e serviços é uma falácia na maioria dos casos. (VALLE, 2002).

A necessidade de as comunidades passarem a interferir em seu próprio crescimento, em busca de maior dinamismo nas atividades econômicas locais, e a luta por uma melhor distribuição de riqueza e renda impuseram-se, sobretudo, desde que os efeitos da globalização se fizeram sentir, por meio do aumento do desemprego, da carência de políticas sociais, da deterioração da qualidade de vida.

Durante muitas décadas, nosso modelo de desenvolvimento baseou-se em intervenções macroeconômicas. Regiões inteiras, muitas delas longe dos centros urbanos mais dinâmicos, não se beneficiaram desse “desenvolvimento”. Isso aconteceu com o Nordeste brasileiro, fazendo crescer a distância que o separava das regiões mais ricas, e, com ele, o Ceará e as comunidades litorâneas. Falharam as políticas federais e estaduais. (CORIOLANO, 1998).

A diminuição de alguns recursos naturais, como a água, fez com que o conceito de desenvolvimento sustentável não ficasse só no papel ou em discursos. A questão da sustentabilidade em turismo tornou-se prioritária na Europa, por ter no turismo um dos seus principais setores, tanto nas perspectivas sociais, quanto nas culturais e econômicas.

O desenvolvimento sustentável se difunde como uma proposta de desenvolvimento diferenciada e, ao mesmo tempo, *torna-se uma alternativa viável, e não mais apenas uma utopia* ou fantasia organizadora da sociedade, precisamente pelas condições do paradigma de desenvolvimento emergente, principalmente os avanços científicos e tecnológicos.

O conceito de desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas, com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas. (BUARQUE, 2008).

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população. Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota, em algum horizonte de tempo, com a exploração econômica, dependendo do ritmo de aproveitamento e dos estoques e reservas dos recursos.

E mesmo os recursos renováveis, como as florestas e os recursos hídricos, parte dos quais explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de autorreprodução, começam também a se esgotar, levando a uma desorganização do meio ambiente. A consciência desses “limites” da natureza e da sua amplitude planetária passa a exigir novas políticas e posturas que alterem o próprio modelo de desenvolvimento, inclusive para assegurar a continuidade de funcionamento da economia a médio e longo prazos. (BUARQUE, 2008).

O desenvolvimento da atividade turística a qualquer custo em algumas localidades acarretou diversos problemas, como: urbanização acelerada, poluição ambiental, depredação dos recursos naturais, sazonalidade dos fluxos de turistas, entre outros. Todos esses problemas, quando acumulados, tendem a tornar essas áreas, antes atrativas, repulsivas.

Os efeitos ambientais causados por superlotação, super desenvolvimento, lazer não regulamentado, poluição, perturbações na fauna selvagem e uso de veículos são mais sérios no caso do ecoturismo do que no do turismo de massa (HVENEGAARD, 1994).

A preocupação com os impactos ambientais, tanto da atividade turística como em outras atividades econômicas, não é tão antiga assim, pois apenas nas últimas décadas passou a se pensar no meio ambiente como algo que pode ser finito. A conservação ambiental era considerada um entrave ao progresso e ao desenvolvimento econômico.

O turismo usa e apropria-se da natureza ou ambientes naturais e de ambientes produzidos, como cidades, vilas, comunidades, gerando impactos que podem ser discutidos como uma questão de (in)sustentabilidade social e ambiental. Esta (in)sustentabilidade é produzida pela contradição capitalista, que, no turismo, toma forma de impactos socioambientais, desequilíbrios socioespaciais, especulação imobiliária, ocupação de áreas vulneráveis, descaracterizações ambientais e paisagísticas, atividades com ciclos de vida muito curtos, entre outras. Mas, apesar disso, não se pode negar o importante significado espacial, social e econômico que o turismo provoca nas sociedades modernas.

Turismo e meio ambiente são realidades inseparáveis. Pode-se dizer que o turismo é uma abstração, que se torna concreta quando os viajantes entram em contato com os lugares, as paisagens e territórios turísticos. (CORIOLANO, 2006). Uma faceta particular do relacionamento turismo/ecologia refere-se ao ecoturismo, nascido justamente do interesse dos viajantes contemporâneos por conhecer aspectos da natureza e poder ter a vantagem de sua fruição.

Hoje o ecoturismo tem sido uma das respostas para os problemas do desenvolvimento turístico, pois tem sido apresentado como um dos meios de conservar a

diversidade ecológica, oferecendo maior valor econômico para a conservação da flora e da fauna que, caso contrário, poderia ser explorada de outras formas.

No final do século XX e início do século XXI, a palavra ecoturismo não existia, muito menos os princípios que hoje ela representa. Foi somente com o advento da viagem aérea a jato, com a enorme popularidade dos documentários televisivos sobre a natureza e sobre viagens, e com o interesse crescente em questões ligadas à conservação e ao meio ambiente que esse termo e seus princípios passaram a ser conhecidos.

Conforme Coriolano (2012) o segmento ecoturismo surge nos anos 1980 para atender uma demanda especializada, ligada à natureza, com proposta conservacionista. “Um tipo de turismo que passa a ter cuidados com o meio ambiente, com as populações locais, associa-se a qualidade de vida, proteção dos patrimônios que coloca em prática princípios e intenções do desenvolvimento sustentável.” (CORIOLANO, 2012, p. 149).

Segundo o MTUR (2013), o ecoturismo é o ramo da atividade turística baseado no contato com a natureza, oferecendo atividades relacionadas à sensibilização e à conservação ambiental. O termo foi introduzido no Brasil no final dos anos 1980, seguindo a tendência mundial de valorização do meio ambiente. O ecoturismo está diretamente ligado ao turismo sustentável, que atende às necessidades dos turistas sem prejudicar as regiões receptoras.

Ainda conforme o MTUR (2013), as principais características do ecoturismo são a realização de atividades tais como caminhadas, mergulhos, trilhas e safáris fotográficos, a proteção e a conservação dos recursos naturais e ainda o estímulo à educação ambiental. São apontados como principais destinos de ecoturismo no Brasil, conforme MTUR (2013): o Pantanal (MT/MS), a Chapada Diamantina (BA), Maceió (AL) e Barcelos (AM), ideal para a pesca esportiva. As cidades de Bonito (MS) e Foz do Iguaçu (PR) também encantam turistas brasileiros e estrangeiros com suas belas paisagens naturais.

O ecoturismo é uma forma de turismo em pequena escala, uma prática com pessoas mais esclarecidas e bem-educadas, conscientes de questões relacionadas à ecologia e ao desenvolvimento sustentável, em busca do aprofundamento de conhecimentos e vivências sobre os temas do meio ambiente. Essa atividade turística a cada ano vem crescendo e ganhando maior visibilidade e credibilidade nacionalmente e também em todo o estado cearense, por isso a necessidade de um maior planejamento turístico, para que o município não seja afetado e degradado por essa demanda.

Na serra da Aratanha onde Pacatuba faz parte do seu território juntamente com outros municípios (Maranguape, Guaiuba e Maracanaú), são praticadas várias trilhas ecológicas até seu cume, como a trilha do Lago do Boaçú, a da Gruta do Pinpin, a da Pedra

dos Cachorros, o Castelo em Ruínas, o Pico do Letreiro (sendo esse o ponto mais alto da serra) (Figura 16).

Figura 16 - Trilha ecológica na Serra da Aratanha



Fonte: Elaborado pelo autor.

A trilha do Lago do Boaçú (figura 17) é uma das nascentes do Rio Cocó, localizado dentro de uma propriedade privada. Seu acesso se faz através da trilha de mesmo nome. Possui uma configuração rochosa em suas margens, contornada por uma vegetação de porte e outras composições agregadas ao conjunto rochoso, como orquídeas, bromélias e palmeiras silvestres.

Figura 17 - Açude Boaçú. Serra da Aratanha



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Pacatuba, 2011.

A trilha do Mirante está localizada a aproximadamente 1.400 metros do início da trilha do Boaçú. Oferece uma visão ímpar da cidade e de grande parte da Região Metropolitana de Fortaleza. A trilha da Pedra Preta está localizada a 1.500m do início da trilha do Boaçú. É uma rocha de aproximadamente 6 metros de altura por 40 metros de largura.

Com a interface da etnobotânica²¹ e do ecoturismo²² a realidade socioambiental dessa serra poderia ganhar novas dimensões e internalizar, efetivamente, os conceitos e práticas de um desenvolvimento sustentável.

A trilha da Gruta do Pimpim situa-se a aproximadamente 2,5km do Centro de Treinamento da Arquidiocese de Fortaleza, com características do ponto de vista geomorfológico e geológico resultantes da dissolução lenta dos calcários por ação da água da chuva, cujo escoamento se dá fundamentalmente por infiltração. Sua entrada é uma cavidade em forma de “U” invertido, permitindo a passagem de apenas uma pessoa de cada vez. Apresenta aberturas que permitem a entrada da luz do dia, não exigindo o uso de lanterna para ser visitada. A trilha do Pico do Bicudo está localizada a aproximadamente 700m da Gruta do Pimpim.

O Pico de Letreiro é o ponto culminante da Serra da Aratanha, com 775m de altura, atingido por trilhas de média dificuldade, de onde se tem uma vista panorâmica de Fortaleza e arredores.

A Cachoeira do Paraíso está situada dentro de uma propriedade privada, o Centro de Treinamento Francisco Pontes, da Arquidiocese de Fortaleza, erguido na década de 60. Em suas proximidades há um pequeno lago de águas claras e refrescantes (LIMA, 2015).

Em 2015, o Governo do Estado, juntamente com a Prefeitura Municipal de Pacatuba, deu início às obras da estrada do CETREFP (figura 18), que liga a localidade de Cajazeiras à Serra da Aratanha, servindo como principal acesso dos moradores serranos à sede do município. “Depois de reconstruída, teremos maiores condições de trafegabilidade, assim permitindo um contato direto com os moradores serranos”, disse o prefeito Alexandre Alencar²³.

²¹Etnobotânica estuda simultaneamente as contribuições da botânica e da etnologia, evidenciando as interações entre as sociedades humanas e plantas como sistemas dinâmicos.

²²Ecoturismo é um segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural e incentiva sua conservação.

²³HOLANDA. Helany. Assessora de Imprensa da Prefeitura Municipal de Pacatuba. Disponível em: <http://pacatuba.ce.gov.br/prefeitura-de-pacatuba-contabiliza-obras-e-servicos-que-vao-transformar-a-realidade-do-municipio/>. Acesso em: 17 jul. 2014.

Figura 18 - Estrada para o Centro de treinamento Francisco Pontes – CETREFP



Fonte: Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal, 2015.

O

Centro de Treinamento Francisco Pontes (CETREFP) hoje se encontra desativado. Sua trilha é também conhecida como trilha do Convento dos Frades e foi utilizada por muitos anos pela arquidiocese para a hospedagem de religiosos. Construído pela Arquidiocese de Fortaleza, inicialmente para sediar cursos para diáconos e padres, é dotado de toda a infraestrutura de um hotel de pequeno porte. Está situado no alto da Serra da Aratanha, com acesso através de uma grande estrada pavimentada de boa qualidade. Uma visão privilegiada da grande Fortaleza é proporcionada a todos que visitam o local.

4.1.1 Turismo de aventura, seus benefícios e impactos

O turismo de aventura encontra-se em franco desenvolvimento no Brasil, sendo considerado como uma alternativa viável em diversas regiões do país, levando-se em conta as diferenças e especificidades regionais.

Essa modalidade de turismo é recente no Brasil. Entretanto, como se trata de uma atividade que está em franca expansão, seu crescimento pode ocorrer de forma irregular e amadora. Nesses casos, uma postura incorreta e inconsequente pode acarretar danos muitas

vezes irreparáveis ao turista que utiliza esse serviço de forma inadequada e irresponsável e, conseqüentemente, à própria atividade. (OLIVEIRA, 2009).

Assim, o Programa Aventura Segura, da Associação Brasileira de Aventura (ABETA), surge como uma alternativa para acompanhar o crescimento efetivo e ordenado das atividades de turismo de aventura no Brasil, levando-se em conta, principalmente, a oferta de produtos e serviços nessa área:

Uma mudança de comportamento dos turistas, que hoje buscam novas experiências, aliadas ao contato com a natureza, fez crescer significativamente a oferta de produtos de turismo de aventura e ecoturismo. Esse aumento da oferta, aliado ao crescimento da demanda nacional e internacional pelo segmento, fez com que o Ministério do Turismo considerasse o Turismo de Aventura um segmento prioritário para investimentos em organização, visto que se trata de um segmento no qual o risco inerente à atividade é em geral maior do que em outros segmentos, necessitando ainda alcançar padrões internacionais de qualidade e profissionalização para competir no mercado internacional com os demais destinos. (ABETA, 2007).

Nos anos 1990, surgiu uma nova modalidade de turismo no Brasil, o turismo de aventura. A definição dessa atividade turística no país surgiu na oficina para elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Aventura, realizado em Caeté (MG), em abril de 2001:

Segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam riscos controlados exigindo o uso técnico e equipamentos específicos, adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural. (BRASIL, 2005, p.10).

O turismo de aventura é relacionado, por Swarbrooke, a elementos e pessoas, como a participação, a experiência e os riscos que a atividade envolve:

O turismo de aventura é a soma dos fenômenos e relacionamentos derivados das interações de atividades turísticas de aventura com o mundo natural longe do local de residência habitual do participante e contendo componentes de risco, nos quais os resultados são influenciados pela participação, pelo ambiente e pela experiência da operadora da viagem. (SUNG, 1997 apud SWARBROOKE, 2003, p. 28).

As principais normas de segurança a serem adotadas no Brasil, segundo o Instituto de Hospitalidade (IH), relacionam-se a distintas atividades:

Ao todo estão sendo desenvolvidas 24 normas técnicas, que abordarão assuntos como competências mínimas para condutores das diversas atividades de turismo de aventura, as especificações dos produtos utilizados nessas atividades, a gestão de segurança e as informações mínimas que o cliente deve receber antes de iniciar a

prática de uma atividade de turismo de aventura. Todo o processo de desenvolvimento das normas técnicas é participativo, buscando envolver todos os interessados nas discussões. (INSTITUTO DE HOSPITALIDADE, 2007).

Percebe-se que a motivação e/ou a adrenalina de atividades geradas pelo turismo de aventura é o risco previsível e controlável a que seus participantes ficam expostos. Esse setor desperta a atenção não somente dos turistas, mas também daqueles que estão interessados em investir na área. Ao mesmo tempo, pelo grau de periculosidade e responsabilidade, ressalta-se a carência de controle e capacitação do pessoal envolvido, o que fortalece a necessidade da utilização de normas, parâmetros e indicadores de qualidade, itens esses presentes em sistemas de certificação.

A certificação do turismo de aventura no Brasil constitui-se em um processo em franca evolução. Considerado um segmento prioritário, esse processo exige a participação dos órgãos públicos e privados envolvidos com a temática, nas suas distintas esferas, para garantir sua credibilidade e, ao mesmo tempo, preconizar as diretrizes para seu desenvolvimento:

O Governo brasileiro, por meio do Ministério do Turismo, fez suas apostas no segmento em 2003, viabilizando um projeto que prevê a criação de 24 Normas Técnicas específicas para atividades de turismo de aventura. Visando a operação segura e responsável, o Ministério do Turismo foi além, criando o Programa Aventura Segura, uma iniciativa reconhecida internacionalmente e que conta com a participação do Sebrae Nacional. O programa vem sendo implementado desde dezembro de 2005 pela Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura – ABETA. (ABETA, 2007).

Essas normas serão utilizadas como instrumento de definição de políticas públicas, além de servirem como referência para a certificação da conformidade de pessoas e organizações. As normas, segundo Abreu e Timo (apud UVINHA, 2005) tanto podem ser aplicadas em produtos, serviços, processos, sistemas de gestão ou pessoas, estabelecer requisitos de qualidade, desempenho, segurança, como fornecer procedimentos, formas ou dimensões, classificações, terminologias, medição ou determinação de características.

O processo de certificação do turismo de aventura do Brasil começou a ser discutido em 2001, sendo que em 2003 iniciou-se sua implantação por iniciativa do Ministério do Turismo (MTur), que tem como entidade executora o Instituto de Hospitalidade (IH) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas, por meio do seu Comitê Brasileiro do Turismo (ABNT/CB-54), como parceiro.

Segundo Farah (2005, p. 29), as modalidades de turismo de aventura que são oferecidas no Brasil, de acordo com os elementos a elas relacionados, são as seguintes: terra – arvorismo, *bungee jumping*, cicloturismo, caminhada, cavalgada, canionismo, escalada,

espeleoturismo, fora de estrada, *motocross*, *rapel*, tirolesa; água – *boiacross*, canoagem, *duck*, *kite-surf*, mergulho, *parasail*, *rafting*, surfe; ar – asa-delta, balonismo, parapente, paraquedismo, ultraleve.

Uma dessas atividades é o voo livre, abordado por Pimentel (2008) como ritual que pode ser realizado por meio de asa-delta ou, mais recentemente, paraquedas apropriados, denominados *parapente* (em francês) ou *paraglider* (em inglês). Esses tipos de “asa” envolvem aprendizado próprio, dadas as especificidades técnicas. E há algumas aproximações como gestos que, conforme Pimentel, são “ambiguamente” objetivos e subjetivos, em que a efetivação consciente das tarefas mínimas (comuns a todos os pilotos) exige formação, que pode, em geral, durar de quatro dias a seis meses.

Paixão et al (2010), em afirmativa sobre a prática do voo livre, aliada aos avanços tecnológicos, sugerem que ela pode ser realizada com diferentes objetivos e de diversas formas. Afirma ainda que, dependendo do nível técnico, o praticante pode utilizar asa-delta ou parapente desenvolvidos para propiciar alta, média ou baixa performance. Sobre essas duas práticas de voo, a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) descreve:

1. Asa delta é fabricada de um tecido resistente (dacron), um trapézio de tubos de alumínio (para controlar a direção), um tubo transversal (para sustentar a asa aberta), a quilha (centro de gravidade), dois tubos angulares na ponta dianteira da asa, um cinto e um mosquetão (para prender o piloto à asa). Um vôo bem-sucedido depende da checagem dos equipamentos, que devem seguir normas de segurança, das condições climáticas e da experiência do piloto, o que requer um curso especializado. Para experimentar a sensação de voar, pode-se praticar um vôo duplo, junto com o instrutor.
2. Paraglider, ou parapente, um pára-quedas inflado com o vento durante o salto de uma rampa, permite apreciar paisagens do alto, em vôo que dura minutos. O paraglider é composto por um velame de nylon, cadeirinha (para proteger a coluna) e linha de comando, que direcionam o vôo. Controlado por duas cordas laterais feitas de aramida, uma espécie de nylon, o parapente tem fácil dirigibilidade e permite muitas manobras. (ABETA, 2013, p. 1).

Sabe-se que há diferenciações nas práticas de asa-delta e parapente que constituem o voo livre. Portanto, considera-se que a prática esportiva de asa-delta é considerada de alto custo, pois consiste em investimento em equipamentos como a própria asa, bem como na aquisição de recursos humanos para a decolagem e resgate para o voo.

A Asa Delta é uma aeronave fabricada com alumínio, fibra de carbono e tecido. O piloto voa deitado suspenso sob a aeronave que é dirigida pela deslocação do seu corpo no interior do trapézio. A velocidade de voo varia entre 26 e 130 km/h. (FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOO LIVRE, [200?], p. 8).

Esse pode ser considerado um esporte de alto risco, no entanto, oferece maior estabilidade para o voo, por ser estrutura rígida, e, em caso de problemas na asa, a queda não é em queda livre, ou seja, é aplainada. Enquanto isso, conforme FPVL (s/d), o parapente tem a vantagem de ser mais leve e de fácil arrumação, a sua aprendizagem é mais rápida, tendo decolagem e aterrissagem mais lentamente e em locais menores.

Sobre as condições para o voo, Pimentel (2008) ressalta que o ideal para o voo livre é que as nuvens estejam esparsas, o sol forte e o vento batendo de frente com a rampa numa velocidade de 24 km/hora. Porém, essas condições favoráveis nem sempre acontecem, conforme a época do ano e os horários, as térmicas, as nuvens e o vento manifestam-se de formas diferentes.

Pensando nas diversidades culturais, sociais e econômicas encontradas nas diferentes regiões, alguns destinos turísticos foram definidos pelo Programa Aventura Segura como áreas prioritárias para o desenvolvimento das atividades de turismo de aventura no Brasil. São estes: Rio de Janeiro (RJ); Fortaleza (CE); Bonito (MS); Chapada Diamantina (BA); Chapada dos Veadeiros (GO); Florianópolis (SC); Vale Alto Ribeira (SP); Serra do Cipó (MG); Foz do Iguaçu (PR); Serras Gaúchas (RS, SC); Brotas (SP); Serra dos Órgãos (RJ); Lençóis Maranhenses (MA).

Percebe-se que existe uma distribuição balanceada das áreas prioritárias para a implantação do programa visando a contemplar as diferentes regiões do país com os benefícios que serão gerados por ele.

Esse conjunto de medidas, regulamentação, normalização, programas e projetos visam a estimular e, ao mesmo tempo, ordenar e qualificar as atividades, pessoal e comunidades para desenvolverem o turismo de aventura dentro de condições que tragam benefícios para todos os atores envolvidos, garantindo a qualidade e segurança dos serviços prestados.

O turismo de aventura no Brasil vem se desenvolvendo há algum tempo, muitas vezes de forma inadequada. Essa situação pode gerar sérias consequências para a atividade, pois, além da questionável qualidade dos serviços prestados, os riscos inerentes à atividade podem inviabilizá-lo em empreendimentos, destinos e até mesmo regiões. (OLIVEIRA, 2009, p. 172).

Como ponto negativo dessa atividade podemos citar um significativo número de empresas informais, aumentando o risco de acidentes e, ao mesmo tempo, prejudicando a atividade. Isso ocorre devido a questões relacionadas a modismo, baixa qualidade nos

serviços prestados, falta de compromisso com a sustentabilidade ambiental, econômica e social, além da falta de organização dessas empresas.

Não se pode esquecer que, além dos riscos acarretados pelo fato de as pessoas utilizarem e operarem os serviços, o turismo de aventura traz outros que nem sempre podem ser totalmente controlados. Por isso, a indispensabilidade da qualificação de pessoal, a exigência de planejamento em sua implantação, a obrigatoriedade de utilização de materiais confiáveis e a adoção de responsabilidade por parte de empresários, usuários e governantes devem converter-se em regras.

Muitas vezes, operadores e turistas desconhecem o perigo a que estão expostos. Algumas das atividades de turismo de aventura adquiriram um estereótipo de seguras, enquanto que outras são encaradas como sinônimos de perigo ou acidentes. Mas a realidade é um pouco diferente. As informações disponibilizadas pela ONG Férias Vivas acerca do acompanhamento dos acidentes ocorridos nas diversas modalidades de turismo de aventura no Brasil mostram o seguinte:

Tabela 6 - Acidentes ocorridos nas diversas modalidades de turismo de aventura no Brasil

Modalidade	Número de vítimas fatais	Número de vítimas não fatais	Número total de vítimas
Caminhada	17	202	219
Turismo de veículos fora de estrada	15	89	104
Canionismo/Cachoeirismo	11	8	19
Espeleoturismo	2	10	12
<i>Rafting</i>	1	10	11
Escalada	2	6	8
Cavalgada	2	4	6
Arvorismo	0	6	6
Mergulho	2	2	4
<i>Kitesurf</i>	1	3	4
Cicloturismo	0	3	3

Fonte: Férias Vivas, 2007.

A certificação do turismo de aventura no Brasil é voluntária. Entretanto, para que essa atividade possa se desenvolver de forma segura, a obrigatoriedade poderia constituir-se em uma alternativa viável, devido aos riscos naturais incorporados à atividade.

Não se deve limitar os controles de segurança às atividades em si e às pessoas envolvidas, mas também aos materiais utilizados, às técnicas adotadas, aos níveis de qualificação de pessoal, à adequação dos locais, às possibilidades de resgate e salvamento.

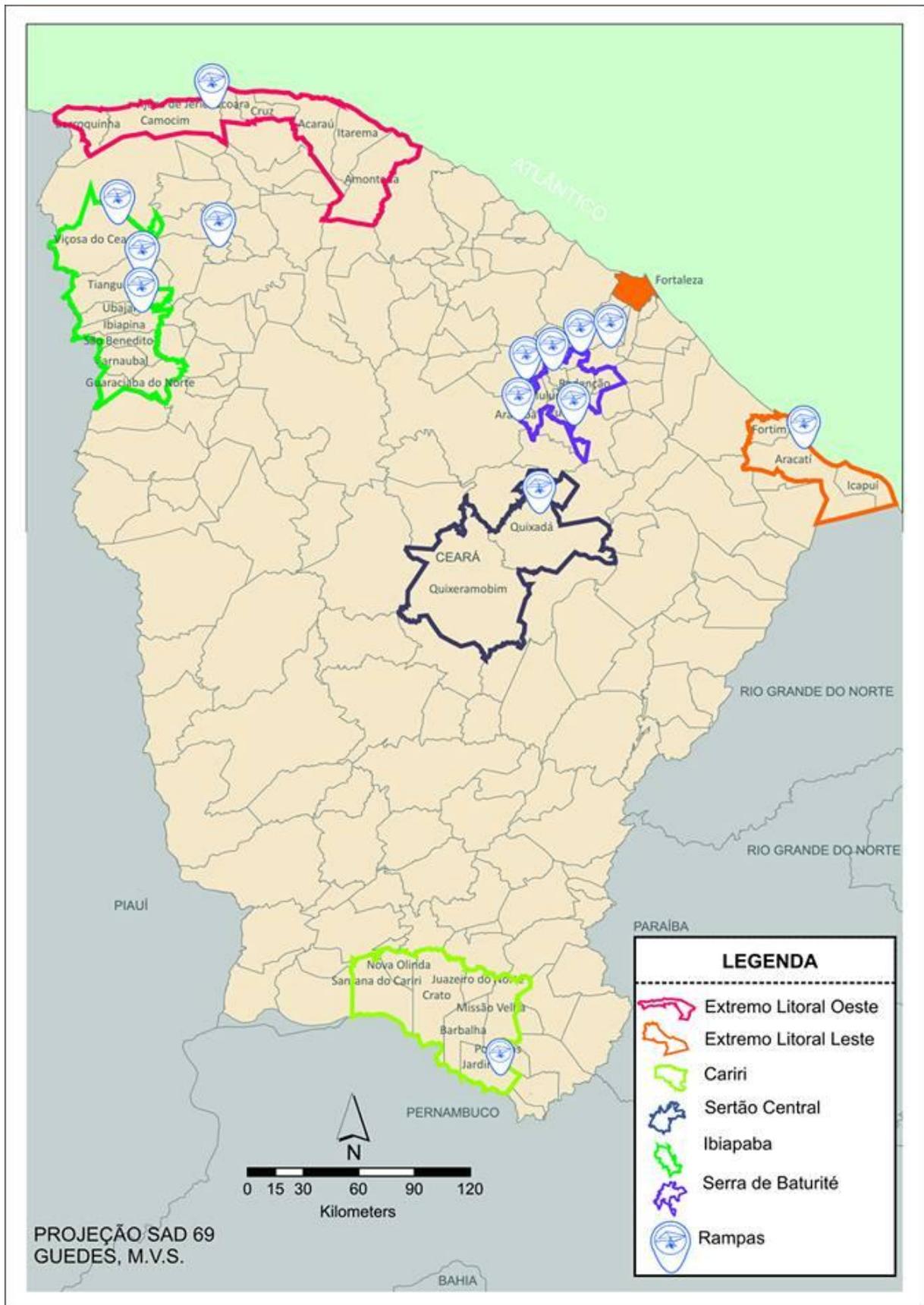
São muitos os ingredientes necessários para que se obtenha uma margem de segurança aceitável, mas muitos os descartam devido ao seu custo, raramente visto como investimento.

O Brasil, por causa da diversidade de seu povo e de suas características naturais, desponta como um destino potencialmente importante no cenário internacional. Contudo, o país ainda não detém uma qualificação que permita concretizar esse potencial.

Nesse contexto, órgãos públicos, como o Ministério do Turismo e a ABNT, assumem destacado papel no processo de consolidação da atividade de turismo de aventura de forma segura. Por outro lado, outros órgãos ou entidades, de caráter privado, como a Abeta, o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), o IH, a ONG Férias Vivas, entre outros, vêm desempenhando um importante papel nas discussões sobre o turismo de aventura no Brasil. (OLIVEIRA, 2009, p. 175).

No estado do Ceará, as práticas de ecoturismo e de turismo de aventura compartilham espaços comuns. Reconhece-se que existem no Ceará diversos locais onde há a prática desses dois segmentos. Entretanto, para o reconhecimento dos dados do mapa abaixo, tanto os polos quanto as rampas de voo livre, foram elencados apenas os locais devidamente mapeados e que constam em documentos oficiais (mapa 2).

Mapa 2 - Polos ecoturísticos e rampas de voo no estado do Ceará



Fonte: RIBEIRO, 2014. p. 39.

O mapa 2 identifica os locais onde ocorre turismo de aventura. Assim, para representar os polos de ecoturismo, as regiões ecoturísticas foram delineadas com cores diferentes, a fim de representar cada uma. Essa estratégia foi baseada em SEBRAE (2005), garantindo a possibilidade de identificar os polos de ecoturismo no Ceará. Além disso, foram acrescentadas informações do *site* “Rampas Brasil”, por considerar que, neste estudo, quando se tratar de turismo de aventura, sempre se relacionará ao voo livre.

No estado do Ceará existe a Federação de Parapente e Asa-Delta do Ceará – FEPACE – que foi fundada em 16 de maio de 2007. A grande maioria dos pilotos do estado do Ceará é associada à federação, cujo atual presidente está há três mandatos consecutivos e vai permanecer até dezembro de 2015.

O presidente atual da federação, o Sr. João Guy Almeida, é praticante do esporte desde 1995. Começou no esporte por curiosidade e por vontade de liberdade. “Acho que todos nós temos a vontade de voar, ou já sonhamos com isso. E esse esporte é um dos que mais se aproxima do voo dos pássaros, pois não depende de motor para se alcançar voo, apenas das condições climáticas propícias. Procurei um instrutor credenciado e, por volta de dois meses, já estava voando pelos ares do Ceará. De lá para cá, já voei em quase todo o Brasil, e o laço de amizades só tem aumentado nesse período. Conheço e me relaciono com pilotos de todo o Brasil e de vários outros países do mundo. Já estive na Europa para visitar uma feira mundial especializada em voo livre e isso fez despertar ainda mais o encanto por esse esporte”.

A Federação (FEPACE) fica localizada na Rua Costa Barros, nº 1641, no bairro Aldeota, em Fortaleza – CE. É constituída pelo presidente (João Guy Almeida – Fortaleza), vice-presidente (Wilton Vasconcelos – Sobral), diretor técnico de parapente (Rogério Evaristo – Monguba), diretor técnico de asa-delta (Fernando Marinho – Fortaleza), tesoureiro (Demetrio Bandeira – Monguba) e Conselho Fiscal (informação verbal)²⁴.

O voo livre no Ceará é dividido em dois esportes distintos, que, apesar de usarem o mesmo espaço de aventura, são esportes bem diferentes um do outro: a asa-delta e o parapente. A percussora do voo livre no estado foi a asa-delta, através do piloto e instrutor Paulo Rocha, que trouxe da França esse esporte em 1985 (30 anos atrás). Hoje, contamos, na federação, com aproximadamente 150 praticantes credenciados, sendo 120 de parapente e cerca de 30 de asa-delta. O clima do Ceará é o um dos mais propícios para o esporte, pois a falta de chuvas, os ventos constantes e o calor são primordiais para o voo livre.

²⁴Informação fornecida em entrevista com atual presidente da Federação de Parapente e Asa-Delta do Ceará – FEPACE, João Guy Almeida, em 11 de fevereiro de 2015.

Dentro de cada esporte (asa-delta e parapente) existem alguns segmentos que o subdividem em várias modalidades, entre as quais o *cross country* (voos de longa distância), o *lift* (voos paralelos a montanhas), duplos (panorâmicos) e acrobacias.

O Ceará tem regiões específicas para cada uma dessas modalidades. Quixadá (Sertão Central) é o melhor lugar do mundo para voos de longa distância. Isso se deve aos ventos fortes e às atividades térmicas existente na região, além de este não ser um lugar de fluxo de aeronaves (corredores aéreos). Lá se batem os recordes mundiais de todos os países europeus. Durante a temporada que vai de outubro a dezembro, um número enorme de pilotos do mundo inteiro se encontra nos ares da região, tentando bater seus recordes pessoais e os de seus países. O voo de *lift* é o que tem um maior número de adeptos, pois são pilotos que só voam por lazer e estão mais preocupados em se divertir do que competir (informação verbal)²⁵.

No estado do Ceará a maior concentração desses pilotos de voo de *lift* se dá na região da Pacatuba (figura 19), onde todos os dias existe um grande número de pilotos voando na região.

Figura 19 - Local de pouso para a prática voo livre. Monguba – CE



Fonte: <www.pacatuba.ce.gov.br>. 2014.

Em relação à rampa no distrito de Monguba, em Pacatuba, esta possui 130 metros, sendo possível subi-la de carro ou a pé, porém só sobem carros credenciados. Existem várias

²⁵Informação fornecida em entrevista ao atual presidente da Federação de Parapente e Asa-Delta do Ceará – FEPACE, João Guy Almeida, em 11 de fevereiro de 2015.

modalidades oferecidas pelos instrutores na rampa Jamil Sales, como é conhecida no município de Pacatuba. São os voos solo, voos duplos, voo de paramotor, voos de distância, acrobacias, fantasias e outros.

A média de preço para os voos é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e a média de tempo de voo é de aproximadamente 40 minutos. Monguba possui seus próprios instrutores fixos: Flávio Moreira, Cleilson, José e Demétrio Bandeira de Paulo (informação verbal)²⁶.

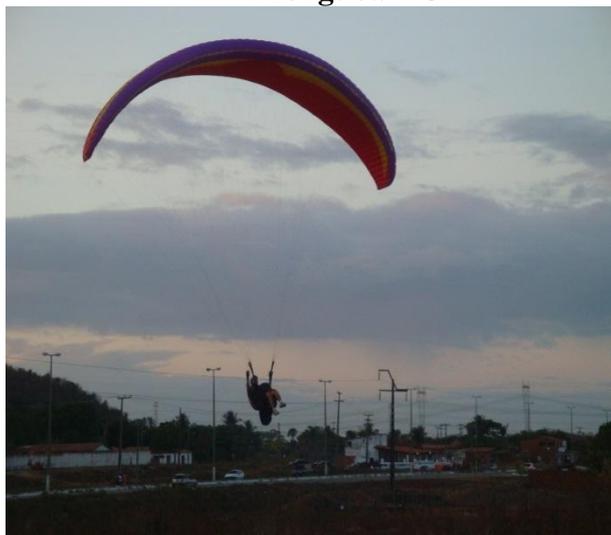
Além de Pacatuba existem vários outros lugares do Estado do Ceará onde as pessoas divertem-se voando, como na região da Serra da Ibiapaba – Tianguá, Ubajara, Viçosa, São Benedito, Guaraciaba, Ipu e Ipueiras – além da região da Serra Grande – Sobral e Meruoca – mas também temos voos em Juazeiro, Jardim (sul do estado), além das praias, como Morro Branco, Cauipe, Praia de Redonda e Canoa Quebrada (a praia mais disputada pelos voos panorâmicos).

Em relação às competições no estado do Ceará, que estão acontecendo e as que ainda vão acontecer em 2015, segundo o presidente da Federação de Parapente e Asa-Delta, o Campeonato Cearense normalmente é realizado entre 4 e 8 etapas, sendo em Quixadá, Pacatuba, Tianguá, Ipu, Ipueiras, Guaraciaba e Sobral (Figuras 20 e 21). Depende muito do interesse e participação das prefeituras locais e do Governo do Estado. Temos o X Ceará, que é realizado sempre em novembro e é patrocinado pelo Estado, no qual competem os melhores pilotos do mundo, para saber quem voa mais longe. Temos o *Meeting*, que é mais um encontro dos pilotos estrangeiros e nacionais que vai de outubro ao final de novembro, também em Quixadá, além do Festival dos Ventos, que ocorre todo final de ano em Canoa Quebrada (informação verbal)²⁷.

²⁶Informação fornecida em entrevista cedida pelo instrutor da prática esportiva de voo livre, Demétrio Bandeira de Paulo, em 26 de março de 2015.

²⁷Informação fornecida em entrevista ao atual presidente da Federação de Parapente e Asa-Delta do Ceará – FEPACE, João Guy Almeida, em 11 de fevereiro de 2015.

**Figura 20 - Campeonato Cearense de Voo Livre.
Monguba – CE**



Fonte: <<http://www.pacatuba.ce.gov.br/noticias/texto.asp?var=1212&c=n.>>, 2010.

**Figura 21 - Campeonato Cearense de Voo Livre.
Monguba – CE**



Fonte: <<http://www.pacatuba.ce.gov.br/noticias/texto.asp?var=1212&c=n>>, 2010.

Segundo o presidente da federação, temos alguns atletas cearenses que participam de alguns eventos nacionais e internacionais. O destaque é o atleta Flávio Moreira, que já foi oito vezes campeão cearense, além do piloto Iarly Selbir, que disputa o circuito mundial de parapente, além de outros competidores que participam do Circuito Brasileiro, como é o caso do próprio presidente da federação (João Guy Almeida), de Roberto Pereira, Francivan Candeias, Ricardo Marcolino, entre outros cearenses.

Para quem quer iniciar no esporte, deve primeiramente procurar a FEPACE, para obter informações sobre o esporte e seus instrutores credenciados e homologados. Para obter a carteira de habilitação esportiva é necessário ser maior de 18 anos, e, se for menor de 18 anos e maior de 16 anos, é necessária a autorização dos pais.

Segundo João Guy Almeida, há uma enorme quantidade de turistas que se encaminham para o estado do Ceará por conta dos esportes ao ar livre e das possibilidades das práticas esportivas – turistas nacionais e internacionais. O Ceará é considerado o “Hawaii do voo livre mundial”.

São muitos os benefícios do esporte e isso faz com que os números de praticantes aumentem a cada ano. Um dos pontos mais importantes acerca do esporte é a relação com a natureza, devido ao respeito e à consciência ambiental que todos acabam adquirindo. O medo

é superado pela confiança nas habilidades dos instrutores e equipamentos (informação verbal)²⁸.

4.2 TURISMO RELIGIOSO, SEUS BENEFÍCIOS E IMPACTOS

O incentivo ao desenvolvimento de lugares por meio do planejamento turístico, nos planos socioeconômico e ambiental, costuma envolver algum aspecto religioso na composição dos atrativos.

O turismo religioso tem sua origem no exercício contemporâneo da peregrinação. O turista religioso, nesses termos, não deixa de ser um peregrino, apenas atualiza essa prática adaptando sua viagem, ora parcial, ora plenamente, às características do processo turístico, conforme o contexto socioeconômico do fenômeno religioso em questão. Entende-se, dessa forma, que a relação histórica entre as peregrinações a lugares considerados sagrados – por motivo de festa, tradição étnica, penitência (individual ou coletiva) ou promessa – e o turismo acaba encontrando na modalidade religiosa um elemento especialmente revelador: a multiplicação de paisagens e atrativos turísticos continua tendo um forte componente simbólico, contido na palavra fé.

A fé é e continuará sendo qualidade híbrida, divina / humana, sagrada / profana, capaz de justificar imediatamente grandes viagens em busca de algo que transcende o cotidiano. É fundamental, portanto, reconhecer que as ideias de fé e sacrifício estão na origem do ato religioso que motiva uma peregrinação.

O ato de peregrinar tende a ser, antes de tudo, um ritual das origens nômades dos grupos humanos. Peregrina-se em busca de algo mais significativo, em busca da vida que supera a simples sobrevivência. Nesse sentido, simbolicamente, a peregrinação comporta-se como uma viagem de volta, um retorno. Peregrinar é voltar ao campo, ao espaço aberto, ao lugar de origem, à terra dos antepassados; ao centro ou umbigo do mundo, segundo Mircea Eliade, que reconhecia a força mística desses espaços tão especiais. Por essa razão é que se pode vincular diretamente a peregrinação ao sacrifício (ofício sagrado) e à fé.

Pessoas, famílias e povos peregrinam por motivos transcendentais à sua vontade. A peregrinação, portanto, não é uma escolha individual do sujeito peregrino, mas uma

²⁸Informação fornecida em entrevista ao atual presidente da Federação de Parapente e Asa-Delta do Ceará (FEPACE), João Guy Almeida, em 11 de fevereiro de 2015.

retribuição manifesta desse sujeito à divindade (o santo) que o agraciou. (OLIVEIRA, 2004, p. 15).

Arminda Souza e Marcos Corrêa (2000, p.150) definem turismo religioso:

Tipo de turismo motivado pela cultura religiosa, cuja característica principal é a ida a locais que possuam conotação fortemente religiosa, ou ainda o conjunto de atividades que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé. A festa religiosa é um exercício mítico de volta e projeção do mundo ideal, e a matriz para a compreensão das motivações culturais e espirituais que alimenta o turista religioso nos mais diferentes sistemas de crença.

O símbolo é, em si, uma construção mitológica, e não pode haver turismo religioso sem a percepção de elementos simbólicos que remetem ao divino. Ter fé é o mesmo que acreditar no símbolo, acreditar naquela força de condensação de energias contrárias que, dependendo dos ritos adequados, irão vibrar em conformidade com desígnios de um deus.

Como busca indireta e simbólica, a viagem religiosa pode apresentar-se como: turismo de missionário, que busca identidades espirituais interiores; turismo de saúde ou de cura, que busca soluções funcionais para os males da vida; turismo de contemplação, que busca o convívio com a alteridade do feminino, no passado ainda presente da natureza ou no presente já futuro da tecnologia.

Todos esses simbolismos podem, em um exercício ambíguo, revelar e esconder a religiosidade latente nas motivações que levam grupos ou indivíduos a praticar o turismo religioso. (OLIVEIRA, 2004, p. 79).

Um dos fatores de impacto está relacionado aos novos processos de interação social que o turismo coloca em marcha sobre a população local, exigindo desta um esforço de adaptação que muitas vezes vai além de suas capacidades. Por vezes provoca a falência das relações sociais e a descaracterização da ecologia e da cultura. Esse quadro, associado ao turismo de massa, tem transformado profundamente a paisagem religiosa, já que o fluxo turístico possui uma “afinidade eletiva” com o espaço.

Por outro lado, o turismo está colocando em circulação produtos desde artesanatos tradicionais a artigos de última geração, até os próprios lugares e imagens. Nesse circuito, acaba por desconstruir dicotomias clássicas, como o popular *versus* erudito “subalterno *versus* hegemônico, moderno *versus* tradicional.” (CANCLINI, 2000, p. 283).

A partir do final da década de 1990 e durante toda a década que se finda agora, a religião tornou-se novamente centro de debates em torno de sua natureza, seus vínculos e sua relação com a modernidade. Os estudos sobre religião crescem paralelamente ao aumento das

opções religiosas colocadas à disposição de um suposto “consumidor religioso”. Essa modernidade pode ser entendida como estrutura social e categoria, enquanto configuração sociocultural matricial que estrutura a realidade vivida pela civilização ocidental (BERMAN, 1986, p. 51).

Do século XIX ao XX, as transformações socioeconômicas levaram à religiosidade baseada na estrutura normativa ao declínio. A religião deixaria de “dar as cartas” em termos de norma de conduta, de visão de mundo, e passaria a ser apenas mais uma das dimensões da vida do homem, perdendo sua centralidade. Por outro lado, na consolidação do capitalismo como modo de produção, a visita a outros povos, monumentos e cidades, que antes era elemento da aristocracia e exercido pelos visitantes “solitários”, passa a pertencer ao mercado das viagens. (MALKIN, 1999, p. 25).

A viagem passa a ser mercadoria, avançando em direção a áreas da cultura. A lógica do mercado se enfronta em todas as manifestações sociais e culturais.

A geógrafa Zeny Rosendhal (1996, p. 14), defende a existência de um espaço sagrado:

É possível reconhecer o sagrado como elemento de produção do espaço. Lewandowski e outros sustentam, a este respeito, que as construções são moldadas pelas idéias de uma sociedade, suas formas de organização econômica e social, a distribuição de recursos e autoridade, suas atividades, crenças e valores (...). De fato, critérios sócio-culturais podem ser tão importantes quanto fatores como clima e tecnologia para influenciar a construção do espaço.

Religiosidade/religião é visão de mundo e também uma maneira de estar no mundo, de organizar as relações entre a comunidade e tudo que a circunda. Segundo Zeny Rosendhal (1996), o simbolismo religioso esteve presente na fundação de espaços pelos homens desde o paleolítico. Muitas cidades foram fundadas em torno de santuários, templos, igrejas. A colonização ibero-lusitana é testemunha dessa forma de organização.

Por outro lado, a modernidade trouxe a pluralidade das manifestações religiosas e, portanto, diversas maneiras de lidar com o espaço. Em tempos de globalização, as religiões não estão mais confinadas aos limites da “comunidade”, mas se comunicam entre si e com fenômenos como o turismo. Nessa interatividade ocorrem processos complexos de complementaridade/oposição entre as representações culturais das diversas igrejas/movimentos religiosos e as novas formas de relacionar trazidas pelo turismo. O impacto será tanto maior quanto maior for a circulação de pessoas, valores, consumo, objetos, crenças e práticas, podendo-se até traçar uma genealogia do impacto dos estilos de religiosidade e do turismo sobre o espaço.

Inspirado em Sanchis (2001), apontam-se os principais filões religiosos no Brasil e algumas de suas “manifestações” que podem se tornar objeto de visitação de turistas ou ainda serem atraídos para a “ rbita” do turismo. Existem algumas manifesta es religiosas que são transversais, isto  , atravessam vários fil es e denomina es, como os eventos e shows de música gospel, que têm atraído milhares de jovens, inclusive pessoas não envolvidas diretamente com a prática religiosa, entre eles, turistas.

Das inúmeras manifesta es religiosas, três tipos podem se tornar objeto de turismo: as do patrimônio arquitetônico (igrejas barrocas, templos budistas e protestantes etc.), as do ritual (Semana Santa, ritos celebrativos ou de comemora o etc.) e as de eventos (festas religiosas, festivais de música etc.).

O pluralismo religioso intensifica-se a partir das décadas de 1980 e 1990. São as décadas em que a moderniza o industrial e a urbaniza o explodem no país; também a década de constru o de um “mercado turístico nacional”. O governo brasileiro, por meio da Embratur, investe em programas de incentivo ao turismo e empresta dinheiro para a constru o de extensas redes hoteleiras; as agências de viagem espalham-se.

Steil (2003) analisa que uma mesma pessoa pode praticar atos religiosos e turísticos. Nesse sentido, há dois atos religiosos que se relacionam ao turismo: as romarias – espécie de experiências coletivas de deslocamento até o santuário de uma santa ou santo, ou um lugar considerado sagrado – e a peregrina o – uma experiência vivida com a consciência de uma individualidade, de uma busca pessoal.

Para Steil (1998), peregrina o e turismo estariam imbricados na vida real, podendo “surgir no campo da religião uma estrutura turística de significados e valores, que acaba encompassando, mesmo que inconscientemente, a tradi o peregr nica, produzindo um outro evento, que poder mos chamar de turismo religioso”. Assim, remete-se   performance em que se fundem ator e espectador, neste o olhar introduz uma diferencia o.

Steil (2003) percebe que há uma tensão interna permanente entre duas estruturas, turismo e romarias, que, aliás, são dois dos atos religiosos mais comuns no Brasil, cobrindo milhares de festas e santuários pelo Brasil afora. O turismo remete   ideia de uma sociedade de corte, um convívio calculado, calcado na busca da distin o, enquanto as romarias remetem   ideia de comunitas, ou seja, de ideal de fraterna comunhão. São duas lógicas opostas. A de comunitas:

Ideal de horizontalidade e igualdade nas rela es entre romeiros aparece [...] em suas falas e práticas. Para aqueles que chegam [...] depois de longas horas de viagem sobre a carroceira de um caminhão pau-de-arara, onde se misturam adultos, crianças,

sacolas de alimentos, apetrechos de cozinhas, colchões e esteiras de dormir, a experiência relatada é a de uma comunhão que transcende o cotidiano, marcado por regras estabelecidas, compromissos pessoais, posições sociais, constrangimentos morais. (STEIL, 2003, p. 52).

A religiosidade católica é uma grande motivadora das peregrinações enquanto deslocamento espacial em direção a locais e /ou eventos considerados sagrados.

Segundo Fernandes (1998), o catolicismo popular expressado pela romaria estabelece uma distinção entre a morada do santo e a dos fiéis. Na concepção espacial desse catolicismo, o centro, o *locus* da experiência religiosa, está situado nas fronteiras do cotidiano. A ideia de padroeira está intimamente relacionada a uma extensão territorial. Há, portanto, um círculo imaginário.

No município de Pacatuba as primeiras manifestações de apoio eclesial datam de criação da Freguesia²⁹, sob o padroado de Nossa Senhora da Conceição, que provém da Lei Provincial nº 1.305, de 05 de novembro de 1869, sendo canonicamente instalada conforme Provisão de 31 de janeiro de 1870. Consta como seu primeiro vigário o padre Bernadino de Oliveira Memória, nomeado em 1º de fevereiro e empossado em 13 de fevereiro de 1870. Ao longo dos seus 136 anos de existência a paróquia contou com os serviços de 28 vigários. (LOUREIRO, 2006).

A razão da escolha do patrocínio da Imaculada Conceição para a Freguesia pode ter tido origem onde havia a primitiva capelinha, que era situada no meio da Praça João Galeno (conhecida popularmente como Praça da Matriz), mais ou menos onde atualmente se encontra um pé de jatobá. O padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, devoto de Nossa Senhora da Conceição, vindo de Messejana, de onde a santa também era padroeira, todas as vezes que vinha para o município de Pacatuba celebrar missas, trazia consigo a imagem da santa. (AMORA, 1972).

A igreja matriz (figura 22), resultante da primitiva capela, tinha como responsável o vigário da Freguesia, padre Bernardino de Oliveira. Os trabalhos iniciais datam de 26 de agosto de 1874, tendo sido concluída em 1º de janeiro de 1880, data de sua inauguração. (ARAGÃO, 1996, p.171).

²⁹No antigo império português, foi o nome dado à menor divisão administrativa, correspondente à paróquia civil de outros países. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Freguesia>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

Figura 22 - Igreja Matriz (Nossa Senhora da Conceição)



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Pacatuba, 2014.

A igreja matriz (Igreja Nossa Senhora da Conceição) fica localizada na Rua Carlos da Costa Carmo, s/n. É um templo de estilo neoclássico, de belo aspecto, mais gracioso do que imponente. Tem dois pavimentos, cinco portas de frente e cinco janelas no andar superior, o altar-mor, de sentido moderno, e dois altares laterais, os de Vicente de Paulo e de São Francisco. O local foi escolhido para a construção do prédio foi doado por D. Maria do Carmo Theophilo e Silva.

A Paróquia Nossa Senhora da Conceição (paróquia do município) está localizada na Rua Presidente Getúlio Vargas, número 404, em frente à Praça Capitão Henrique Gonçalves da Justa, mais conhecida como Praça da Fonte (por ter uma fonte em seu centro com pequenas réplicas do animal paca). Em 1865, foram iniciadas as festas de Nossa Senhora da Conceição, e em 1874, as festas de Nossa Senhora do Carmo.

A igreja de Nossa Senhora do Carmo (figura 23) tem construção em estilo colonial, datada do ano de 1885. Fica localizada na Rua Coronel João Carlos com a Rua Raimundo Siqueira, s/n, tendo sido idealizada por José Coelho, ex-seminarista, e construída pelo padre José Inácio de Morais Navarro. Tem aparência bem modesta e características de uma capela. O terreno onde a igreja se localiza foi doado por D. Mariana Cabral da Silva, aristocrata e dona de escravos da época. Dentro da igreja repousa o primeiro capelão, o padre José Inácio de Morais Navarro, falecido em 30 de agosto de 1887. Em 1999 foi realizada uma reforma, em que foram restauradas algumas peças sacras e acrescentados alguns compartimentos na sacristia.

Figura 23 - Igreja Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Elaborado pelo autor.

O município de Pacatuba não é diferente de muitos lugares religiosos. A religião que predomina na sede do município é a católica. Pacatuba possui várias capelas distribuídas em vários bairros, como a do bairro Quiobal (Capela Nossa Senhora Aparecida), bairro das Cajazeiras (Capela São Francisco), bairro Quandú (Capela Nossa Senhora de Fátima), bairro São Joaquim (Capela São Joaquim e Sant' Ana), bairro Alto São João possui a Capela São João Batista (figura 24), bairro Beira Sol possui a Capela Santa Luzia (figura 25).

Figura 24 - Capela São João Batista no Bairro Alto São João



Fonte: Regina Assunção, 2015.

Figura 25 - Bairro Beira Sol (Capela Santa Luzia)



Fonte: Regina Assunção, 2015.

Bairro São Luiz (Capela São Luiz), bairro São Bento possui a Capela São Bento (figura 26), Bairro Pracinha (Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro), bairro São José

possui a Capela São José (figura 27), bairro Forquilha (Capela São Sebastião), além de haver a igreja Nossa Senhora do Carmo e a igreja Nossa Senhora da Conceição.

Figura 26 - Bairro São Bento (Capela São Bento)



Fonte: Regina Assunção, 2015.

Figura 27 - Bairro São José (Capela São José)



Fonte: Regina Assunção, 2015.

As grandes festas do município se dão através das homenagens aos santos: dia 16 de julho é o dia de Nossa Senhora do Carmo e dia 8 de dezembro, a data comemorativa a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade. A programação do novenário Nossa Senhora do Carmo tem início do dia 06 e vai até 16 de julho, todos os dias com missas, carreatas, bingo e feijoada. A programação do novenário de Nossa Senhora da Conceição tem início no dia 28 de novembro e vai até 08 de dezembro.

4.2.1 Espetáculo Paixão de Cristo

A celebração da Semana Santa, que é uma lembrança da vida de Jesus Cristo, obedece a três estratos intelectuais. O primeiro é o erudito, por meio dos rituais herdados da Idade Média, no interior dos templos católicos, muitas vezes celebrados em latim, com requintes de expressões verbais e cenográficos, a exemplo do sermão de descendo da cruz; o lava-pés; o círio pascal e outras cerimônias. O segundo, de caráter popular, corresponde às encenações da paixão e morte de Cristo; a procissão de encontro e a procissão de enterro. O terceiro nível, o folclórico, está ligado ao rompimento das aleluias e pode ocorrer no sábado ou no domingo de Páscoa. São eventos de iniciativa popular no final da Semana Santa e quase sempre redundam em carnaval ou na folia do Divino.

No Nordeste existe uma grande tradição de celebração da Semana Santa com encenação ao vivo. No Centro-Oeste, em Goiás, há a procissão do fogaréu, quando se encenam a busca e prisão de Cristo por Herodes. No Sudeste, em Minas Gerais, em todas as cidades históricas, realizam-se encenações ao vivo, redundando em festa popular, com raros fatos folclóricos. Em Diamantina guardam ainda uma tradição de cunho folclórico, que é o de cada fiel levar para casa um ramo de arruda que se encontrava depositado aos pés da imagem do Senhor Morto, na Sexta-Feira da Paixão.

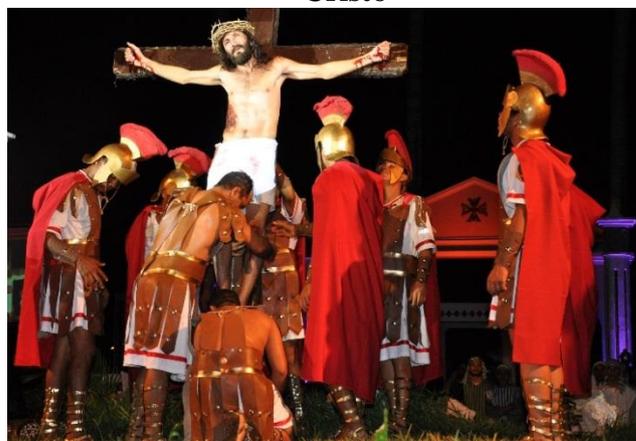
Um dos maiores eventos do município de Pacatuba é o espetáculo Paixão de Cristo (figuras 28 e 29), sempre realizado no mês de abril, no feriado da Semana Santa. As encenações foram iniciadas em 1974, pelos irmãos Pinto, nativos de Pacatuba: o irmão mais velho (Paulo Maria Pinto) foi idealizador do evento, ele tinha mais dois irmãos, Marcos Pinto e Hélio Pinto, e duas irmãs, Joselina Pinto e Maria do Carmo, e todos faziam parte do elenco inicial do espetáculo. Esses personagens deram início à Paixão de Cristo. O evento acontecia nas ruas da cidade, todas as sextas-feiras, sendo os cenários montados em frente às casas, terrenos e igrejas de alguns pacatubanos. O percurso contornava as ruas e praças da cidade (informação verbal)³⁰.

Figura 28 - Entrada do evento, 40º Espetáculo Paixão de Cristo



Fonte: Regina Assunção, 2014.

Figura 29 - Encenação. 40º Espetáculo Paixão de Cristo



Fonte: Regina Assunção, 2014.

No ano de 2014, o espetáculo Paixão de Cristo fez 40 anos de edição. O atual diretor geral do espetáculo, Sr. Antony Fernandes (artista plástico), entrou na produção do evento em 1975 para ajudar na direção e na criação dos adereços, como capacetes, túnicas, lanças e cenários.

³⁰ Informação fornecida em entrevista cedida pelo artista plástico Sr. Antony Fernandes, atual diretor cênico do espetáculo Paixão de Cristo, em novembro de 2014.

Devido ao grande sucesso do evento, em 1995 ele ganhou um cenário fixo (figuras 30 e 31), que hoje fica localizado na Praça Francisco das Chagas Albuquerque. A estrutura fixa do espetáculo contém oito cenários: palácio de Caifás, palácio de Herodes, palácio de Pilatos, palácio da última ceia, templo de Jerusalém, local do flagelo de Jesus, porto das oliveiras e túmulo da ressurreição.

Figura 30 - Estrutura fixa, onde é realizado o espetáculo Paixão de Cristo, Pacatuba – CE



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 31 -- Estrutura fixa, onde é realizado o espetáculo Paixão de Cristo, Pacatuba – CE



Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido ao grande público que vem todos os anos ao município e lota todas as arquibancadas e camarotes, a praça onde é realizado o evento passou a ser conhecida popularmente como Praça da Paixão (figuras 32, 33, 34 e 35). Atualmente, a estrutura montada para a realização do evento não está mais comportando todos os que vêm assistir ao espetáculo, por isso, já há alguns anos, os organizadores do evento sempre colocam telões e cadeiras na praça ao lado, para que todos que queiram apreciar esse grande espetáculo possam contemplá-lo.

Figura 32 - Praça de Alimentação. 40º Espetáculo Paixão de Cristo



Fonte: Regina Assunção, 2014.

Figura 33 - Praça João Galeno (conhecida popularmente como Praça da Matriz). 40º Espetáculo Paixão de Cristo



Fonte: Regina Assunção, 2014.

Figura 34 - Feira de Artesanato. 40º Espetáculo Paixão de Cristo



Fonte: Regina Assunção, 2014.

Figura 35 - Arquibancadas no térreo e em cima os camarotes. 40º Espetáculo Paixão de Cristo



Fonte: Regina Assunção, 2014.

O corpo do elenco – atores e figurinistas – é composto, em sua maioria, por pacatubanos. Hoje, todo o elenco, contando com equipe de produção, direção, som, luz e apoio, chega a uma média de 300 pessoas, as quais participam direta e indiretamente desse grande espetáculo que hoje faz parte do calendário municipal de eventos e do calendário estadual de festas religiosas que são realizadas no Ceará (informação verbal)³¹.

4.3 TURISMO HISTÓRICO, SEUS BENEFÍCIOS E IMPACTOS

³¹Informação fornecida em entrevista cedida pelo o artista plástico Sr. Antony Fernandes, atual diretor cênico do espetáculo Paixão de Cristo, em novembro de 2014.

Desde a Antiguidade, alguns objetos e obras de arte vêm sendo preservados mediante ensejos de cunho político, cultural ou religioso. No entanto, uma apreciação mais densa sobre valores e significados dos bens conservados aflorou nas décadas finais do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa. A partir de então vêm se ampliando as formas de tratamento dos bens dotados de valor histórico e cultural, orientadas por políticas preservacionistas e legislações específicas para a restauração e reabilitação do patrimônio, como bem o lembra a estudiosa Fraçoise Choay (2001).

Os motins e destruições ocorridos no decorrer do processo revolucionário francês de 1789 comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Tal fato suscitou a necessidade de os revolucionários conservarem os “testemunhos” da história francesa, julgados referências da história nacional e do interesse público. (CHOAY, 2001). De todo modo, ao repelir a pilhagem e a destruição dos imóveis e das obras de arte pertencentes ao clero e à nobreza, o Estado os tomou como bens elevados à condição de propriedade pública. Assim, como salienta Márcia San’Anna, a noção de patrimônio nacional engendrou-se mediante um embate que, simultaneamente, recorreu ao sentimento nacional e às conveniências financeiras relativas ao valor econômico dos referidos objetos de arte, móveis ou imóveis Márcia Sant’Anna (2005).

Diversas nações europeias, no decorrer do século XIX, foram organizando estruturas públicas e privadas devotadas à conservação, salvaguarda e seleção dos bens considerados patrimônios nacionais. Ainda assim, o entendimento que essas entidades tinham de patrimônio se restringia às edificações, aos monumentos e objetos de arte, vistos como exemplares autênticos e geniais das riquezas nacionais. Todavia, a proteção desses bens foi institucionalizada a princípio pela França, em 1830, mediante a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos, cuja ação se restringia ao “recenseamento” do patrimônio (PELEGRINI, 2009).

A palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos. Originalmente, esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. No século XVIII, quando, na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso de “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Em 1808, a chegada da corte portuguesa ao Brasil implicou a criação de lugares de memória, como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, que acabariam reforçados como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira após a independência. Em

1838, foram instituídos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da história e manutenção da memória histórica nacional.

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referências comuns a todos que habitavam um mesmo território e unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional, que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (FUNARI, 2001).

A preocupação com o patrimônio histórico e arquitetônico foi muito posterior, iniciando-se na década de 1910, quando o país passava por uma crise política e de identidade. As expedições de Oswaldo Cruz e outros cientistas pelo Brasil haviam desnudado as diferenças e desigualdades entre o “sertão” e o “mar”. Ao mesmo tempo, no caso do Sul do país, a expressiva presença de imigrantes frequentando escolas, nas quais se ensinavam suas línguas natais, parecia colocar em perigo a unidade brasileira, de fato ameaçada pelas disputas, então em pleno desenvolvimento, das oligarquias estaduais pelo poder central. Outros fatores contribuíram para trazer à tona preocupações com a preservação da cultura brasileira, entre eles, o crescimento do nacionalismo, a ampliação das cidades e a valorização da arte sacra colonial no mercado internacional (FUNARI, 2001).

A salvaguarda oficial foi objeto da legislação promulgada em 31 de dezembro de 1913, quando foi implementado um dos primeiros instrumentos legais de proteção ao patrimônio, o *classement*, ou seja, uma norma que impelia a mutilação ou destruição dos monumentos nacionais franceses. A partir de então, essa prática difundiu-se entre alguns países ocidentais que adotaram suas respectivas legislações.

Passados cerca de dezessete anos, autoridades das mais diversas áreas do conhecimento e esferas públicas de poder, como arquitetos, diplomatas, políticos e historiadores, mobilizaram-se em torno de congressos internacionais que buscavam soluções para os impasses do crescimento urbano, da qualidade de vida nas cidades e inclusive da necessidade da preservação de determinados patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos dos estados nacionais de toda a humanidade. Dessa maneira, os congressistas passaram a sugerir recomendações por meio de documentos denominados “cartas patrimoniais”, cujo objetivo fundamentava-se na proposição de diretrizes capazes de resolver os principais

problemas de grandes metrópoles que estavam em pleno crescimento nas décadas de 1930 e 1940, sem comprometer os monumentos ou edificações arquitetônicas consideradas portadoras de excepcionais valores artísticos ou históricos.

No Brasil, na década de 1920, a preocupação em valorizar o que era brasileiro tomou uma forma na produção dos intelectuais modernistas, como Mário de Andrade, por meio de pesquisas etnográficas e da literatura. Expressava-se, também, nos projetos dos arquitetos, como Lúcio Costa, que participaram do movimento neocolonial, voltado para a busca da valorização da herança portuguesa e colonial, para a composição de uma arquitetura “autenticamente nacional”. E ainda por projetos de lei de criação de órgãos de proteção ao patrimônio apresentados ao legislativo federal e pela criação, na Bahia, em 1927, e em Pernambuco, em 1928, de inspetorias estaduais de monumentos nacionais, cuja atuação se limitou ao inventário de bens locais.

A proposição voltada à difusão dos conhecimentos e obras representativas da genialidade humana passou a ser incentivada na década de 1930, a partir da formulação da *Carta de Atenas* (1931), que restritivamente recomendava aos educadores habituarem “a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos”, de modo a aumentar o interesse deles “pela proteção dos testemunhos de toda a civilização” (PELEGRINI, 2009).

A ação do Sphan, de acordo com as recomendações da Carta de Atenas, documento internacional de 1931, privilegiou a proteção de monumentos de valor excepcional, com especial destaque para obras do Barroco, movimento artístico do século XVIII, considerado a essência da brasilidade e, também, a produção material dos colonizadores, como antigos fortes, engenhos e igrejas. Os edifícios de períodos mais recentes, como os numerosos existentes no centro da cidade de São Paulo, construídos sob a influência do ecletismo a partir do final do século XIX, foram relegados, pois eram considerados alheios à tradição brasileira. Constitui-se, desse modo, um conjunto de bens que, além de representar a história da nação, teve o sentido de representar o passado da arquitetura brasileira, manifestação cultural que, a essa época, começava a se firmar.

Em 1934, segundo TELES (In: GONÇALVES e BOFF; 2001:62), iniciou-se a implantação de ações em benefício da conservação dos objetos de interesse histórico da cultura e da conservação histórica e do patrimônio artístico. Esse conceito se encontra enraizado no Decreto-Lei nº: 25, de 30 de novembro de 1937 e, desde então, tem subsidiado estudos e iniciativas conservacionistas em todo o território nacional (PORTUGUEZ, 2004).

Foi no conjunto dos esforços realizados – em especial o dos intelectuais modernistas – de conhecer, compreender e recriar o Brasil, que se desenvolveu a ideia de

proteção ao patrimônio. Em 30 de novembro de 1937, Vargas assinou o Decreto-Lei nº 25, que teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade, criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), primeiro órgão federal dedicado à preservação. O artigo 1º do Decreto-Lei definia o patrimônio histórico e artístico nacional como um “conjunto de bens móveis e imóveis [...] cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.

O reconhecimento público desse valor se faria pelo tombamento, isto é, pela inscrição do bem em um dos quatro livros do tomo: arqueológico, etnológico e paisagístico; histórico; das belas artes aplicadas. O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem, uma vez que a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário, que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a consternação e o choque causados pelo maior conflito bélico até então deflagrado no globo e o envolvimento de tantas nações ao mesmo tempo assustaram a população e as mais diversas lideranças políticas mundiais. Esses fatores, somados à constatação da capacidade destrutiva do arsenal utilizado nessa guerra e as dimensões da crueldade humana expressa como demonstração de força das distintas nações envolvidas tornaram prioritárias a criação de entidades que pudessem mediar as relações internacionais.

A perspectiva de estabelecer compromissos em defesa da paz do planeta e da integridade humana evidenciou a proeminência da criação de órgãos devotados à instituição de pactos com a finalidade de estimular experiências educacionais e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com fins construtivos e humanitários. Nesse contexto, foi fundada a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO – que encampou, inclusive, as ações em prol dos direitos humanos e do patrimônio histórico e passou a catalisar ações direcionadas a estimular a implantação de políticas públicas favoráveis à conservação dos bens culturais em várias partes do globo terrestre, inclusive no Brasil.

Até a década de 1960, poucas leis aprovadas no país tratavam da preservação de bens culturais. A partir de então, e principalmente na década de 1980, seu número cresceu, refletindo o crescimento da preocupação da sociedade com o assunto, sem que, contudo, ampliassem-se as formas legais de proteção adotadas. O tombamento continua a ser forma

predominante, embora, muitas vezes, não atenda à dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas.

As primeiras ideias a respeito da preservação do patrimônio cultural levavam em conta o conceito abstrato de “excepcionalidade”: somente em 1964, por ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos.

Em São Paulo, a atividade do órgão nacional de proteção ao patrimônio passou a contar, a partir de 1968, com o concurso do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), criado pela Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, assinada pelo governador Roberto de Abreu Sodré. Um ano antes, ele promovera uma reforma administrativa que unira as atividades oficiais de turismo às da cultura e dos esportes, a fim de melhor coordená-las. Assim foi criada a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, à qual ficaria subordinado o Condephaat (FUNARI, 2001).

O Conselho (Condephaat), embora, como expresso em sua própria denominação, nascesse sob a égide da relação entre patrimônio e turismo, que então tomava corpo entre nós, seguiria a política de proteção ao patrimônio já estabelecida pelo Patrimônio Nacional; foi, porém, mais permeável à renovação do conceito de patrimônio e expressou uma possibilidade de contornar-se, com apoio do Governo do Estado, a precária situação do patrimônio em São Paulo.

O país experimentava grande impulso cultural e, além disso, o Regime Militar procurava sanar o desemprego e promover o desenvolvimento. O casamento entre patrimônio e turismo, nesse momento, parecia perfeito e se apresentava como solução para diversas situações, incluída a “salvação” do patrimônio, em razão de seu aproveitamento econômico. Em 1970, os governadores, prefeitos e representantes de instituições culturais presentes a um encontro promovido pelo Ministério de Educação e Cultura, na capital do país, assinaram o compromisso de Brasília, no qual reconheciam a necessidade de ações complementares à do órgão federal, para a proteção do patrimônio e também recomendavam a proteção da natureza.

A partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Em 1970, com a assinatura do *Compromisso de Brasília* e, em 1971, com a assinatura do *Compromisso de Salvador*, os municípios brasileiros dotados de bens materiais e imateriais da cultura brasileira começaram a legislar sobre a conservação de seus patrimônios. (PORTUGUEZ, 2004).

Em 1975, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, desenvolvido juntamente com numerosas atividades que procuravam ampliar as preocupações do órgão federal para além dos cuidados com as edificações, pretendia criar linhas de crédito especiais para a restauração de imóveis destinados ao aproveitamento turístico, à concessão de incentivos tributários e à formação de mão de obra especializada em restauro, além de outras medidas. Implementado, o programa obteve alguns resultados, como a adaptação de antigas residências para hospedagem.

Nesse mesmo ano (1975), sob intensa pressão da sociedade, o Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico), tombou o edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, ameaçado de demolição, para que, em seu lugar, fosse construída a estação República do Metrô, estendendo o tombamento para áreas naturais de porte, como o Maciço da Juréia, ocorrido em 1979, a Serra do Japi, em 1983, e a Serra do Mar, em 1985. (FUNARI, 2001).

A preservação do patrimônio cultural é prevista constitucionalmente como sendo de competência comum, no âmbito do Poder Executivo, e concorrente, no plano legislativo, reafirmando o art. 216, de que o patrimônio cultural quem define e protege é o brasileiro, não sendo correto afirmar-se a existência de interesses apenas locais ou regionais (CUNHA, 2004).

Os arts. 215 e 216 da Constituição de 1988 trazem a proteção do meio ambiente cultural ao estabelecerem que:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- a) as formas de expressão;
- b) os modos de criar, fazer e viver;
- c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

- d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O art. 231 da Constituição reconheceu expressamente aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; ademais, o sistema cultural brasileiro também recebeu influências dos imigrantes, especialmente os italianos, alemães e japoneses, referências que, uma vez incorporadas ao processo civilizatório nacional, também recebem proteção constitucional.

O art. 216 identifica o patrimônio cultural brasileiro utilizando conceitos de valor histórico, sociológico e antropológico, pois afirma serem patrimônio cultural brasileiro bens considerados individualmente ou em conjunto, desde que portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não exigindo que eles sejam de valor excepcional.

O texto constitucional, ao afirmar a preservação de valores imateriais e a aceitação de sua mutabilidade intrínseca, desautoriza a exigência de tombamento prévio para que um bem seja considerado patrimônio cultural brasileiro.

O § 1º do art. 216, ao determinar que é dever do Poder Público, com a colaboração da comunidade, preservar o patrimônio cultural, ratificou o entendimento doutrinário de que integra o patrimônio cultural a categoria de bens ambientais e, conseqüentemente, de natureza difusa.

A participação e a colaboração da comunidade na proteção do patrimônio cultural dão-se através das organizações não governamentais, nos conselhos ambientais, nas audiências públicas dos procedimentos de estudos de impactos ambientais e nas ações judiciais (ação popular ou ação civil pública). A gestão da documentação governamental e a garantia do acesso e consulta são também medidas de proteção ao patrimônio cultural.

O § 3º do art. 216 da Constituição Federal prevê a existência de incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. O § 4º prevê a possibilidade de responsabilização, civil e penalmente, dos autores de danos e ameaças ao patrimônio cultural e o 5º tombou, expressamente, todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (CUNHA, 2004).

Oficialmente, os países ocidentais passaram a perceber e a considerar tais questões a partir de 1989, por meio da *Recomendação da salvaguarda da cultura tradicional*

e popular, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO. Esse documento sintetiza a preocupação com “a identificação, a conservação, a difusão e a proteção da cultura tradicional popular”, efetuada por meio de registros, inventários, investimentos econômicos e educacionais que envolvem a propriedade intelectual dos conhecimentos tradicionais.

Somente em 17 de outubro de 2003, outra carta patrimonial, denominada Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO, propôs o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicos, com os respectivos instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes eram associados.

O seminário que integrou as atividades comemorativas aos sessenta anos de criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, realizado nos dias 10 e 14 de novembro de 1997, em Fortaleza, promoveu debate entre especialistas, membros de instituições públicas e sociedade civil, inclusive da UNESCO, visando reunir subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos para identificar, resguardar e fomentar “as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver as criações científicas, artísticas e tecnológicas, oferecendo especial atenção àquelas referentes à cultura popular”.

Seguindo os preceitos do artigo 216 da Constituição de 1988, o objetivo principal do seminário centrou-se na defesa dos “bens portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica.

A *Carta de Fortaleza*³² aconselhava que a preservação do patrimônio cultural fosse “abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva”, que fosse “construindo um banco de dados” relativo aos bens culturais “passíveis de proteção, tornando a difusão e o intercâmbio das informações ágil e acessível”, que fossem realizadas “parcerias com entidades públicas e privadas com o objetivo de conhecer as manifestações culturais de natureza imaterial sobre as quais já existam informações disponíveis”. O documento ainda salientava relevância do desenvolvimento do Programa Nacional de Educação Patrimonial com vistas a ampliar as atenções em relação ao patrimônio cultural brasileiro.

Os bens culturais tomados como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, reúnem referenciais identitários,

³²Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2009.

memórias e histórias, suportes preciosos para formação do cidadão. As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. Por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade.

Logo, o direito à memória e ao acautelamento do patrimônio cultural de distintos grupos que convivem num mesmo país (estado ou região) constituem exercícios de cidadania importantes para fundamentar as bases das transformações sociais necessárias para a coletividade.

Além disso, o reconhecimento de identidades plurais (sejam elas de gênero, religião ou etnia) pressupõe a coexistência entre características culturais distintas que, no seu conjunto, contribuem para a formação de afinidades mais amplas, como é o caso das identidades nacionais.

O artigo sétimo da Declaração Universal da UNESCO, a respeito da diversidade cultural, datado de 2005, dispõe que “toda criação tem suas origens nas tradições culturais” e desenvolve-se “plenamente” por meio do diálogo entre as culturas. Essa carta argumenta que os bens culturais, em todas as suas formas, devem ser preservados, valorizados e transmitidos às gerações futuras “como registros da experiência e das aspirações humanas” (PELEGRINI, 2009).

O desenvolvimento turístico requer importantes investimentos privados e públicos, pois um fluxo excessivo de turistas, caso a cidade não esteja preparada, pode produzir efeitos negativos, como contaminação, congestionamento de trânsito ou banalizações social, econômica e cultural da comunidade de acolhimento.

Uma das oportunidades que o turismo oferece aos centros históricos é de recuperação e valorização de um patrimônio arquitetônico e urbanístico que, em poucos casos, encontra-se infrautilizado. Além disso, proporciona recursos para melhorar a paisagem urbana e também gera oportunidades para qualificar a trama urbanística e renovar as infraestruturas e os equipamentos culturais. (PORTUGUEZ, 2004).

A essência do turismo cultural está em envolver o visitante em um novo universo de experiências, com visitas apoiadas por atividades práticas, como música e culinária, por exemplo, complementando o contexto local e de época. A comunidade terá de reter grande parte dessa experiência do lugar em sua própria cultura, de forma a garantir que a visita se amplie do monumento para o que existe em volta dele. Se a ação de envolver o visitante for

bem-sucedida, cada parte do dia, cada locação, cada atividade complementarão a outra na interpretação do lugar. (GOODEY, 2002)

Turismo cultural, assim, pressupõe um público educado e informado, que compartilhe com os órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas. Por outro lado, o turismo cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação do público visitante. (GOODEY, 2002, p. 135).

Infelizmente, até os dias atuais ainda são poucos, e recentes os incentivos oferecidos pelo Poder Público para a conservação de bens tombados. Os altos custos de manutenção de antigas construções são bastante utilizados como argumento para justificar o descaso com o qual, muitas vezes, são tratados os bens culturais. O mesmo argumento justifica muitas propostas de aproveitamento econômico dos bens, incluído o uso turístico.

4.3.1 Pacatuba e seus prédios históricos

Uma das oportunidades que o turismo oferece aos centros históricos é de recuperação e valorização de um patrimônio arquitetônico e urbanístico que, em poucos casos, encontra-se infrautilizado. Além disso, proporciona recursos para melhorar a paisagem urbana e também gera oportunidades para qualificar a trama urbanística e renovar as infraestruturas e os equipamentos culturais (PORTUGUEZ, 2004).

No limiar do século XXI, as cidades históricas se encontram cada dia mais associadas ao turismo. Sua função turística vem-se reforçando nos últimos anos, aumentando a simbiose entre cidade e turismo. Essa realidade propõe desafios em relação à maneira de administrar os fluxos turísticos, o planejamento urbanístico, a proteção do patrimônio, a acessibilidade e modalidade ou o meio ambiente urbano.

A sustentabilidade relaciona-se à obtenção de modelos turísticos integrados à economia e à sociedade que respeitem o patrimônio arquitetônico e o meio ambiente e que se preocupem com as novas demandas de acessibilidade e mobilidade que o turismo propõe.

Através da atividade turística você pode resgatar e conhecer histórias que você só conhece através de fatos históricos que você estudou ou ouviu falar, que só ganham sentido com a presença do indivíduo. O patrimônio refere-se às pessoas, às origens e à história de uma comunidade. Devido à sua importância, há a necessidade em preservar esse patrimônio para reforçar a identidade das pessoas e dos lugares e, se houve potencial turístico, sua

utilização recreacional. As expectativas que o turismo desperta são muitas, mas é preciso ser consciente, por outro lado, que a dinamização a partir do turismo também tem limites importantes.

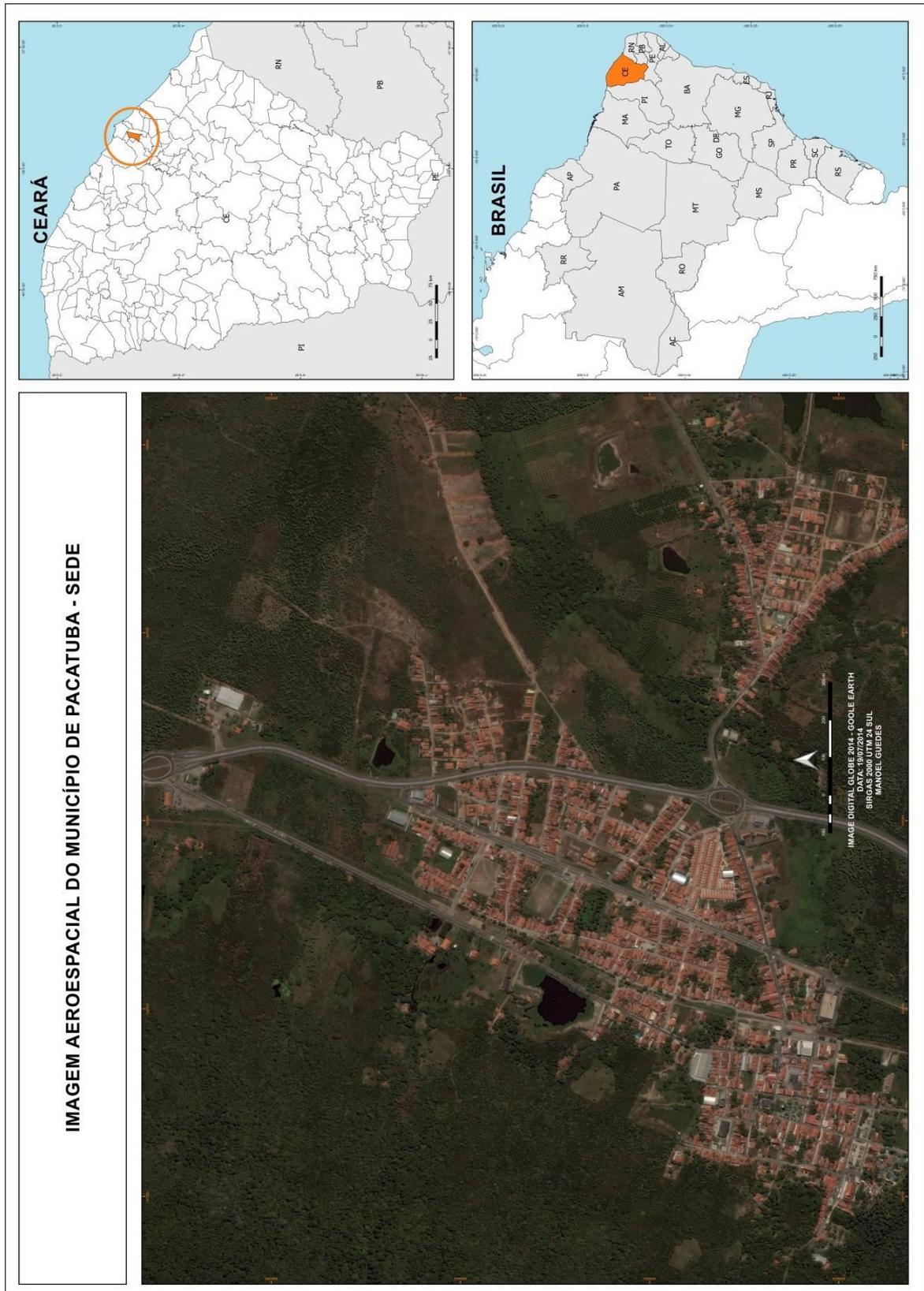
Hoje parece que todos os municípios estão despertando como uma das formas de saída econômica para o desenvolvimento municipal, principalmente através do turismo cultural que, por razões mais ou menos óbvias, é mais fácil de implementar porque a infraestrutura (asfalto, restaurantes, comunicações) muitas vezes está pronta e os atrativos também. (RHODEN. In: GONÇALVES e BOFF, 2001, p.101).

O turismo constitui um pilar importante da economia de muitas cidades históricas, havendo contribuído também para acionar importantes processos de recuperação urbana (TROIÑO, 2002). O turista é um grande consumidor de bens e serviços; sua presença dinamiza os diversos setores da vida da cidade, gera riqueza e emprego e introduz novas modalidades no consumo e nos usos do solo urbano (restaurantes, hotéis, comércio turístico, estacionamentos, etc.).

A atividade também induz processos de revalorização de recursos locais, assim como dinâmicas de renascimento cultural. Por outro lado, propicia o aparecimento de uma oferta cultural diversificada, da qual se podem beneficiar tanto os turistas como os moradores. Ademais, reforça a manutenção do patrimônio arquitetônico, dando novo uso para os edifícios históricos ou promovendo entre os proprietários um interesse em investir na conservação e na melhoria da imagem da cidade.

A sede do município de Pacatuba possui um centro histórico muito rico, com uma grande variedade de casarões, e isso é resultado de um plano de autoria do engenheiro da antiga província, um sistema linear com ruas retas e paralelas e com quatro praças convenientemente distanciadas, como pode ser observado no mapa 3.

Mapa 3 - Imagem Aeroespacial do Município de Pacatuba – Sede



Fonte: Imagem Digital Google 2014 – Google Earth. Organizado por: GUEDES, M.V.S. (2014).

A Prefeitura Municipal localiza-se em uma das travessas de acesso à praça mais importante do município, a Praça Capitão Henrique Gonçalves da Justa (nome do primeiro prefeito do município, homenageado por seu filho, Henrique Gonçalves da Justa Filho, ex-prefeito também do município).

A Praça Capitão Henrique Gonçalves da Justa (figura 36) foi construída em 1925. No final do século XIX, a praça era cercada por grades e tinha no centro um coreto, onde hoje se encontra uma fonte (por isso é conhecida popularmente como Praça da Fonte). No lugar da caixa d'água existia uma feira onde se vendiam alimentos.

A Casa Paroquial, como se pode observar na figura 37, foi construída no final do século XIX, tendo sido residência de 15 vigários e outros padres auxiliares. Não se sabe ao certo se o primeiro vigário do município morou nessa residência. O casarão já sofreu reformas nos anos de 1996 e 1997, sendo construído um segundo andar, modificando a fachada original do casarão. Essas reformas aconteceram durante o paróquiato do padre Raimundo Leandro Araújo. Atualmente, o local é chamado de Centro Pastoral Paroquial e possui um auditório no segundo andar e, no térreo, há a realização de ações da própria paróquia, estando aberto para aluguel para realizações de eventos municipais. O atual pároco, Francisco Nelson Moreira da Silva, reside na paróquia.

Figura 36 - Praça Capitão Henrique Gonçalves da Justa. (Praça da Fonte).



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Pacatuba, 2011.

Figura 37 - Casa Paroquial. Ruas da Cidade. Pacatuba-CE



Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo de Pacatuba, 2011.

Pacatuba possui um centro histórico com casas datadas do século XVIII e, até o ano do término dessa pesquisa (2015), o município não possui nenhuma lei de preservação ou conservação das edificações.

A maioria dos prédios privados do município encontram-se deteriorados ou mal conservados, devido ao alto custo de conservação ou à falta de interesse e consciência de muitos proprietários em preservar a memória e história da população.

As edificações públicas anualmente renovam sua cor, algumas com cores originais de sua construção, como praças e igrejas. Devido às chuvas e à falta de conservação, algumas construções foram derrubadas ou modificadas para a construção de estacionamentos, comércios e outros estabelecimentos.

O processo para tombamento do patrimônio histórico arquitetônico de Pacatuba deu início em 2011, através de inventários históricos das edificações feitos por técnicos da Secretaria de Cultura do município, juntamente com visitas guiadas de técnicos do IPHAN ao município. Em 2012, por ser ano político e de mudança da gestão, o processo de tombamento – até o início do ano de 2014 – encontrava-se estagnado.

Em agosto de 2014, devido ao interesse da nova gestão pública, começou a haver reuniões entre alguns órgãos públicos do município, com o intuito de criar uma lei de tombamento municipal.

a) Prédios Residenciais:

**Figura 38 - Sobrado da Abolição.
Pacatuba – CE**



Fonte: Elaborado pelo autor..

**Figura 39 - Sobrado dos Cavalcante.
Pacatuba – CE**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 38 mostra o sobrado conhecido como Sobrado da Abolição. Um dos primeiros residentes do referido prédio foi o escritor Rodolpho Teophilo. A edificação foi à primeira farmácia da cidade. O maior evento histórico que aconteceu no prédio foi o ato solene de emancipação total dos escravos do município de Pacatuba, no dia 2 de fevereiro de

1883. Major Cícero Franklin, na varanda do prédio, foi quem anunciou a libertação para os pacatubanos.

O sobrado pertence atualmente à família do escritor Manuel Eduardo Campos, a qual pretende fazer do prédio um instituto (Instituto Eduardo Campos) para beneficiar os pacatubanos, com ações relacionadas à cultura, à educação e à defesa do patrimônio histórico e artístico através de eventos e diversas manifestações populares.

A figura 39 mostra o sobrado conhecido como Sobrado dos Cavalcantes. Foi construído pelo ex-prefeito Capitão Henrique Gonçalves da Justa, para sua própria residência, e, anos depois, serviu de moradia para outros prefeitos. Em 1858, aproximadamente, foi também a sede da primeira Câmara Municipal e da primeira Prefeitura Municipal. Já no início do século XX, o sobrado veio a funcionar como único hotel da cidade. Anos depois, a casa foi vendida à família Oscar Cavalcante e hoje (2015) encontra-se à venda.

A figura 40 abaixo é um monumento histórico construído em 1854. Residência de Dona Mariana Cabral da Silva, pessoa ilustre da Vila de Pacatuba, dona de muitos escravos e vários engenhos de cana-de-açúcar. Relatos contam que Dona Mariana plantava cana em todo tipo de terreno que possuía, como foi o caso do terreno que hoje é a Câmara Municipal. Ela doou o terreno para a construção de uma grande obra arquitetônica de Pacatuba, a igreja de Nossa Senhora do Carmo. No prédio residiram várias personalidades pacatubanas, como o primeiro juiz de direito, Dr. Augusto Gurgel do Amaral, além das famílias Góes e Arquimedes, benfeitores do município.

Figura 40 - Sobrado Mariana Cabral



Fonte: Elaborado pelo autor.

O casarão da Família Novais (figura 41) foi construído no início do século XX, tendo sido residência da família de Manoel Novais, comerciante e proprietário de sítios na Serra da Aratanha. O casarão ainda pertence á família Novais e foi reformado recentemente, em 2001, respeitando as características originais.

Figura 41 - Casarão da Família Novais



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Casa Dona Isaura (figuras 42 e 43) foi construída em 1944, por Josué Mateus Figueiredo, ao lado da sua residência, com o intuito de servir como moradia para seus familiares. Fica bem próximo da Igreja Matriz, na Rua Josué Mateus de Figueiredo, número: 283. Atualmente serve de moradia à filha de Josué Mateus Figueiredo, Isaura Galeno, viúva de Virgílio Galeno, neto do famoso escritor Juvenal Galeno.

**Figura 42 – Casa da Dona Isaura.
Pacatuba – CE**



Fonte: Elaborado pelo autor.

**Figura 43 - Casa da Dona Isaura.
Pacatuba – CE**



Fonte: Elaborado pelo autor.

b) Prédios de uso do poder público: Prefeitura Municipal de Pacatuba:

Figura 44 - Casarão João Pinto. Pacatuba – CE



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Pacatuba, 2010.

O casarão conhecido como João Pinto (figura 44) foi construído em 1854, não contendo registro histórico referente aos primeiros moradores – só há registro de moradia a partir de 1870, quando lá residiu o Dr. Joaquim Vitoriano de Almeida Pinheiro, influente delegado de Pacatuba. Atualmente, o prédio pertence à Prefeitura Municipal de Pacatuba e funciona como sede de algumas secretarias e do Museu Histórico de Pacatuba.

O Teatro Betiza Campos Pinto, alugado também pela Prefeitura Municipal de Pacatuba, foi construído em 1950, para ser a sede do Círculo Operário do Município de Pacatuba – mais tarde passou a ser chamado Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Pacatuba. Nesse imóvel foi realizado o Cine Pacatuba e seu funcionamento aconteceu no período de 1963 a 1973. Atualmente, o prédio é conhecido como Teatro Betiza Campos Pinto e foi restaurado recentemente. Ele funciona como sala de reuniões, eventos culturais, sociais, além de palco para peças teatrais.

O Casarão Josué Figueiredo (figura 45) foi construído em 1936, pelo português Josué Mateus Figueiredo, um grande benfeitor do município de Pacatuba, para sua residência particular. Ele também foi proprietário de vários sítios na Serra da Aratanha na década de 40. Hoje esse imóvel está alugado para a Prefeitura Municipal de Pacatuba e funciona como Secretaria de Saúde.

Figura 45 - Casarão Josué Figueiredo. Pacatuba – CE



Fonte: Elaborado pelo autor.

c) Prédios Comerciais

Figura 46 - Estação Ferroviária. Pacatuba – CE



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Pacatuba, 2010.

A Estação Ferroviária de Pacatuba (figura 46) foi fundada em 09 de janeiro de 1876 e tinha por finalidade ligar a zona sul do estado à capital. Localiza-se numa área privilegiada da cidade, na Rua Coronel José Libanio – centro de Pacatuba. Atualmente, no imóvel funciona o cartório de 1º ofício Alencar Furtado, da comarca de Pacatuba. O prédio foi totalmente restaurado, mantendo a estrutura externa original, com 7m de altura e 6,85 metros de frente, com 269,84m² de área edificada e 598m² de área livre. O trem era chamado de “Maria Fumaça” devido ao tipo de combustível que consumia, a lenha.

5 PROPOSTA DE ROTEIRO TURÍSTICO INTEGRADO PARA O MUNICÍPIO DE PACATUBA

O mapa 04, abaixo, mostra o roteiro turístico ora proposto para este trabalho, o qual levou em consideração todo o conjunto de dados levantados e potencialidades turísticas na presente pesquisa. O mapa apresenta uma proposta de percurso histórico, recreativo e de aventura presente na sede municipal e no distrito da Monguba, contemplando alguns pontos turísticos, além de restaurantes e pousadas em seu percurso.

O roteiro tem início no Portal de Turismo e Artesanato de Pacatuba, localizado na sede do município, que fica na entrada principal da cidade. O equipamento é a porta de entrada para o município e para as cidades vizinhas. Foi inaugurado em 2008 e pertence à Prefeitura Municipal de Pacatuba, estando sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura e Turismo do município.

O Portal é responsável por dar informações turísticas aos visitantes e turistas que vêm ao município e aqueles dos municípios que ficam em seu entorno, além de expor o artesanato local e servir como espaço para eventos municipais e regionais.

Seguindo o roteiro para o centro da cidade, no caminho será encontrado o açude conhecido como Piripau, como pode ser observado nas figuras 47 e 48. Esse atrativo está situado no bairro de São José, na Avenida Othon de Oliveira. Proporciona uma privilegiada paisagem a quem caminha sempre no começo da manhã e no fim de tarde, pois o açude é abastecido pelas águas que descem da Serra da Aratanha.

Figura 47 - Açude Piripau. Pacatuba – CE



Fonte: <<http://pacatuba.ce.gov.br/inicio/acude-piripau>
. Acesso em: 23 mar. 2015.

Figura 48 - Açude Piripau. Pacatuba – CE



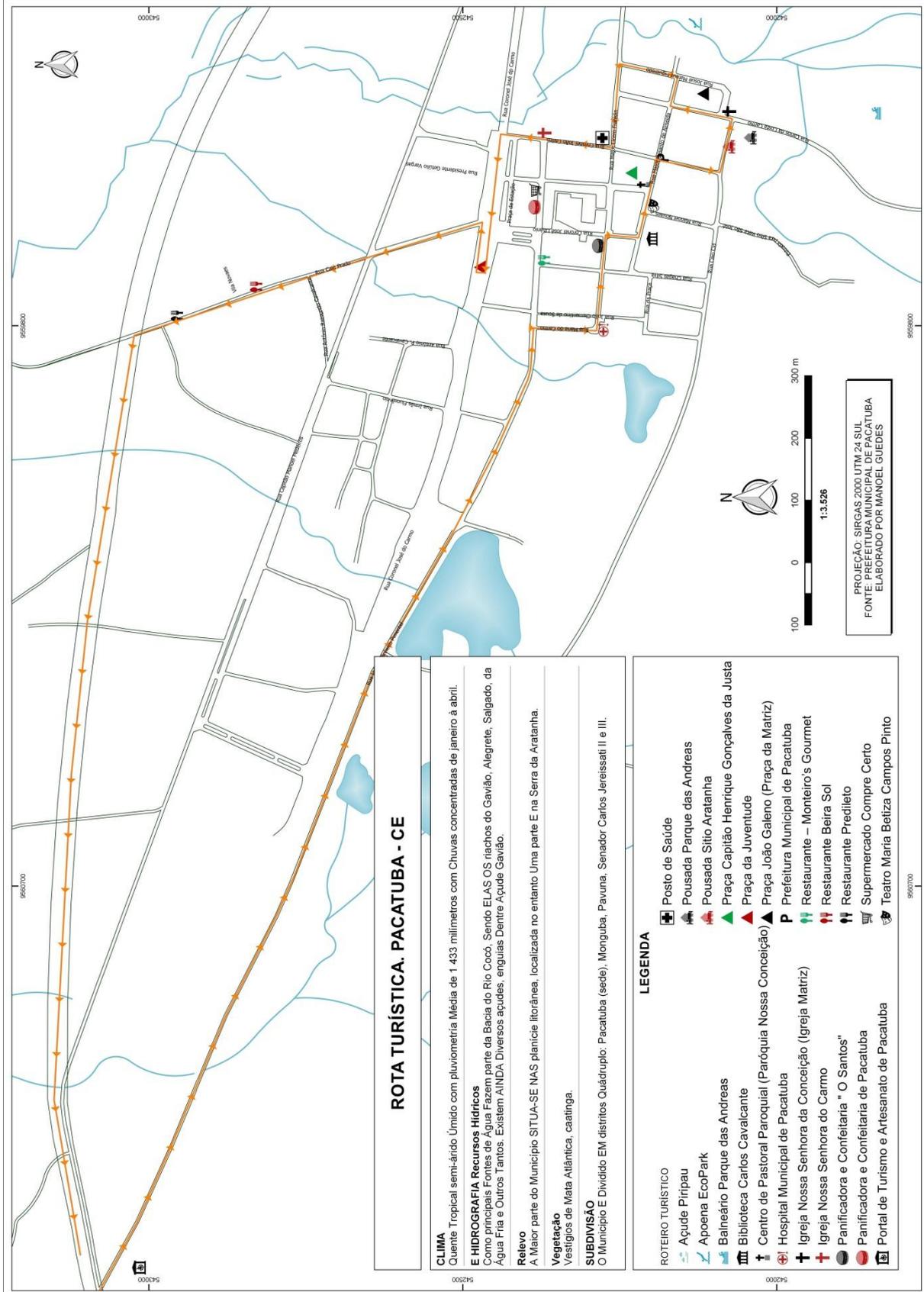
Fonte: <<http://pacatuba.ce.gov.br/inicio/acude-piripaun>
. Acesso em: 23 mar. 2015.

Com as últimas chuvas ocorridas nos primeiros meses de 2015, o açude do Piripau encheu e transbordou, fazendo a felicidade dos pacatubanos – alguns têm o açude como lazer, para o banho no final de semana, enquanto outros dependem dele para sua alimentação e para a venda do pescado.

A última cheia do açude foi no ano de 2009, e, de lá para cá, um dos principais reservatórios de Pacatuba enfrentou dificuldades na captação e conseqüentemente acúmulo de água. O prefeito do município, Alexandre Alencar, desde o início da sua gestão (2013), ordenou a retirada de entulhos, mato e lama do açude. No início deste ano (2015) novamente houve um mutirão de limpeza no entorno do reservatório, deixando assim o açude mais fundo e com capacidade para armazenar mais água durante o período de chuva (PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA, 2015).

Como pode ser observado no roteiro, o município oferece algumas opções de padarias, restaurantes, supermercado, hospital, posto de saúde, pousadas, praças e igrejas. Depois de passar pelo açude Piripau, o roteiro vai direto ao centro histórico do município, que preserva um pouco da história dos pacatubanos. No entorno da Praça Capitão Henrique Gonçalves da Justa (popularmente conhecida como Praça da Fonte) ficam localizados a Biblioteca Carlos Cavalcante, o Teatro Maria Betiza Campos Pinto, a Paróquia Nossa Senhora da Conceição e algumas casas que ainda mantêm a originalidade desde sua construção (Mapa 4).

Mapa 4 - Roteiro Turístico. Pacatuba – CE



Fonte: Prefeitura Municipal de Pacatuba. Elaboração - Manoel Guedes, 2015.

Depois o roteiro segue para outra praça também muito importante do município, a Praça João Galeno, onde fica localizada a igreja Nossa Senhora da Conceição (Igreja Matriz), e o teatro aberto fixo, onde é realizado o espetáculo Paixão de Cristo todos os anos, durante a Semana Santa.

Próximo a essa praça (Praça João Galeno) fica um dos parques ecológicos do município, o Balneário Parque das Andréas. O parque está sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pacatuba. Possui algumas piscinas naturais, uma artificial, além de restaurante, auditório e estacionamento. O parque também é um dos pontos de partida para subir as trilhas ecológicas da Serra da Aratanha.

A serra possui várias trilhas ecológicas onde você pode subir por vários pontos. O território da Serra da Aratanha contempla, além do município de Pacatuba, mais três municípios: Guaiuba, Maranguape e Maracanaú.

Saindo da Praça João Galeno e seguindo o roteiro, haverá o segundo parque ecológico do município, o Apoena Eco Park, o parque possui também uma grande área de lazer, com várias atividades esportivas, como arvorismo, trilhas ecológicas, tirolesa, além de uma piscina artificial, cinema, visita à fazendinha e restaurante.

Seguindo o percurso, o turista irá passar pela terceira maior praça do município, a Praça da Juventude, que fica localizada no centro comercial de Pacatuba. A praça possui um palco fixo para a realização de vários eventos municipais e, no seu entorno, há alguns bares, restaurantes e lojas comerciais.

Quase no fim do roteiro turístico, o viajante passa pela ferrovia, o Cartório Alencar, encontra alguns restaurantes e segue para outra saída do município. Seguindo no sentido para Fortaleza, já no distrito de Monguba, há a prática de voo livre (parapaint e asa-delta) na rampa que fica em uma pedreira, a qual foi denominada, pelos técnicos que trabalham no distrito, como rampa Jamil Sales, em homenagem a um amigo deles, muito querido, que faleceu. Os voos têm em média, 40 minutos, finalizando o roteiro (Figura 49).

6 CONCLUSÃO

Ao longo dos cinco capítulos da presente pesquisa, observou-se que o município de Pacatuba carece, de fato, de estudos aprofundados a respeito de suas possibilidades turísticas, pois ainda são poucas as pesquisas que tratam dessa temática e que apresentam um panorama do turismo do município estudado.

Este trabalho pretendeu consistir-se em um aporte ao planejamento municipal do turismo e, nesse sentido, considera-se que o objetivo desta pesquisa foi atingido. A pesquisa realizou uma breve discussão conceitual sobre turismo, pautando-se em conceitos fundamentais sobre natureza, sustentabilidade, cultura e patrimônio.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os segmentos turísticos que já são desenvolvidos em Pacatuba, como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo histórico e o turismo religioso.

Os objetivos específicos foram alcançados durante a pesquisa. Eram eles: localizar e caracterizar o município de Pacatuba no contexto do turismo metropolitano no Ceará; observar suas articulações institucionais externas e suas peculiaridades; identificar e categorizar os segmentos turísticos de Pacatuba; identificar os benefícios e os impactos negativos da atividade turística no município de Pacatuba e propor um roteiro que integrasse todas as atividades turísticas.

A metodologia adotada foi capaz de direcionar o cumprimento dos objetivos propostos. Foram propostas medidas de otimização das estratégias de desenvolvimento pautados em uma economia de base local, por meio da utilização dos elementos socioambientais que compõem o cenário deste estudo.

O crescente reconhecimento, por parte do governo, do mercado comercial e do desenvolvimento sustentável representa um bom presságio para a atividade turística social e ambientalmente mais sensível.

O planejamento e o gerenciamento de ambientes turísticos exigem mais que a adoção simplista de códigos e diretrizes ou autorregulamentação do setor, por mais válidos que possam ser. Em vez disso, uma atividade turística sustentável requer um comprometimento com os princípios de desenvolvimento sustentável por todas as partes envolvidas no processo de planejamento. Somente por esse comprometimento total pode-se obter uma interação de longo prazo de metas sociais, ambientais e econômicas, problemas que

voltarão a surgir à medida que avançarmos pelas diversas dimensões e escaladas da política e do planejamento turístico.

Com a atividade turística e, conseqüentemente, a elevação da renda do município, aumenta o desejo de conhecimento e autoestima dos indivíduos. Por sua vez, o fluxo de pessoas amplia os laços culturais entre o local e o global. A bucólica cidade passará, por sua vez, a possuir traços de grandes centros cosmopolitas, e, com isso, moradores e turistas sairão ganhando, e a cidade consolidar-se-á como destino turístico.

Mais por outro lado, devido ao forte processo da globalização da economia, os lugares e as regiões de cada país estão preocupados e resistem, a fim de salvaguardarem – se das imposições das forças hegemônicas e imporem suas condições como participantes dos mercados, essa resistência procura brechas possíveis de participação, sem diluir os valores e potencialidades culturais modelados em décadas ou séculos. Essa resistência busca resultados positivos que possam favorecer o desenvolvimento local e regional.

No Brasil algumas regiões têm se comportado desse modo, malgrado os efeitos perversos resultantes da globalização, no intuito de conduzir as coletividades a um nível de capacidade possível de enquadrarem-se às novas condições do mundo, sem perda da sua identidade.

Advoga-se que o turismo composto por fluxos controlados pode ser uma importante ferramenta de proteção e valorização da natureza local, pois presume a manutenção dos aspectos paisagísticos considerados atraentes.

Pacatuba aponta, dentro do contexto dos lugares potencialmente turísticos, como referência de um núcleo receptor, pois possui localização privilegiada no estado do Ceará, distante somente 31 km da capital cearense, o fluxo de turistas na cidade é de forma sazonal, em aumenta ou diminui dependendo das chuvas e dos eventos esportivos e culturais que acontecem no decorrer do ano.

Há grandes dificuldades no município, que vão desde a escassez de verba pública, à falta de consciência e de interesse da população e dos gestores públicos sobre a importância de conservar seu patrimônio ambiental, e preservar a história e o patrimônio histórico arquitetônico.

O trade turístico concentra-se na sede do município, sua oferta turística ainda necessita de um grande desenvolvimento, as opções de hospedagem e restaurantes ainda são em poucas quantidades, em consequência disso, muitas vezes os turistas que visitam a cidade durante os grandes eventos que o município realiza, tem que ficar hospedados em cidades vizinhas.

O conhecimento e a apropriação pelas comunidades é um fator indispensável ao processo de preservação sustentável do patrimônio como um todo, uma vez que só conhecendo é que podemos, verdadeiramente, compreender o significado do que se analisa, e é apenas pela compreensão que surge a valorização. Esse processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de conhecimentos num continuar de enriquecimento individual, coletivo e institucional.

Estudar o caso de Pacatuba nasceu da própria necessidade de ampliar os estudos sobre essa cidade, além de fazer com que novos pesquisadores conheçam a realidade e diversidade da região e com isso colaborar para melhorias na cidade.

Por fim, o estudo trouxe no último capítulo o roteiro turístico proposto, que integra todos os segmentos turísticos que são desenvolvidos no município de Pacatuba. No entanto, para que esta proposta se viabilize, a municipalidade deverá atuar de forma bastante efetiva, não só na elaboração de políticas públicas, mas também no envolvimento da população residente nas diversas etapas do planejamento turístico, para que esta proposta possa protagonizar o processo de desenvolvimento dessa atividade em seus espaços.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Joaquim Anércio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- AMORA, Albano. **Pacatuba: geografia sentimental**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1972.
- ANSARAH, Marília G. R. **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.
- APOENA ECOPARK. Disponível em: <<http://www.apoenaecopark.com.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- ARAGÃO, Raimundo. **Cronologia dos municípios cearenses**. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1996.
- ARBACHE, Jorge. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: UNB, 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO DE AVENTURA (ABETA). **Diagnóstico do turismo de aventura no Brasil**. Disponível em: <http://www.abeta.com.br/pt-br/pgn.Asp?id_pg=65&nivel=2>. Acesso em: 3 nov. 2007.
- BARRETO, Margarida. **Planejamento e organização em turismo**. 9. ed. Campinas: Papirus, 1991.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 8. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- BARRETTO, Margarida. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. [S.l.: s.n.], 1995.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.
- BOCHENSKI, I. M. **A filosofia contemporânea ocidental**. São Paulo: Herder, 1968.
- BOGARDUS, Emory S. **Immigration and race attitudes**. Boston: Heath, 1928.
- BONALD, Olímpio. **Planejamento e organização do turismo: conceitos básicos**. 2. ed. Recife: FASA, 1984.
- BÓRIS, Fausto. **História do Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/sesmarias/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- BRASIL. Constituição (1988). Emendas Constitucionais n°: 1/92 a 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°: 1 a 6/94. **Diário Oficial**. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura**: relatório diagnóstico. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura**: busca e salvamento: Manual de criação e organização de grupos voluntários de busca e salvamento. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César C.; CORIOLANO, Luzia Neide. **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

BUARQUE, Sérgio, C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

BURREL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Books, 1979.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade, São Paulo:, EDUSP, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro, : UFRJ, 1999.

CARVALHO, C. L. Breves histórias do turismo no Brasil. In: TRIGO, L. G. et al; PANOSSO NETTO, A.; CARVALHO, M. A.; PIRES, P.S. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. A natureza como patrimônio cultural em áreas urbanas: por uma convergência dos paradigmas do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLANO, Luzia Neide (org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UFCE, 1998.

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**. Bauru: Edusc, 2002.

CHIAS, Josep. **Turismo, o negócio da felicidade**: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões e cidades. São Paulo: Senac, 2007.

CORIOLANO, L. N. Ecoturismo e a contribuição ao turismo de comunidades no Ceará. IN: RAMOS, S. P. (org.). **Planejamento de roteiros turísticos**. Porto Alegre: Asterisco, 2012.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. 2. ed. Fortaleza: Papyrus, 1998. 160p.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Turismo com ética**. 2. ed. Fortaleza: FUNECE; UECE, 1998.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. **Revista OLAM – Ciência e Tecnologia**, ano VI, v. 6, n. 2, dez. 2006.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **O turismo e a relação sociedade natureza**: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: EDUECE, 2007.

COSTA, Flavia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: Senac, 2009.

COSTA, P.C. **Ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural**: proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

FARAH, S. D. Políticas de incentivo ao turismo de aventura no Brasil: o papel do Ministério do Turismo. In: UVINHA, Ricardo Ricci. **Turismo de aventura**: reflexões e tendências. São Paulo: Aleph, 2005.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOO LIVRE. **Manual de parapente**. [200?]. Disponível em: <http://www.fpvl.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=47>. Acesso em: 14 out. 2013

FÉRIAS VIVAS. **Projeto de normalização e certificação em turismo de aventura**. Disponível em: <<http://www.feriasvivas.org.br/v5/secoes/artigos/projetoaventura.asp>>. Acesso em: 3 nov. 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONÇALVES, A. B. R.; BOFF, C. (Org.) **Turismo e cultura**: A história e os atrativos regionais. Santo Ângelo: Gráfica Venâncio Ayres, 2001.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HOLANDA, Patricia. A cidade de Pacatuba é a cidade mais preservada do país. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/pacatuba-e-a-9-cidade-mais-preservada-do-pais-1.1177507>>. Acesso em: 18 dez. 2014

HOLANDA. Helany. **Prefeitura de Pacatuba contabiliza obras e serviços que vão transformar a realidade do município**. Disponível em: <http://pacatuba.ce.gov.br/_prefeitura-de-pacatuba-contabiliza-obras-e-servicos-que-vaio-transformar-a-realidade-do-municipio/>. Acesso em: 17 jul. 2014.

HVENEGAARD, G. T. 1994. Ecotourism: a status report and conceptual framework. **Journal of Tourism Studies**. p. 24-35, 1994

IANNI, Octávio. A metáfora da viagem. In:__. **Enigmas da modernidade mundo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230970&search=ceara|pacatuba>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). **Plano nacional de turismo 2003 – 2007**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). Plano nacional de turismo 2007 – 2010. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Turismo de aventura**. Disponível em: <<http://www.hospitalidade.org.br/atuacao/certificacao/turismodeaventura>>. Acesso em: 4 nov. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Ceará em Números - 2010**. Fortaleza: IPECE, 2010.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa**: metodologia para as ciências do comportamento. São Paulo: Herder, 1972.

LEED, Erik J. **The Mind of the traveler**: from Gilgamesh to the Global Tourism. Nova York: Basic Books, 1991. p.68.

LIMA, Hélio Rocha. Pacatuba é um dos locais mais atraentes da Serra da Aratanha. **O Estado**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/noticia/pacatuba-e-um-dos-locais-mais-atraentes-da-serra-da-aratanha>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia Neide M. T. Turismo e desenvolvimento social sustentável. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 1., 2003, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: EDUECE, 2003.

LOUREIRO, Paz. **Pacatuba**: formação histórica e política: eleições 1873 – 2004. Fortaleza: Intergráfica, 2006.

MALKIN, Roy. Do viajante de outrora ao novo turista. In: Turismo e Cultura: um casamento por conveniência? **O correio da Unesco**, Rio de Janeiro, FGV, ano 27, n. 9, p. 24-25, set./out. 1999.

MEIRELES, Jeovah. A cidade de Pacatuba é a cidade mais preservada do país. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/pacatuba-e-a-9-cidade-mais-preservada-do-pais-1.1177507>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

MOESCH, Marutscha. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, Susana. **Turismo**: nove propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOLINA, Sérgio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOTA, Keila Cristina Nicolau; VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves; ANJOS, Francisco Antônio. **Competitividade das destinações turísticas**: estudo de casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2013.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício de olhar. Belo Horizonte. UFMG; Território Brasilis, 2002.

NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009.

OLIVEIRA FILHO, R. C.; MONTEIRO, M. S. L. Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v. 20, n. 2, ago. 2009.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro. **Turismo religioso**. São Paulo: Contexto, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PAIXÃO, D.L.D. 1930-1945, a belle époque do turismo brasileiro: os hotéis cassino na era Getulista. In: TRIGO, L.G. et al. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do mercado turístico**: estudos, produtos e perspectivas. Barueri: Manole, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POPPER, Karl R. **Conjunturas e refutações**. Brasília: UNB, 1972.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço**: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Turismo, memória e patrimônio cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA. Disponível em: <<http://www.pacatuba.ce.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

RABAHY, Silvia Maria Ligabue Abrahão. **Mercado do turismo sob o prisma de seus segmentos de consumo**: uma abordagem do perfil psicológico do consumidor do turismo. São Paulo: 2005. Dissertação (Mestrado)-. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

RIBEIRO, Francisco Irapuan. **Ecoturismo e turismo de aventura na chapada de Ibiapaba com foco em Tianguá, CE**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ;/WEPEC, 1996.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis**: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

SAMPAIO FILHO, Dorian. **História dos municípios do Ceará**. Fortaleza: RBS, 2003.

SANCHIS, Pierre (org.). **Fiéis e cidadãos: percursos de sincretismo no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SANCHIS, Pierre. A caminhada ritual. **Religião e sociedade**, Rio de Janeiro, v. n. 9, p.15-26, 1983.

SANCHIS, Pierre. Modernidade e pós modernidade. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, maio/dez. 1992.

SANCHIS, Pierre. O campo Religioso será ainda o campo das Religiões? In: HOORNAERT, E. (org.). **História da igreja na América Latina e no Caribe**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANCHIS, Pierre. O repto pentecostal à cultura católico-brasileira. In:__. **Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SANTIAGO, Selma. **Gestão da cultura para o desenvolvimento de cidades: Guaramiranga um estudo de caso**. Brasília: Logos 3, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: USP, 2012.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. **Conjuntura do Turismo no Ceará: janeiro a dezembro de 2009**. Fortaleza: Setur, 2010.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1972.

SILVEIRA, Emerson Sena. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, Arminda M.; CORREA, Marcus V. **Turismo: conceitos, definições e siglas**. Manaus: Valer, 2000.

SOUZA, Marcos J. N.; MIRANDA, Paulo de Tarso. C. **Zoneamento ambiental e plano de gestão da área de proteção**. Fortaleza: SEMACE, [2015?].

STEIL, Carlos. A igreja dos pobres: da secularização a mística. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 1999.

STENZEL, Emilia. Turismo e cultura. **Notícias do patrimônio**, Brasília, n. 13, p. 2, nov. 1999.

SWARBROOKE, J. et al. **Turismo de aventura: conceitos e estudos de casos**. Trad. Marise Philbois Toledo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TELLES, Antônio A. Queiroz. **Tombamento e seu regime jurídico**, São Paulo: RT, 1992.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Sesc; Studio Nobel, 1996.

UVINHA, R.R. (Org). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

VALLE, Cyro Eyer. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. São Paulo: Senac, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.